



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1126

Terça-feira - 27 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Atalanta	2
Biguaçu	3
Caçador	4
Campo Alegre	4
Campos Novos	8
Canoinhas	12
Capinzal	12
Catanduvas	14
Chapadão do Lageado	15
Concórdia	61
Coronel Martins	62
Curitibanos	62
Ermo	67
Eral Velho	85
Forquilha	86
Fraiburgo	86
Garuva	89
Gaspar	91
Guaramirim	93
Herval d'Oeste	94
Ibiam	95
Imbituba	97
Ipumirim	98
Irineópolis	109
Itapoá	111
Joaçaba	111
Lages	114
Lebon Regis	127
Leoberto Leal	146
Lindóia do Sul	149
Luzerna	149
Maracajá	152
Massaranduba	152
Meleiro	152
Monte Carlo	152
Navegantes	154
Novo Horizonte	154
Palhoça	154
Paulo Lopes	156
Porto Belo	158
Porto União	159
Rio do Sul	173
Salto Veloso	193
São Bento do Sul	194
São Pedro de Alcântara	203
Schroeder	203
Timbó	204
Videira	219

Consórcios

CIGA	224
CIS/AMARP	224
CISAMA	234

Antônio Carlos

PREFEITURA

Aviso de Licitação PL N° 002/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 002/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº 002/2012; Tipo: Menor Preço; Objeto: Locação de uma sala em alvenaria para a Câmara de Vereadores de Antonio Carlos - SC, conforme previsto no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 10/12/2012 as 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, Rua Saul Antônio Scherer nº 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:00 as 13:00. Fone (48) 3272-1613, 3272-1154. Ou no site: www.cmac.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 26 de Dezembro de 2012.
VILSON ATÔNIO GELSLEICHTER
PRESIDENTE

Aviso de Licitação PL N° 133/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 133/2012; Modalidade: Tomada de Preços nº. 017/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Moveis Planejados para a Unidade Básica de Saúde do Município de Antônio Carlos, devendo os mesmos serem fabricados, montados e instalados pela contratada, nas quantidades e condições descritas no edital e anexos; Abertura: dia 13/12/2012 as 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:00 as 13:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 26 de Novembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o AVISO DE LICITAÇÃO PL nº. 133/2012.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos, 26 de Novembro de 2012.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº 1291/2012

LEI N.º 1291/2012

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 229.000,00 (Duzentos e vinte e nove mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0008.1.012 - Aquisição de Imóveis
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 62.000,00
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
04.122.0010.2.004 - Manutenção dos Serviços de Assist. Técnica Municipal
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a Instit. Priv. sem Fins Lucr R\$ 10.000,00
28.123.0016.2.007 - Cont. p/ Formação do Pat. Serv. Pública - PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
20.606.0025.2.010 - Manutenção das Atividades Produtoras
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
27.812.0058.2.026 - Manutenção do Desporto Amador
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA
07.01 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA
08.241.0067.2.029 - Assistência ao Idoso
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
08.243.0070.2.030 - Manutenção do Programa de Errad. do Trab. Infantil - PETI

3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.301.0088.2.037 - Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

3.3.71.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta LEI.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0019.2.009 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

20.606.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

12.361.0046.2.017 - Manutenção da Capacitação Educacional

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

12.364.0049.2.022 - Assistência aos Educandos - Apoio ao ensino Universitário

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

-15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA

07.01 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA

08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e

Atend. Integral a Família - PAIF

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
08.243.0079.2.033 - Assistência à Infância e Adolescência
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
23.695.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal De Atalanta (SC) 23 de novembro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº1290/2012

LEI Nº1290/2012

"AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE ATALANTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, A FILIAR E A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM A UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FAÇO saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Atalanta, autorizada a filiar e a contribuir mensalmente em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI, o repasse mensal, a título de contribuição, será no máximo a quantia correspondente a R\$ 800,00 (oitocentos reais)

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seu Estatuto, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizativa que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UCAVI.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 21 de novembro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N 242/2012

DECRETO N º 242/2012 DE: 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 392.361,86 (trezentos e noventa dois mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recurso: 0.2.28.000179 e 0.1.81.000011.

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.361.0003.1007 Aquisição de Veículos para Transporte Escolar 1.961,86

4.4.90.00/0.1.81.000011 Investimentos 1.961,86

2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2101.10.301.0004.2035 Ações de Saúde da Família 390.400,00

3.3.90.00/0.2.28.000179 Outras Despesas Correntes 390.400,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto N 247/2012

DECRETO N º 247/2012 DE: 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

ESTABELECE PRAZO PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMPENHO DA DESPESA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças necessita de pelo menos 15 (doze) dias úteis para preparar o encerramento do exercício de 2012 de forma a viabilizar a abertura do exercício de 2013 em tempo hábil para que os serviços essenciais não sofram solução de continuidade;

Considerando, as dificuldades orçamentárias e financeiras em decorrência da queda de arrecadação nos últimos meses, motivada pelo cenário econômico mundial e nacional;

Considerando, que havendo disponibilidade de caixa para pagamento das despesas empenhadas e liquidadas a pagar não é razoável inscrever essas despesas em restos a pagar processados,



DECRETA:

Art. 1º Fica vedada a emissão de Autorização de Fornecimento de Bens e Serviços e a consequente emissão de empenho dessas despesas em todas as Unidades Gestoras a partir do dia 03 de dezembro de 2012 e vedada à liquidação de despesa a partir do dia 10 de dezembro de 2012.

Parágrafo Único - Em situações excepcionais, devidamente justificadas, mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, os prazos indicados no caput deste artigo poderão deixar de ser observados.

Art. 2º As despesas liquidadas poderão ser pagas dentro do exercício de 2012, observado o disposto no artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de novembro de 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Caçador

PREFEITURA

Contrato 126-2012 Prefeitura

Contrato nº 126/2012 - PREFEITURA - 1º aditamento ao contrato administrativo 74-2012, supressão e acréscimo de quantitativos, para contratação de empresa para reforma da edificação do ginásio Flávio Cruz. Supressão de quantitativos no percentual aproximado de 10% (dez por cento) e o acréscimo no percentual aproximado de 7% (sete por cento) do valor total do Contrato Principal, conforme solicitação e justificativa emitida pelo Engenheiro Responsável e mediante parecer jurídico favorável nº 430/2012. O valor a ser suprimido constante da planilha de quantitativos é de R\$ 17.800,12 (dezessete mil oitocentos reais e doze centavos) e o valor do acréscimo de R\$ 25.418,99 (vinte e cinco mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e nove centavos) conforme planilha de serviços e preços anexa ao presente, perfazendo a diferença a ser paga ao contratado no valor de R\$ 7.618,87 (sete mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos), estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, § 1º, 2º, II da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes. Referente ao processo licitatório nº 85/2012 Tomada de Preços 04/2012. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA CNPJ nº 73.461.196/0001-95. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

Contrato 127-2012 Prefeitura

Contrato nº 127/2012 - PREFEITURA - 1º aditamento ao contrato administrativo 64-2012, prorroga prazo de execução por 60 dias, para contratação de empresa para construção de Ponte sobre o Rio Caçador à Rua José Gioppo (Ponte Mandelli) com 25,00M de comprimento por 12,10M de largura. Prorrogação do prazo contratual pelo período de 60 dias a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Engenheira Fiscal de Obra e mediante parecer jurídico favorável nº 427/2012. O prazo de execução dos serviços que passa

a vigorar é de 60 (sessenta) dias contados de 21 de dezembro de 2012 e findando dia 21 de Fevereiro de 2013, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público. Referente ao processo licitatório nº 76/2012 Concorrência 05/2012. Contratada: ZANCO CONSTRUTORA LTDA EPP CNPJ nº 95.865.044/0001-90. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.361 de 20 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.361 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEM PÚBLICO MÓVEL PARA FINS DE LEILÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 01 da Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de abril de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 18 DE ABRIL DE 2012.

AVALIA BEM PÚBLICO MÓVEL PARA FINS DE LEILÃO

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis de Campo Alegre, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 6.989 de 17 de Abril de 2012:

RESOLVE:

Art.1º) Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão do Bem Público, descrito no Decreto nº 6.989 de 17 de Abril de 2012, um veículo Marca TOYOTA/ BANDEIRANTE/ CAMIONETA MISTA/ C. ABERTA - DIESEL, 4x4, 2 PORTAS/ 50,0T/ 094 - ANO/MOD/1988, COR PREDOMINANTE BRANCA - CHASSI Nº OJ86629 -CÓDIGO RENAVAL Nº 277513723 -PLACA MBC 9488. BEM Nº 264, sendo

reavaliado o valor mínimo de R\$ 5.00,00 (cinco mil reais) este Bem é Imprestável ao Serviço Público Municipal.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de Abril de 2012.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH JARB AS JORGE CATONI

RINALDO DE SOUZA

FRANCISCO OSNI DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, reuniram-se na garagem da Prefeitura Municipal os membros da Comissão Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, os Srs. LILIAN TEREZINHA BARTSCH; JARBAS JORGE CATONI; RINALDO DE SOUZA e FRANCISCO OSNI DE LIMA, para deliberarem sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto Municipal nº 6.989 de dezessete de Abril de dois mil e doze, ou seja, de avaliar os Bens Públicos Móveis que considerarem impréstáveis ao Serviço Público Municipal sendo: Um veículo Marca TOYOTA/ BANDEIRANTE/ CAMIONETA MISTA/ C. ABERTA - DIESEL, 4x4 , 2 PORTAS/ 50,0T/ 094 - ANO/MOD/1988, COR PREDOMINANTE BRANCA - CHASSI Nº OJ86629 -CÓDIGO RENAVAL Nº 277513723 - PLACA MBC 9488. Bem Móvel cadastrado no Patrimônio Público Municipal sob o nº 264. Iniciando os trabalhos, os membros da referida Comissão foram até a garagem da Prefeitura Municipal para verificarem o estado do bem móvel acima citado, foi constatado que a caixa e o diferencial estão funcionando, o motor encontra-se desmontado. A Comissão avaliou o referido Bem Móvel no valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para que seja efetuado o Processo Licitatório na Modalidade Leilão. Prosseguindo os trabalhos foi redigida a Resolução de nº 01 a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para homologação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura desta ata que vai assinada por todos os presentes.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH JARB AS JORGE CATONI

RINALDO DE SOUZA

FRANCISCO OSNI DE LIMA

Decreto Nº 7.370 de 23 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.370 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

ALTERA O PARÁGRFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DO

DECRETO Nº 7.359 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Parágrafo Único do Artigo 2º do Decreto nº 7.359 de 19 de novembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Os proventos de que trata o caput deste artigo conforme estabelece o Art. 201 § 2º da CF/88, o valor de R\$ 386,21 (trezentos e oitenta e seis reais e vinte um centavos), acrescido a majoração de R\$ 235,79 (duzentos e trinta e cinco reais, setenta e nove centavos).

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 19 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.

Prefeito Municipal Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.371 de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 7.371 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A TRANSIÇÃO DE GOVERNO NO ANO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º A transição governamental da atual Gestão Administrativa para o candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art.2º Denomina-se transição governamental, para os efeitos deste decreto, o conjunto de atividades tendentes a informar o candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal quanto ao andamento dos serviços públicos municipais no período compreendido entre a protocolização de solicitação do candidato eleito.

Art.3º O acesso às informações será amplo e irrestrito, na forma deste decreto, e obedecerá ao seguinte:

I - considerando a vedação do inciso II do art. 208 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002, as informações serão prestadas unicamente por comissão constituída para este fim, sendo vedado aos demais servidores o fornecimento direto de qualquer documento das repartições municipais, bem como permitir o ingresso de quem não seja servidor público nas dependências exclusivas aos servidores, de qualquer repartição pública municipal;

II - as informações serão prestadas em reuniões realizadas nas dependências da Prefeitura Municipal, em horário sujeito à disponibilidade de horários das partes (comissão e candidato eleito);

III - as reuniões serão solicitadas mediante ofício protocolizado pelo candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal, a partir da formalização da solicitação de que trata o Art. 2º deste Decreto;

IV - as informações destinar-se-ão ao candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal, independentemente de diplomação, podendo o mesmo se fazer acompanhar de assessores, em número máximo de até 02 (dois);

V - as reuniões referidas serão celebradas entre o candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal (e seus assessores, se houver) e a Comissão de Transição, nomeada na forma do art. 5º deste Decreto;

VI - a reunião inaugural contará com a presença do Prefeito Municipal;

VII - fica dispensada a ata das reuniões, que serão gravadas, ficando o arquivo de áudio disponível ao candidato imediatamente ao final do encontro;

VIII - o fornecimento das informações dar-se-á por meio digital, salvo exceções justificáveis;

IX - as informações já disponíveis em sítio próprio da Administração Municipal na internet, ou em balancetes já enviados à Câmara de Vereadores, aquelas disponíveis junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ou junto ao Tribunal de Contas da União ou Ministérios do Governo Federal (dados de convênios) não serão fornecidas através dos trabalhos de transição, podendo ser requeridos diretamente aos mencionados órgãos públicos;

X - o candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal fica dispensado de fornecer recibo de documentos que tenha solicitado, caso declare os ter recebido, o que ficará consignado no arquivo de áudio da respectiva reunião;

Art.4º As informações solicitadas à Comissão de Transição que porventura não estejam disponíveis nos relatórios dos módulos de gestão informatizada da Administração Municipal ou cuja produção de relatório implique na atribuição de tarefas adicionais aos servidores municipais, será objeto de avaliação da Comissão de Transição, com vistas a compatibilizar o fornecimento das informações solicitadas com o normal andamento das repartições públicas municipais.

Art.5º A Comissão de Transição será formada:

I - pelo ocupante do cargo de Assessor Jurídico, que a presidirá;

II - pela ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças;

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.432 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.432 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ocupante do cargo de Professor II, Função Professor de Educação Física, RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, por

motivo de doença, pelo período 26 de outubro de 2012 a 20 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 26 de outubro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, já o período de 01 de novembro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 26 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.433 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.433 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ocupante do cargo de Motorista, LUIZ CARLOS COTHOMISKY, Matrícula Funcional nº 000040, Registro no Sistema sob nº 292970, por motivo de doença, pelo período 23 de outubro de 2012 a 07 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 23 de outubro de 2012 a 06 de novembro de 2012, já o período de 07 de novembro de 2012 a 07 de fevereiro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.434 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.434 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ocupante do cargo de Motorista, AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema sob nº 297180, por motivo de doença, pelo período 29 de outubro de 2012 a 13 de janeiro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 29 de outubro de 2012 a 12 de novembro de 2012, já o período de 13 de novembro de 2012 a 13 de janeiro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.435 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.435 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo de Agente Operacional I, MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, Matrícula Funcional nº 000265, Registro no Sistema sob nº 314880, por motivo de doença, pelo período 05 de novembro de 2012 a 05 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 05 de novembro de 2012 a 14 de

novembro de 2012, já o período de 15 de novembro de 2012 a 05 de dezembro de 2012, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.436 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.436 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo de Agente Operacional I, ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema sob nº 954516, por motivo de doença, pelo período 06 de novembro de 2012 a 27 de novembro de 2012.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 06 de novembro de 2012 a 20 de novembro de 2012, já o período de 21 de novembro de 2012 a 27 de novembro de 2012, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 06 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.437 de 23 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.437 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, LUCIANA FICKNER DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000593, Registro no Sistema sob nº 954822, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de novembro de 2012 a 10 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.438 de 23 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.438 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a partir de 01 de novembro de 2012 a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora, ocupante do cargo de Agente Operacional I, ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema sob nº 318790.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria, até a data de 30 de novembro de 2012, será custeada pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.629/2012 de 19/11/2012

DECRETO Nº 6.629/2012 DE 19/11/2012

APROVA LOTEAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando o parecer técnico e jurídico nos autos do Processo Administrativo nº 38.502;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979;

Com amparo no artigo 100, incisos VII - XVIII - XXVI da Lei Orgânica c/c artigo 99 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28/05/07 - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento de propriedade de Solimann Empreendimentos imobiliários LTDA, localizado no imóvel denominado "Fazenda São Luiz" - Macrozona de Expansão Urbana da cidade de Campos Novos, definida pela Lei Complementar nº 09 de 19 de outubro de 2011.

Art. 2º. A área loteada possui 135.199,58 m² (cento e trinta e cinco mil cento e noventa e nove metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 20.593.

Art. 3º. A área loteada denominar-se-á "Loteamento Santa Edwiges", composto de 225 (duzentos e vinte e cinco) lotes em 12 (doze) quadras, com as seguintes características:

- a) Área dos lotes - 73.871,71 m²
- b) Área das Ruas - 28.722,51 m²
- c) Área Verde - 9.504,24 m²
- d) Área de Preservação permanente 7.388,09 m²
- e) Área destinada a equipamentos urbanos de interesse social -12.948,18 m²
- f) Área destinada a circulação 2.552,15 m²
- g) Área de circulação de pedestre 212,70 m²

Art. 4º. No ato do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, passarão a integrar o domínio do município as seguintes áreas:

- 1) Área das ruas 28.722,51 m²
- 2) Área verde 9.504,24 m²
- 3) Área de preservação permanente 7.388,09 m²
- 4) Área destinada a equipamentos públicos de interesse social 12.948,18 m²



- 5) Área destinada a circulação 2.552,15 m²
6) Área de circulação de pedestre 212,70 m²

Art. 5º. Fica concedido o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para o loteador demarcar as quadras, lotes, abertura de ruas, implantar a rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto sanitário, rede de energia elétrica/ iluminação pública.

Art. 6º. Recolhida as taxas e demais encargos, expeça-se o alvará de loteamento, mediante assinatura do Termo de Compromisso a que se refere o artigo 103 e Termo de Cauçionamento referido no artigo 104 da Lei Complementar nº 03 de 28/05/2007.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
19 de novembro de 2012
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.634/2012 de 22/11/2012

DECRETO Nº 6.634/2012 DE 22/11/2012

APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII e 178 da Lei Orgânica, c/c a Lei Municipal 3.797 de 19 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei 2.332/97 e alterado pela Lei nº 3.797 de 19/11/2012.

Art. 2º. Integra este Decreto independente da transcrição a minuta anexa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
22 de novembro de 2012
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.403 de 11/11/2011 Republicado

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.403 DE 11/11/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Maria Goreti Teles, retroagindo seus efeitos a 04 de Julho de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
11 de Novembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.404 de 11/11/2011 Republicado

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.404 DE 11/11/2011

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Susana Cristina Antunes de Oliveira, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
11 de Novembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.457 de 09/01/2012 Republicado

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.457 DE 09/01/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Sezio Frana.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
09 de Janeiro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.469 de 30/01/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.469 DE 30/01/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Terezinha Antunes Telles de Oliveira, retroagindo seus efeitos a 12 de Dezembro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
30 de Janeiro de 2012.

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Decreto Nº 6.470 de 30/01/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.470 DE 30/01/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Dirce Maria Frigo, retroagindo seus efeitos a 12 de Dezembro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
30 de Janeiro de 2012.

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Decreto Nº 6.524 de 18/05/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.524 DE 18/05/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 794/12 de 09/04/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III - M0420, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.968/00 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência de aposentadoria por tempo de serviço do titular, Lucia Petri, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
18 de Maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.588 de 23/08/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.588 DE 23/08/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Joanete Zanella, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
23 de Agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.631 de 21/11/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.631 DE 21/11/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 060/12 de 27/01/2012 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo II do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, Rita Gonçalves Lins, retroagindo seus efeitos a 24 de Janeiro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
21 de Novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.636 de 23/11/2012

DECRETO Nº 6.636 DE 23/11/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 -Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

Elementos de despesa: 50-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015-Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 98-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Aplicações Diretas R\$ 677,61

TOTAL R\$ 12.677,61

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 12.677,61 (doze mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos) provenientes da anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 -Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

Elementos de despesa: 51-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015-Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 99-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 677,61

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

23 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.637 de 23/11/2012

DECRETO Nº 6.637 DE 23/11/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 -Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos

Elementos de despesa: 50-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 93.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), provenientes do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

23 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

SAMAE

Ext Tp122012

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -Sc leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 27/2012 - TOMADA DE PREÇO Nº 12/2012, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PRODUTOS QUÍMICOS ESTIMATIVOS PARA CONSUMO NO EXERCÍCIO DE 2013

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 14/12/2012, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários.das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00Horas e nos sites samaecn.com.br e campos-novos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE.

Ext Tp132012

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 28/2012 - TOMADA DE PREÇO Nº 13/2012, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ESTIMATIVOS PARA CONSUMO NO EXERCÍCIO DE 2013

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09:00 hs do dia 14/12/2012, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários.das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00Horas e nos sites samaecn.com.br e campos-novos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE.

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº FMS 36/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n.º FMS 36/2012

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) mil exemplares da obra DST/AIDS - Doenças Sexualmente Transmissíveis. Editora Amigos da Natureza. ISBN: 978-85.61726-24-9., a serem destinados ao dia mundial de combate a AIDS.

Valor total: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 105/2012

ECRETO Nº 105, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

Aprova rememoração de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o rememoração de área da matrícula a seguir relacionada em que é requerente a proprietária Claudina Andrioni, inscritos no CPF sob o nº 551 610.579,04:

I - Parte do Lote nº 4 e Lote nº 5, com área de 760,00m² (setecentos e sessenta metros quadrados) e lote nº 6 com área de 532,00 m² (quinhentos e trinta e dois metros quadrados), situado à Rua José Zortéa, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 381, livro nº 2B, folha 14;

Art. 2º Os imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 318, parte do lote 4 e lote 5 . . . 760,00m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 318, lote 6 532,00m²;

III - A área total remembrada - Lote nº 5 da Quadra nº 70. 1.292,00m²

Art. 3º Toda a área remembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área remembrada.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o rememoração das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 30 de Outubro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Dispensa de Licitação Nº 008/2012

PROCESSO Nº 00126/2012

Dispensa de Licitação Nº 008/2012

Leonir Boaretto, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como o disposto no artigo 14 parágrafo 1º da Lei 11.947/2009, torna público o Processo de Dispensa de licitação conforme segue:

OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados a elaboração de merenda para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal – Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2012, na forma nas condições

do cronograma estabelecido no Edital de Chamamento público Nº 005/2012 e seus anexos.

FORNECEDOR(ES)

14631.5 - COOPERATIVA REG. AGRICULT.FAMILIARES DE ...					
Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Abóbora	100,000	UN	2,4600	246,00
00002	Aipim	300,000	KG	2,6100	783,00
00003	Alface	2.000,000	UN	1,0000	2.000,00
00004	Arroz	100,000	KG	2,3000	230,00
00005	Batata doce	500,000	KG	1,7200	860,00
00006	Beterraba	400,000	KG	2,0000	800,00
00008	Brócolis	500,000	UN	2,2600	1.130,00
00010	Cenoura	400,000	KG	1,9600	784,00
00011	Couve-flor	500,000	UN	2,6300	1.315,00
00012	Cuca	500,000	KG	7,0000	3.500,00
00015	Feijão preto	800,000	KG	3,5500	2.840,00
00017	Frango Caipira	100,000	KG	6,7300	673,00
00018	Frango misto	100,000	KG	5,5600	556,00
00019	Leite	4.810,000	LT	1,6000	7.696,00
00020	Laranja	500,000	KG	0,9000	450,00
00021	Iogurte sabor morango	2.038,000	LT	2,7800	5.665,64
00022	Macarrão caseiro	400,000	KG	5,9000	2.360,00
00023	Melado de cana	50,000	KG	7,0000	350,00
00025	Pão de trigo Caseiro	400,000	KG	5,7000	2.280,00
00026	Queijo Colonial	400,000	KG	12,3600	4.944,00
00027	Repolho verde	250,000	UN	2,0300	507,50
00028	Tangerina poncan	300,000	KG	0,9600	288,00
00029	Salsa.	500,000	Ma	1,0000	500,00
00030	Cebolinha	500,000	Ma	1,0000	500,00

15135.1 - COOPERATIVA DE PROD E CON. AGRO. JABORA-COPERJABORA					
Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00007	Bolacha	1.000,000	KG	10,9900	10.990,00
00009	Carne Suína	300,000	KG	10,0000	3.000,00
00013	Doce de frutas	200,000	KG	10,0000	2.000,00
00014	Farinha de milho	825,000	KG	1,9000	1.567,50
00024	Ovos de galinha	1.000,000	DZ	2,9000	2.900,00

33497.9 - COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL					
Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00016	Filé de tilápia	300,000	KG	19,2900	5.787,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens

COOPERATIVA REG. AGRICULT. FAMILIARES DE ...	00001-00002-00003-00004-00005-00006-00008-00010-00011-00012-00015-00017-00018-00019-00020-00021-00022-00023-00025-00026-00027-00028-00029-00030
R\$ 41.258,14(QUARENTA E HUM MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUATORZE CENTAVOS)	
COOPERATIVA DE PROD E CON. AGRO. JABORA-COPERJABORA	00007-00009-00013-00014-00024
R\$ 20.457,50(VINTE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)	
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	00016
R\$ 5.787,00(CINCO MIL E SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Aquisição de produtos da agricultura familiar para o ano de 2012, por intermédio do Edital de Chamada Pública Nº 005/2012, onde foram selecionados os menores preços entre os projetos participantes.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Reduzido.....: 094

Órgão.....: 5 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: 1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Proj/Atividade...: 2068 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Elemento: 333903007000000 – gêneros de alimentação

Vinculo.....: 1605100 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 26 de novembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

FMASC - Processo Licitatório Nº 29/2012 - Pregão Eletrônico Nº 27/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 29/2012

Pregão Eletrônico Nº 27/2012

OBJETO: Aquisição de material de expediente e escolar, para manutenção das atividades dos Serviços Sócio Educativo e Programa



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvidas no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC, da comunidade de Vila União..

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 10/12/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

CAPINZAL, Capinzal, 27 de Novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

PMC = Segundo Termo de Alteração - Processo Licitatório Nº 123/2012 - Pregão Presencial Nº 45/2012.

SEGUNDO TERMO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 123/2012

Pregão Presencial Nº 45/2012

OBJETO: Aquisição de Servidor para uso da Secretaria da Administração e Finanças, recursos próprios.

Nas partes da descrição do objeto do processo licitatório acima identificado, relativo ao item 1.1, onde se lê:

O servidor deverá ser fornecido com 02 processadores instalados, com tecnologia Quad-Core, originalmente concebido para servidores.

O servidor deverá ser entregue com no mínimo 2 fontes redundantes instaladas.

Passe-se a ler com a seguinte alteração:

O servidor deverá ser fornecido com 01 processador instalado, com tecnologia Quad-Core, originalmente concebido para servidores.

O servidor deverá ser entregue com uma (01) fonte redundante instalada.

Capinzal, 26 de novembro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0095/2012 - Edital de Inexigibilidade Nº 006/2012

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0095/2012 - Edital de Inexigibilidade Nº 006/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0095/2012

Edital de Inexigibilidade nº 0006/2012

Objeto: Contratação de Sistema de Ensino Aprende Brasil composto por livros didáticos integrados, por acessos a portal com conteúdos educativos, acompanhamento e assessoramento pedagógico, e por sistema de avaliação e gestão da educação pública. Conforme detalhamento:

-Livro didático integrado para alunos professores e coordenadores;

-Porta aprende Brasil, com senha individuais para alunos, professores, diretores e coordenadores;

-Assessoria para as equipes técnico pedagógica e docentes, por meios de cursos de metodologia nas áreas, atendimentos personalizados, contribuindo para a formação continuada desses profissionais totalizando 24hs e sistema de gestão das informações educacionais, por meio de fornecimento de ferramenta que proporciona o monitoramento dos resultados do município;

-Avaliação de aprendizagem, cujos testes serão aplicados no mês de outubro, nas áreas de língua portuguesa, matemática, e ciências, para alunos do quarto e oitavo ano do ensino fundamental contemplados com o sistema Aprende Brasil de ensino e;

-Capa personalizada para o município, para aquisição de sistema para mais de 500 alunos.

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7 horas às 13 horas, de segunda a sexta feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 26 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Termo de Ratificação - Processo N. 0095/2012 - Licitação N. 0006/2012 - II

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a), que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

a) Processo Nr.: 0095/2012

b) Licitação Nr.: 0006/2012 - IL

c) Modalidade : Inexigibilidade de Licitação

d) Objeto : Contratação de Sistema de Ensino Aprende Brasil composto por livros didáticos integrados, por acessos a portal com conteúdos educativos, acompanhamento e assessoramento pedagógico, e por sistema de avaliação e gestão da educação pública. Conforme detalhamento:

-Livro didático integrado para alunos professores e coordenadores;

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

-Porta aprende Brasil, com senha individuais para alunos, professores, diretores e coordenadores; -Assessoria para as equipes técnico pedagógica e docentes, por meios de cursos de metodologia nas áreas, atendimentos personalizados, contribuindo para a formação continuada desses profissionais totalizando 24hs e sistema de gestão das informações educacionais, por meio de fornecimento de ferramenta que proporciona o monitoramento dos resultados do município;

-Avaliação de aprendizagem, cujos testes serão aplicados no mês de outubro, nas áreas de língua portuguesa, matemática, e ciências, para alunos do quarto e oitavo ano do ensino fundamental contemplados com o sistema Aprende Brasil de ensino e;

-Capa personalizada para o município, para aquisição de sistema para mais de 500 alunos.

e) Fornecedores.:

3741- Editora Positivo Ltda, no(s) item(ns) 01, 02, 03, 04, 05, com um valor total de R\$ 121.148,60 (cento e vinte e um mil e cento e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

f) Valor Total.: R\$ 121.148,60.

Publique-se.

Catanduvas, 26 de novembro de 2012.

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto N° 074/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 074/2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso IV da Lei N° 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 142.150,00 (cento e quarenta e dois mil cento e cinquenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

26 - Transportes

29 - Estradas Vicinais

782 - Transporte Rodoviário

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 20.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

26 - Transportes

29 - Estradas Vicinais

782 - Transporte Rodoviário

116 - Transferências de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

26 - Transportes

29 - Estradas Vicinais

782 - Transporte Rodoviário

121 - Operações de Crédito - Outros Programas

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 25.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

15 - Urbanismo

29 - Estradas Vicinais

452 - Serviços Urbanos

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1099 - Aquisição/Desapropriação De Imóveis - Estradas Vicinais

R\$ 25.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

541 - Preservação e Conservação Ambiental

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2056 - Implantação De Saneamento Básico Nas Residências R\$

8.750,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

541 - Preservação e Conservação Ambiental

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2057 - Incentivo A Implantação Da Área De Reserva Legal Nas

Propriedades R\$ 12.500,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Comunitária

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1027 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente R\$

1.250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência

08 - Assistência Social

21 - Atenção à Criança

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Fun-

cionamento do Eca R\$ 7.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão da Agricultura

20 - Agricultura

49 - Pamec

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 22.650,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão da Agricultura

20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferências de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 142.150,00 (cento e quarenta e dois mil cento e cinquenta reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria da Saúde
 01 - Divisão do Fundo de Saúde
 10 - Saúde
 17 - Saúde para Todos
 301 - Atenção Básica
 101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 142.150,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
 26 de novembro de 2012.
 JOSE BRAULIO INACIO
 Prefeito Municipal

Decreto Nº073/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 DECRETO Nº073/2012
 "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso IV da Lei Nº 0543 de 19.12.2011,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 201.154,07 (duzentos e um mil cento e cinquenta e quatro reais e sete centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

02 - Gabinete do Prefeito e Vice
 02 - Gabinete do Prefeito e Vice
 04 - Administração
 03 - Gestão Administrativa Superior
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1048 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 2.148,41

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração geral
 122 - Administração geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1005 - Reforma e Ampliação R\$ 1.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração

05 - Administração geral
 122 - Administração geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1006 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 9.487,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração geral
 122 - Administração geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2081 - Capacitação de Pessoal - Administração Geral R\$ 2.650,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração geral
 122 - Administração geral
 116 - Transferências de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2081 - Capacitação de Pessoal - Administração Geral R\$ 100,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 07 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas
 1008 - Aquisição de Equipamentos R\$ 6.621,94

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 07 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas
 2004 - Treinamento de Pessoal R\$ 2.755,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 365 - Ensino Infantil
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1012 - Formação Continuada de Professores R\$ 24.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 365 - Ensino Infantil
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1012 - Formação Continuada de Professores R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2009 - Formação Continuada de Professores R\$ 1.922,35

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 29.348,63

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1013 - Construção, reforma e ampliação rede de ensino fundamental R\$ 13.333,34

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1013 - Construção, reforma e ampliação rede de ensino fundamental R\$ 20.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 4.931,40

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 - Divisão de Cultura
 13 - Cultura
 13 - Resgate da Cultura
 392 - Difusão Cultural
 90 - Recursos Ordinários - orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1021 - Implantação Do Museu Municipal R\$ 4.875,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 - Divisão de Cultura
 13 - Cultura
 13 - Resgate da Cultura
 392 - Difusão Cultural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1021 - Implantação Do Museu Municipal R\$ 62,50

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 - Divisão de Cultura
 13 - Cultura
 13 - Resgate da Cultura
 392 - Difusão Cultural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1021 - Implantação Do Museu Municipal R\$ 62,50

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura

41 - Apoio ao fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1075 - Implantação De Unidade De Beneficiamento De Peixes - Piscicultura R\$ 8.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 41 - Apoio ao fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1075 - Implantação De Unidade De Beneficiamento De Peixes - Piscicultura R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 41 - Apoio ao fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1078 - Implantação De Unidades Demonstrativas De Produção - Piscicultura R\$ 8.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 41 - Apoio ao fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1078 - Implantação De Unidades Demonstrativas De Produção - Piscicultura R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 02 - Divisão do D.M.E.R.
 26 - Transporte
 29 - Estradas Vicinais
 782 - Transporte Rodoviário
 97 - Alienação de bens
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 500,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1025 - Aquisição De Veiculo R\$ 250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1025 - Aquisição De Veiculo R\$ 250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1061 - Aquisição De Ônibus R\$ 250.00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

35 - Melhor Idade

241 - Assistência ao Idoso

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1061 - Aquisição De Ônibus R\$ 250.00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

542 - Controle Ambiental

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1034 - Aquisição De Moveis E Equipamentos R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

542 - Controle Ambiental

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1034 - Aquisição De Moveis E Equipamentos R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

542 - Controle Ambiental

116 - Transferência de Convênios - Outros

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1034 - Aquisição De Moveis E Equipamentos R\$ 1.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

541 - Preservação e Conservação Ambiental

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2056 - Implantação De Saneamento Básico Nas Residências R\$ 2.750,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 - Divisão do Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

23 - Chapadão do Lageado Turístico

541 - Preservação e Conservação Ambiental

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2056 - Implantação De Saneamento Básico Nas Residências R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

35 - Melhor Idade

241 - Assistência ao Idoso

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1063 - Aquisição Móveis Equipamentos Melhor Idade R\$ 500.00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Comunitário

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2052 - Implantação Centro Referencia Assistência Social - Cras R\$ 1.000.00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Comunitário

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2053 - Implantação de Projetos Sociais R\$ 11.000.00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Comunitário

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2052 - Implantação Centro Referencia Assistência Social - Cras R\$ 55,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

1018 - Aquisição e Manutenção de Veiculo Educação R\$ 15.250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

365 - Ensino Infantil

110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 15.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

26 - Transporte

29 - Estradas Vicinais

782 - Transporte Rodoviário

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 4.301,00

Art.2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 201.154,07 (duzentos e um mil cento e cinquenta e quatro reais e sete centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento

03 - Secretaria de Administração e Planejamento

04 - Administração

05 - Administração geral

122 - Administração geral

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2003 - Manutenção da Secretaria De Administração e Planejamento R\$ 140.106,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação

31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal Ensino Fundamental R\$ 61.048,07

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de novembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal



Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

TEMA: "Santa Catarina, riqueza de um povo".

Concorrem fotos que evidenciem o turismo nos municípios Catarinenses. As imagens poderão enfatizar a gastronomia, as belezas naturais, manifestações populares, festividades, eventos, artes e equipamentos turísticos.

Anexos RREO 5º Bimestre

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.410.363,34	6.410.363,34	6.396.195,06	99,78
Impostos	156.000,00	156.000,00	210.025,14	134,63
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	32.652,69	39,34
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	13.446,76	67,23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	28.000,00	28.000,00	82.938,21	296,21
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	25.000,00	25.000,00	80.987,48	323,95
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	658,70	2,20
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	82,01	0,32
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	576,69	14,42
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.224.363,34	6.224.363,34	6.185.511,22	99,38
Da União	4.199.391,61	4.199.391,61	4.025.292,06	95,85
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.121.666,61	4.121.666,61	3.979.975,84	96,56
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	1.258,37	559,28
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	10.856,18	28,95
Outras Transferências da União	40.000,00	40.000,00	33.201,67	83,00
Do Estado	2.024.971,73	2.024.971,73	2.160.219,16	106,68
Cota-Parte do ICMS	1.919.971,73	1.919.971,73	2.051.066,17	106,83
Cota-Parte do IPVA	105.000,00	105.000,00	109.152,99	103,96
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.306.889,83	2.306.889,83	2.668.932,06	115,69
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-528.815,82	-528.815,82	-1.236.149,77	233,76
TOTAL	8.188.437,35	8.188.437,35	7.828.977,35	95,61

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.175.955,50	1.565.518,70	1.503.671,56	96,05
Pessoal e Encargos Sociais	555.142,00	903.555,16	892.906,19	98,82
Outras Despesas Correntes	620.813,50	661.963,54	610.765,37	92,27
DESPESAS DE CAPITAL	54.938,50	162.375,30	132.210,61	81,42
Investimentos	54.938,50	162.375,30	132.210,61	81,42

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 2/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	54.938,50	162.375,30	132.210,61	81,42
Investimentos	54.938,50	162.375,30	132.210,61	81,42
TOTAL (IV)	1.230.894,00	1.727.894,00	1.635.882,17	94,67

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.230.894,00	1.727.894,00	1.635.882,17	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	258.189,50	595.417,82	560.036,22	34,23
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	258.187,50	495.415,82	464.376,50	28,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	100.002,00	95.659,72	5,85
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	972.704,50	1.132.476,18	1.075.845,95	65,77

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	16,82
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.201.956,50	1.668.956,50	1.596.289,43	97,58
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	19.601,04	1,20
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	35.968,75	19.991,70	1,22
TOTAL	1.230.894,00	1.727.894,00	1.635.882,17	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadao do Lageado, 23/11/2012

Município de Chapadao do Lageado - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	8.188.437,35	
Previsão Atualizada		—	8.188.437,35	
Receitas Realizadas		1.395.634,73	7.828.977,35	
Déficit Orçamentário		—	54.000,86	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	3.694,88	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	8.188.437,35	
Créditos Adicionais		—	1.674.067,04	
Dotação Atualizada		—	9.862.504,39	
Despesas Empenhadas		1.453.133,13	7.901.528,63	
Despesas Liquidadas		1.480.948,45	7.882.978,21	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.453.133,13	7.901.528,63	
Despesas Liquidadas		1.480.948,45	7.882.978,21	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.658.255,04	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-180.000,00	260.315,15	-144,62
Resultado Primário		49.500,00	15.686,90	31,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	48.099,73	0,00	7.048,05	41.051,68
EXECUTIVO	48.099,73	0,00	7.048,05	41.051,68
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	265.914,88	0,00	265.914,88	0,00
EXECUTIVO	265.914,88	0,00	265.914,88	0,00
TOTAL:	314.014,61	0,00	272.962,93	41.051,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.095.977,19	25%	32,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		740.804,45	60%	79,50
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	75.000,00	
Despesa de Capital Líquida		678.827,15	586.068,54	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	12.750,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.075.845,95	15,00	16,82

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
RECEITAS CORRENTES	8.100.687,35	8.100.687,35	1.395.634,73	17,23	7.828.977,35	96,65	271.710,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	219.500,00	219.500,00	50.670,67	23,08	227.042,00	103,44	-7.542,00
IMPOSTOS	156.000,00	156.000,00	46.657,03	29,91	210.025,14	134,63	-54.025,14
TAXAS	45.000,00	45.000,00	4.013,64	8,92	17.016,86	37,82	27.983,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	18.500,00	18.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	4.445,94	22,23	24.248,00	121,24	-4.248,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	4.445,94	22,23	24.248,00	121,24	-4.248,00
RECEITA PATRIMONIAL	106.541,50	106.541,50	17.189,26	16,13	62.137,38	58,32	44.404,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	27.750,00	27.750,00	17.189,26	61,94	62.137,38	223,92	-34.387,38
Outras Receitas Patrimoniais	78.791,50	78.791,50	0,00	0,00	0,00	0,00	78.791,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.650.350,85	7.650.350,85	1.321.716,75	17,28	7.375.131,55	96,40	275.219,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.650.350,85	7.650.350,85	1.321.716,75	17,28	7.375.131,55	96,40	275.219,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	1.612,11	1,55	140.418,42	134,64	-36.123,42
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	11,50	0,04	840,16	3,11	26.159,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	764,00	12,73	7.698,65	128,31	-1.698,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	47,97	1,20	576,69	14,42	3.423,31
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	788,64	1,17	131.302,92	195,12	-64.007,92
RECEITAS DE CAPITAL	87.750,00	87.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	54.000,86	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.882.978,21	95,61	359.460,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Superávit Financeiro	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
DESPESAS CORRENTES	6.738.098,01	1.799.510,69	8.537.608,70	1.347.096,34	7.219.651,52	1.374.911,66	7.204.151,06	84,38	1.333.457,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.951.661,63	1.675.202,00	4.626.863,63	838.734,33	4.063.658,25	838.734,33	4.063.658,25	87,83	563.205,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	5.127,15	29.762,64	5.127,15	29.762,64	66,14	15.237,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.741.436,38	124.308,69	3.865.745,07	503.234,86	3.126.230,63	531.050,18	3.110.730,17	80,47	755.014,90
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.339,34	-125.443,65	1.264.895,69	106.036,79	681.877,11	106.036,79	678.827,15	53,67	586.068,54
INVESTIMENTOS	1.270.339,34	-125.443,65	1.144.895,69	85.624,29	579.814,61	85.624,29	576.764,65	50,38	568.131,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	20.412,50	102.062,50	20.412,50	102.062,50	85,05	17.937,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18
Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.282,79	354.537,45	76.061,79	354.211,45	4,49	83,34	70.788,55
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.282,79	354.537,45	76.061,79	354.211,45	4,49	83,34	70.788,55
Administração	1.299.943,32	1.695.716,02	266.626,20	1.358.682,01	264.046,99	1.355.792,92	17,20	79,95	339.923,10
Administração Geral	681.943,32	1.008.216,02	134.634,68	768.897,98	133.810,26	767.978,89	9,74	76,17	240.237,13
Administração Financeira	618.000,00	687.500,00	131.991,52	589.784,03	130.236,73	587.814,03	7,46	85,50	99.685,97
Assistência Social	356.000,00	459.481,38	57.845,84	339.358,81	58.773,61	337.563,60	4,28	73,47	121.917,78
Assistência ao Idoso	3.000,00	21.981,38	0,00	20.981,38	0,00	20.981,38	0,27	95,45	1.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	80.000,00	4.827,22	20.554,59	6.175,80	20.015,58	0,25	25,02	59.984,42
Assistência Comunitária	293.000,00	357.500,00	53.018,62	297.822,84	52.597,81	296.566,64	3,76	82,96	60.933,36
Saúde	1.230.894,00	1.727.894,00	342.828,98	1.643.845,27	361.581,62	1.635.882,17	20,75	94,67	92.011,83
Atenção Básica	1.201.956,50	1.668.956,50	324.896,90	1.601.203,27	343.736,77	1.596.289,43	20,25	95,65	72.667,07
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	15.109,87	19.601,04	15.210,65	19.601,04	0,25	85,34	3.367,71
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	35.968,75	2.822,21	23.040,96	2.634,20	19.991,70	0,25	55,58	15.977,05
Trabalho	37.500,00	35.000,00	6.977,94	27.584,63	6.977,94	27.584,63	0,35	78,81	7.415,37
Fomento ao Trabalho	37.500,00	35.000,00	6.977,94	27.584,63	6.977,94	27.584,63	0,35	78,81	7.415,37
Educação	1.978.681,68	2.560.517,34	433.331,48	2.014.951,14	442.308,64	2.013.105,75	25,54	78,62	547.411,59
Ensino Fundamental	1.798.681,68	2.380.517,34	415.224,89	1.979.349,47	424.159,05	1.977.504,08	25,09	83,07	403.013,26
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	18.106,59	35.601,67	18.149,59	35.601,67	0,45	19,78	144.398,33
Cultura	39.500,00	37.500,00	6.267,59	13.796,03	6.034,59	13.563,03	0,17	36,17	23.936,97
Difusão Cultural	39.500,00	37.500,00	6.267,59	13.796,03	6.034,59	13.563,03	0,17	36,17	23.936,97
Urbanismo	1.323.252,00	1.394.521,30	91.213,63	1.039.171,73	93.162,06	1.039.171,73	13,18	74,52	355.349,57
Infra-Estrutura Urbana	348.500,00	369.161,30	7.707,96	143.198,54	7.707,96	143.198,54	1,82	38,79	225.962,76
Serviços Urbanos	974.752,00	1.025.360,00	83.505,67	895.973,19	85.454,10	895.973,19	11,37	87,38	129.386,81
Gestão Ambiental	159.005,00	175.005,00	20.122,12	92.249,92	20.032,40	92.160,20	1,17	52,66	82.844,80
Saneamento Básico Rural	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	25.003,00	25.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.003,00
Controle Ambiental	14.002,00	8.002,00	84,50	84,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8.002,00
Turismo	110.000,00	137.000,00	20.037,62	92.165,42	20.032,40	92.160,20	1,17	67,27	44.839,80
Agricultura	420.350,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Promoção da Produção Animal	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18
Agricultura	420.350,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Extensão Rural	417.750,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Transporte	739.811,34	723.811,34	55.878,77	577.761,64	56.569,97	577.761,64	7,33	79,82	146.049,70
Transporte Rodoviário	739.811,34	723.811,34	55.878,77	577.761,64	56.569,97	577.761,64	7,33	79,82	146.049,70
Desporto e Lazer	118.500,01	118.500,01	18.704,28	90.907,29	18.469,28	87.622,33	1,11	73,94	30.877,68
Desporto Comunitário	118.500,01	118.500,01	18.704,28	90.907,29	18.469,28	87.622,33	1,11	73,94	30.877,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	874.191,17	1.221.721,48	885.320,07	926.992,06	830.675,33	1.137.851,29	1.085.854,34	877.170,63	777.298,20	927.154,31	829.289,59	787.521,30	11.161.039,77	8.629.503,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	58.231,90	14.468,90	19.923,65	33.018,90	13.998,93	44.859,45	20.557,03	15.299,09	5.738,95	22.975,33	24.847,83	25.822,84	299.742,80	219.500,00
I.P.T.U.	0,00	50,31	0,00	0,00	1.633,98	22.857,57	7.349,22	662,79	106,57	0,00	42,56	0,00	32.703,00	83.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	46.878,08	6.256,12	15.606,59	8.791,44	3.225,63	16.233,60	2.244,96	7.134,61	1.778,24	19.831,33	3.197,91	4.893,90	136.072,41	28.000,00
I.T.B.I.	429,71	320,76	0,00	345,96	4.643,61	668,06	0,00	1.734,80	919,69	1.090,96	3.481,22	562,46	14.197,23	20.000,00
Outras Receitas Tributárias	10.924,11	7.841,71	4.317,06	23.881,50	4.495,71	5.100,22	10.962,85	5.766,89	2.934,45	2.053,04	18.126,14	20.366,48	116.770,16	88.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.372,11	2.189,76	2.025,43	2.594,98	0,00	5.825,19	2.654,32	2.574,34	1.667,25	2.460,55	2.038,77	2.407,17	28.809,87	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.122,67	11.622,92	3.123,92	6.490,55	8.469,22	4.201,63	5.530,25	4.353,73	5.425,89	7.352,93	15.251,70	1.937,56	78.882,97	106.541,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.955,33	862.222,69	858.914,37	877.433,63	804.150,75	976.653,82	1.054.561,90	853.983,54	750.906,49	891.783,91	786.185,47	756.707,44	10.274.459,34	8.179.166,67
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	473.591,98	430.991,18	521.345,92	354.076,15	446.259,80	499.099,71	425.907,71	318.052,52	350.964,29	307.188,19	326.090,37	4.861.331,64	4.121.666,61
Cota-Parte do I.C.M.S.	215.013,49	216.073,80	217.880,27	184.353,88	203.033,40	211.822,50	194.742,45	201.275,30	196.835,96	197.029,01	228.661,57	215.431,83	2.482.153,46	1.919.971,73
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.907,35	2.690,49	4.954,19	9.547,05	11.906,05	12.042,92	15.762,99	12.440,91	13.212,13	11.177,86	5.319,31	12.789,58	117.750,83	105.000,00
Cota-Parte do ITR.	8,13	0,00	30,75	18,04	6,62	52,16	0,00	8,50	0,00	0,00	564,41	577,89	1.266,50	225,00
Outras Transferências Correntes	89.116,58	83.757,25	112.119,41	75.489,17	144.081,72	210.409,98	223.267,38	123.002,11	139.129,54	246.279,86	147.057,61	108.469,38	1.702.179,99	1.461.330,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.084,75	1.084,75	1.085,93	1.085,93	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	0,00	2.171,38	13.025,68	37.500,00
Transferências do FUNDEB	82.061,21	85.024,42	91.852,64	85.593,64	89.961,32	94.980,97	120.603,88	90.263,52	82.590,85	85.247,40	97.394,38	91.177,01	1.096.751,24	533.473,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.509,16	331.217,21	1.332,70	7.454,00	4.056,43	106.311,20	2.550,84	959,93	13.559,62	2.581,59	965,82	646,29	479.144,79	104.295,00
DEDUÇÕES (II)	126.949,81	139.685,15	130.384,87	143.993,92	114.665,88	134.936,36	142.912,09	128.834,99	106.481,99	112.763,51	109.067,47	112.108,69	1.502.784,73	648.815,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	126.949,81	139.685,15	130.384,87	143.993,92	114.665,88	134.936,36	142.912,09	128.834,99	106.481,99	112.763,51	109.067,47	112.108,69	1.502.784,73	528.815,82
TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	747.241,36	1.082.036,33	754.935,20	782.998,14	716.009,45	1.002.914,93	942.942,25	748.335,64	670.816,21	814.390,80	720.222,12	675.412,61	9.658.255,04	7.980.687,35

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.301,68	20.798,05	7.048,05	-	41.051,68	-	265.914,88	265.914,88	265.914,88	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	19.499,40	5.749,40	0,00	41.051,68	0,00	259.022,71	259.022,71	259.022,71	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	1.290,36	1.290,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	14.103,20	353,20	0,00	13.750,00	0,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	207,43	207,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	2.573,60	2.573,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.324,81	1.324,81	0,00	0,00	0,00	65.742,71	65.742,71	65.742,71	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	27.277,68	0,00	0,00	0,00	27.277,68	0,00	53.280,00	53.280,00	53.280,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	0,00	1.298,65	1.298,65	0,00	0,00	0,00	6.892,17	6.892,17	6.892,17	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	1.298,65	1.298,65	0,00	0,00	0,00	6.892,17	6.892,17	6.892,17	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.301,68	20.798,05	7.048,05	0,00	41.051,68	0,00	265.914,88	265.914,88	265.914,88	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	418.456,26	336.806,26	316.393,76
DEDUÇÕES (II)	782.377,55	623.561,69	522.062,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	830.477,28	862.636,93	799.823,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	48.099,73	239.075,24	277.761,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-363.921,29	-286.755,43	-205.668,64
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	418.456,26	336.806,26	316.393,76
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-782.377,55	-623.561,69	-522.062,40

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	101.499,29	260.315,15

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-180.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.072.937,35	1.378.445,47	7.766.839,97	6.895.016,09
Receita Tributária	219.500,00	50.670,67	227.042,00	136.028,46
I.P.T.U.	83.000,00	42,56	32.652,69	30.576,24
I.S.S.	28.000,00	8.091,81	82.938,21	31.367,65
I.T.B.I.	20.000,00	4.043,68	13.446,76	17.738,10
I.R.R.F.	25.000,00	34.478,98	80.987,48	31.836,63
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	4.013,64	17.016,86	24.509,84
Receita de Contribuição	20.000,00	4.445,94	24.248,00	23.205,91
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	20.000,00	4.445,94	24.248,00	23.205,91
Receita Patrimonial Líquida	78.791,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	106.541,50	17.189,26	62.137,38	55.428,48
(-) Aplicações Financeiras	27.750,00	17.189,26	62.137,38	55.428,48
Transferências Correntes	7.650.350,85	1.321.716,75	7.375.131,55	6.664.894,12
F.P.M.	3.819.166,61	506.663,24	3.184.025,40	3.119.072,31
I.C.M.S.	1.705.555,07	355.274,87	1.641.804,25	1.528.956,51
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.125.629,17	459.778,64	2.549.301,90	2.016.865,30
Demais Receitas Correntes	104.295,00	1.612,11	140.418,42	70.887,60
Dívida Ativa	4.000,00	47,97	576,69	1.828,20
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	1.564,14	139.841,73	69.059,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	87.750,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	75.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.750,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.072.937,35	1.378.445,47	7.766.839,97	6.895.016,09
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.537.608,70	1.374.911,66	7.204.151,06	5.972.467,88
Pessoal e Encargos Sociais	4.626.863,63	838.734,33	4.063.658,25	3.229.242,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	5.127,15	29.762,64	37.307,04
Outras Despesas Correntes	3.865.745,07	531.050,18	3.110.730,17	2.705.917,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.492.608,70	1.369.784,51	7.174.388,42	5.935.160,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.264.895,69	106.036,79	678.827,15	593.724,74
Investimentos	1.144.895,69	85.624,29	576.764,65	487.632,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.000,00	20.412,50	102.062,50	106.092,65
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.144.895,69	85.624,29	576.764,65	487.632,09

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.697.504,39	1.455.408,80	7.751.153,07	6.422.792,93
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.624.567,04	-76.963,33	15.686,90	472.223,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	3.694,88	0,00
Superávit Financeiro	-	-	3.694,88	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				49.500,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 23/11/2012

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	186.000,00	186.000,00	46.716,50	210.683,84	113,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	113.000,00	113.000,00	102,03	33.311,39	29,48
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	42,56	32.652,69	38,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	11,50	82,01	0,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	47,97	576,69	11,53
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	4.043,68	13.446,76	67,23
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	4.043,68	13.446,76	67,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.000,00	28.000,00	8.091,81	82.938,21	296,21
1.3.1- ISS	30.000,00	30.000,00	8.091,81	82.938,21	276,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	25.000,00	25.000,00	34.478,98	80.987,48	323,95
1.4.1- IRRF	25.000,00	25.000,00	34.478,98	80.987,48	323,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.224.363,34	6.224.363,34	1.105.883,06	6.185.511,22	99,38
2.1- Cota-Parte FPM	4.121.666,61	4.121.666,61	633.278,56	3.979.975,84	96,56
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.121.666,61	4.121.666,61	633.278,56	3.979.975,84	96,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.919.971,73	1.919.971,73	444.093,40	2.051.066,17	106,83
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.171,38	10.856,18	28,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	7.088,53	33.201,67	83,00
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	1.142,30	1.258,37	559,28
2.6- Cota-Parte IPVA	105.000,00	105.000,00	18.108,89	109.152,99	103,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.410.363,34	6.410.363,34	1.152.599,56	6.396.195,06	99,78
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	180.000,00	180.000,00	39.569,03	168.216,31	93,45
5.1- Transferências do Salário-Educação	55.000,00	55.000,00	16.896,95	88.804,03	161,46
5.2- Outras Transferências do FNDE	125.000,00	125.000,00	22.672,08	79.412,28	63,53
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	583.678,00	583.678,00	79.112,63	433.530,83	74,28
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	763.678,00	763.678,00	118.681,66	601.747,14	78,80

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	528.815,82	528.815,82	221.176,16	1.236.149,77	233,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	126.615,32	795.950,44	263,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	88.818,53	409.261,92	190,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	434,18	2.171,08	47,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.417,72	6.640,33	91,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	268,76	296,05	657,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	3.621,65	21.829,95	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	533.573,33	533.573,33	188.571,39	931.781,16	174,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	533.473,33	533.473,33	188.571,39	929.665,61	174,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	0,00	2.115,55	2.115,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.657,51	4.657,51	-32.604,77	-306.484,16	-6.580,43
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	320.144,00	825.162,44	131.202,59	740.804,45	89,78
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	320.144,00	825.162,44	131.202,59	740.804,45	89,78
14- OUTRAS DESPESAS	213.429,33	329.969,87	31.228,15	263.669,66	79,91
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	213.429,33	329.969,87	31.228,15	263.669,66	79,91
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	533.573,33	1.155.132,31	162.430,74	1.004.474,11	86,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					79,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	1.602.590,84	1.602.590,84	288.149,89	1.599.048,77	99,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	180.000,00	180.000,00	18.149,59	35.601,67	19,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	180.000,00	180.000,00	18.149,59	35.601,67	19,78
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.538.681,68	2.080.990,66	339.998,32	1.756.006,91	84,38
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	533.573,33	1.155.132,31	162.430,74	1.004.474,11	86,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.005.108,35	925.858,35	177.567,58	751.532,80	81,17
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.718.681,68	2.260.990,66	358.147,91	1.791.608,58	79,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-306.484,16
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.115,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-304.368,61
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.095.977,19
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,77

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	60.000,00	89.526,68	29.655,02	53.258,56	59,49
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	125.000,00	125.000,00	22.709,28	85.738,25	68,59
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	185.000,00	214.526,68	52.364,30	138.996,81	64,79
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.903.681,68	2.475.517,34	410.512,21	1.930.605,39	77,99
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.694,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	929.665,61	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	998.447,03	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.115,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-62.970,99	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	75.000,00	0,00		75.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.264.895,69	678.827,15	0,00	586.068,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.264.895,69	678.827,15	0,00	586.068,54
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.189.895,69	-678.827,15		-511.068,54

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.750,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	0,00	12.750,00
TOTAL	12.750,00	0,00	12.750,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.161,90	0,00	6.161,90

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
RECEITAS CORRENTES	8.100.687,35	8.100.687,35	1.395.634,73	17,23	7.828.977,35	96,65	271.710,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	219.500,00	219.500,00	50.670,67	23,08	227.042,00	103,44	-7.542,00
IMPOSTOS	156.000,00	156.000,00	46.657,03	29,91	210.025,14	134,63	-54.025,14
TAXAS	45.000,00	45.000,00	4.013,64	8,92	17.016,86	37,82	27.983,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	18.500,00	18.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	4.445,94	22,23	24.248,00	121,24	-4.248,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	4.445,94	22,23	24.248,00	121,24	-4.248,00
RECEITA PATRIMONIAL	106.541,50	106.541,50	17.189,26	16,13	62.137,38	58,32	44.404,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	27.750,00	27.750,00	17.189,26	61,94	62.137,38	223,92	-34.387,38
Outras Receitas Patrimoniais	78.791,50	78.791,50	0,00	0,00	0,00	0,00	78.791,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.650.350,85	7.650.350,85	1.321.716,75	17,28	7.375.131,55	96,40	275.219,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.650.350,85	7.650.350,85	1.321.716,75	17,28	7.375.131,55	96,40	275.219,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	1.612,11	1,55	140.418,42	134,64	-36.123,42
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	11,50	0,04	840,16	3,11	26.159,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	764,00	12,73	7.698,65	128,31	-1.698,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	47,97	1,20	576,69	14,42	3.423,31
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	788,64	1,17	131.302,92	195,12	-64.007,92
RECEITAS DE CAPITAL	87.750,00	87.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.828.977,35	95,61	359.460,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	54.000,86	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.188.437,35	8.188.437,35	1.395.634,73	17,04	7.882.978,21	95,61	359.460,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Superávit Financeiro	—	3.694,88	—	—	3.694,88	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
DESPESAS CORRENTES	6.738.098,01	1.799.510,69	8.537.608,70	1.347.096,34	7.219.651,52	1.374.911,66	7.204.151,06	84,38	1.333.457,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.951.661,63	1.675.202,00	4.626.863,63	838.734,33	4.063.658,25	838.734,33	4.063.658,25	87,83	563.205,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	5.127,15	29.762,64	5.127,15	29.762,64	66,14	15.237,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.741.436,38	124.308,69	3.865.745,07	503.234,86	3.126.230,63	531.050,18	3.110.730,17	80,47	755.014,90
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.339,34	-125.443,65	1.264.895,69	106.036,79	681.877,11	106.036,79	678.827,15	53,67	586.068,54
INVESTIMENTOS	1.270.339,34	-125.443,65	1.144.895,69	85.624,29	579.814,61	85.624,29	576.764,65	50,38	568.131,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	20.412,50	102.062,50	20.412,50	102.062,50	85,05	17.937,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.188.437,35	1.674.067,04	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	79,93	1.979.526,18

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18
Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.282,79	354.537,45	76.061,79	354.211,45	4,49	83,34	70.788,55
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.282,79	354.537,45	76.061,79	354.211,45	4,49	83,34	70.788,55
Administração	1.299.943,32	1.695.716,02	266.626,20	1.358.682,01	264.046,99	1.355.792,92	17,20	79,95	339.923,10
Administração Geral	681.943,32	1.008.216,02	134.634,68	768.897,98	133.810,26	767.978,89	9,74	76,17	240.237,13
Administração Financeira	618.000,00	687.500,00	131.991,52	589.784,03	130.236,73	587.814,03	7,46	85,50	99.685,97
Assistência Social	356.000,00	459.481,38	57.845,84	339.358,81	58.773,61	337.563,60	4,28	73,47	121.917,78
Assistência ao Idoso	3.000,00	21.981,38	0,00	20.981,38	0,00	20.981,38	0,27	95,45	1.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	80.000,00	4.827,22	20.554,59	6.175,80	20.015,58	0,25	25,02	59.984,42
Assistência Comunitária	293.000,00	357.500,00	53.018,62	297.822,84	52.597,81	296.566,64	3,76	82,96	60.933,36
Saúde	1.230.894,00	1.727.894,00	342.828,98	1.643.845,27	361.581,62	1.635.882,17	20,75	94,67	92.011,83
Atenção Básica	1.201.956,50	1.668.956,50	324.896,90	1.601.203,27	343.736,77	1.596.289,43	20,25	95,65	72.667,07
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	15.109,87	19.601,04	15.210,65	19.601,04	0,25	85,34	3.367,71
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	35.968,75	2.822,21	23.040,96	2.634,20	19.991,70	0,25	55,58	15.977,05
Trabalho	37.500,00	35.000,00	6.977,94	27.584,63	6.977,94	27.584,63	0,35	78,81	7.415,37
Fomento ao Trabalho	37.500,00	35.000,00	6.977,94	27.584,63	6.977,94	27.584,63	0,35	78,81	7.415,37
Educação	1.978.681,68	2.560.517,34	433.331,48	2.014.951,14	442.308,64	2.013.105,75	25,54	78,62	547.411,59
Ensino Fundamental	1.798.681,68	2.380.517,34	415.224,89	1.979.349,47	424.159,05	1.977.504,08	25,09	83,07	403.013,26
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	18.106,59	35.601,67	18.149,59	35.601,67	0,45	19,78	144.398,33
Cultura	39.500,00	37.500,00	6.267,59	13.796,03	6.034,59	13.563,03	0,17	36,17	23.936,97
Difusão Cultural	39.500,00	37.500,00	6.267,59	13.796,03	6.034,59	13.563,03	0,17	36,17	23.936,97
Urbanismo	1.323.252,00	1.394.521,30	91.213,63	1.039.171,73	93.162,06	1.039.171,73	13,18	74,52	355.349,57
Infra-Estrutura Urbana	348.500,00	369.161,30	7.707,96	143.198,54	7.707,96	143.198,54	1,82	38,79	225.962,76
Serviços Urbanos	974.752,00	1.025.360,00	83.505,67	895.973,19	85.454,10	895.973,19	11,37	87,38	129.386,81
Gestão Ambiental	159.005,00	175.005,00	20.122,12	92.249,92	20.032,40	92.160,20	1,17	52,66	82.844,80
Saneamento Básico Rural	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	25.003,00	25.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.003,00
Controle Ambiental	14.002,00	8.002,00	84,50	84,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8.002,00
Turismo	110.000,00	137.000,00	20.037,62	92.165,42	20.032,40	92.160,20	1,17	67,27	44.839,80
Agricultura	420.350,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Promoção da Produção Animal	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18
Agricultura	420.350,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Extensão Rural	417.750,00	449.558,00	77.053,51	348.682,71	76.929,56	348.558,76	4,42	77,53	100.999,24
Transporte	739.811,34	723.811,34	55.878,77	577.761,64	56.569,97	577.761,64	7,33	79,82	146.049,70
Transporte Rodoviário	739.811,34	723.811,34	55.878,77	577.761,64	56.569,97	577.761,64	7,33	79,82	146.049,70
Desporto e Lazer	118.500,01	118.500,01	18.704,28	90.907,29	18.469,28	87.622,33	1,11	73,94	30.877,68
Desporto Comunitário	118.500,01	118.500,01	18.704,28	90.907,29	18.469,28	87.622,33	1,11	73,94	30.877,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.188.437,35	9.862.504,39	1.453.133,13	7.901.528,63	1.480.948,45	7.882.978,21	100,00	79,93	1.979.526,18

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	874.191,17	1.221.721,48	885.320,07	926.992,06	830.675,33	1.137.851,29	1.085.854,34	877.170,63	777.298,20	927.154,31	829.289,59	787.521,30	11.161.039,77	8.629.503,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	58.231,90	14.468,90	19.923,65	33.018,90	13.998,93	44.859,45	20.557,03	15.299,09	5.738,95	22.975,33	24.847,83	25.822,84	299.742,80	219.500,00
I.P.T.U.	0,00	50,31	0,00	0,00	1.633,98	22.857,57	7.349,22	662,79	106,57	0,00	42,56	0,00	32.703,00	83.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	46.878,08	6.256,12	15.606,59	8.791,44	3.225,63	16.233,60	2.244,96	7.134,61	1.778,24	19.831,33	3.197,91	4.893,90	136.072,41	28.000,00
I.T.B.I.	429,71	320,76	0,00	345,96	4.643,61	668,06	0,00	1.734,80	919,69	1.090,96	3.481,22	562,46	14.197,23	20.000,00
Outras Receitas Tributárias	10.924,11	7.841,71	4.317,06	23.881,50	4.495,71	5.100,22	10.962,85	5.766,89	2.934,45	2.053,04	18.126,14	20.366,48	116.770,16	88.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.372,11	2.189,76	2.025,43	2.594,98	0,00	5.825,19	2.654,32	2.574,34	1.667,25	2.460,55	2.038,77	2.407,17	28.809,87	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.122,67	11.622,92	3.123,92	6.490,55	8.469,22	4.201,63	5.530,25	4.353,73	5.425,89	7.352,93	15.251,70	1.937,56	78.882,97	106.541,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.955,33	862.222,69	858.914,37	877.433,63	804.150,75	976.653,82	1.054.561,90	853.983,54	750.906,49	891.783,91	786.185,47	756.707,44	10.274.459,34	8.179.166,67
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	473.591,98	430.991,18	521.345,92	354.076,15	446.259,80	499.099,71	425.907,71	318.052,52	350.964,29	307.188,19	326.090,37	4.861.331,64	4.121.666,61
Cota-Parte do I.C.M.S.	215.013,49	216.073,80	217.880,27	184.353,88	203.033,40	211.822,50	194.742,45	201.275,30	196.835,96	197.029,01	228.661,57	215.431,83	2.482.153,46	1.919.971,73
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.907,35	2.690,49	4.954,19	9.547,05	11.906,05	12.042,92	15.762,99	12.440,91	13.212,13	11.177,86	5.319,31	12.789,58	117.750,83	105.000,00
Cota-Parte do ITR.	8,13	0,00	30,75	18,04	6,62	52,16	0,00	8,50	0,00	0,00	564,41	577,89	1.266,50	225,00
Outras Transferências Correntes	89.116,58	83.757,25	112.119,41	75.489,17	144.081,72	210.409,98	223.267,38	123.002,11	139.129,54	246.279,86	147.057,61	108.469,38	1.702.179,99	1.461.330,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.084,75	1.084,75	1.085,93	1.085,93	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	1.085,49	0,00	2.171,38	13.025,68	37.500,00
Transferências do FUNDEB	82.061,21	85.024,42	91.852,64	85.593,64	89.961,32	94.980,97	120.603,88	90.263,52	82.590,85	85.247,40	97.394,38	91.177,01	1.096.751,24	533.473,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.509,16	331.217,21	1.332,70	7.454,00	4.056,43	106.311,20	2.550,84	959,93	13.559,62	2.581,59	965,82	646,29	479.144,79	104.295,00
DEDUÇÕES (II)	126.949,81	139.685,15	130.384,87	143.993,92	114.665,88	134.936,36	142.912,09	128.834,99	106.481,99	112.763,51	109.067,47	112.108,69	1.502.784,73	648.815,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	126.949,81	139.685,15	130.384,87	143.993,92	114.665,88	134.936,36	142.912,09	128.834,99	106.481,99	112.763,51	109.067,47	112.108,69	1.502.784,73	528.815,82
TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	747.241,36	1.082.036,33	754.935,20	782.998,14	716.009,45	1.002.914,93	942.942,25	748.335,64	670.816,21	814.390,80	720.222,12	675.412,61	9.658.255,04	7.980.687,35

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.301,68	20.798,05	7.048,05	-	41.051,68	-	265.914,88	265.914,88	265.914,88	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	19.499,40	5.749,40	0,00	41.051,68	0,00	259.022,71	259.022,71	259.022,71	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	1.290,36	1.290,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	14.103,20	353,20	0,00	13.750,00	0,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	207,43	207,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	2.573,60	2.573,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.324,81	1.324,81	0,00	0,00	0,00	65.742,71	65.742,71	65.742,71	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	27.277,68	0,00	0,00	0,00	27.277,68	0,00	53.280,00	53.280,00	53.280,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	0,00	1.298,65	1.298,65	0,00	0,00	0,00	6.892,17	6.892,17	6.892,17	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	1.298,65	1.298,65	0,00	0,00	0,00	6.892,17	6.892,17	6.892,17	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.301,68	20.798,05	7.048,05	0,00	41.051,68	0,00	265.914,88	265.914,88	265.914,88	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	418.456,26	336.806,26	316.393,76
DEDUÇÕES (II)	782.377,55	623.561,69	522.062,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	830.477,28	862.636,93	799.823,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	48.099,73	239.075,24	277.761,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-363.921,29	-286.755,43	-205.668,64
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	418.456,26	336.806,26	316.393,76
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-782.377,55	-623.561,69	-522.062,40

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	101.499,29	260.315,15

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-180.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.072.937,35	1.378.445,47	7.766.839,97	6.895.016,09
Receita Tributária	219.500,00	50.670,67	227.042,00	136.028,46
I.P.T.U.	83.000,00	42,56	32.652,69	30.576,24
I.S.S.	28.000,00	8.091,81	82.938,21	31.367,65
I.T.B.I.	20.000,00	4.043,68	13.446,76	17.738,10
I.R.R.F.	25.000,00	34.478,98	80.987,48	31.836,63
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	4.013,64	17.016,86	24.509,84
Receita de Contribuição	20.000,00	4.445,94	24.248,00	23.205,91
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	20.000,00	4.445,94	24.248,00	23.205,91
Receita Patrimonial Líquida	78.791,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	106.541,50	17.189,26	62.137,38	55.428,48
(-) Aplicações Financeiras	27.750,00	17.189,26	62.137,38	55.428,48
Transferências Correntes	7.650.350,85	1.321.716,75	7.375.131,55	6.664.894,12
F.P.M.	3.819.166,61	506.663,24	3.184.025,40	3.119.072,31
I.C.M.S.	1.705.555,07	355.274,87	1.641.804,25	1.528.956,51
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.125.629,17	459.778,64	2.549.301,90	2.016.865,30
Demais Receitas Correntes	104.295,00	1.612,11	140.418,42	70.887,60
Dívida Ativa	4.000,00	47,97	576,69	1.828,20
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	1.564,14	139.841,73	69.059,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	87.750,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	75.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.750,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.072.937,35	1.378.445,47	7.766.839,97	6.895.016,09
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.537.608,70	1.374.911,66	7.204.151,06	5.972.467,88
Pessoal e Encargos Sociais	4.626.863,63	838.734,33	4.063.658,25	3.229.242,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	5.127,15	29.762,64	37.307,04
Outras Despesas Correntes	3.865.745,07	531.050,18	3.110.730,17	2.705.917,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.492.608,70	1.369.784,51	7.174.388,42	5.935.160,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.264.895,69	106.036,79	678.827,15	593.724,74
Investimentos	1.144.895,69	85.624,29	576.764,65	487.632,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.000,00	20.412,50	102.062,50	106.092,65
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.144.895,69	85.624,29	576.764,65	487.632,09

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.697.504,39	1.455.408,80	7.751.153,07	6.422.792,93
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.624.567,04	-76.963,33	15.686,90	472.223,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	3.694,88	0,00
Superávit Financeiro	-	-	3.694,88	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				49.500,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 23/11/2012

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	186.000,00	186.000,00	46.716,50	210.683,84	113,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	113.000,00	113.000,00	102,03	33.311,39	29,48
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	42,56	32.652,69	38,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	11,50	82,01	0,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	47,97	576,69	11,53
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	4.043,68	13.446,76	67,23
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	4.043,68	13.446,76	67,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.000,00	28.000,00	8.091,81	82.938,21	296,21
1.3.1- ISS	30.000,00	30.000,00	8.091,81	82.938,21	276,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	25.000,00	25.000,00	34.478,98	80.987,48	323,95
1.4.1- IRRF	25.000,00	25.000,00	34.478,98	80.987,48	323,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.224.363,34	6.224.363,34	1.105.883,06	6.185.511,22	99,38
2.1- Cota-Parte FPM	4.121.666,61	4.121.666,61	633.278,56	3.979.975,84	96,56
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.121.666,61	4.121.666,61	633.278,56	3.979.975,84	96,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.919.971,73	1.919.971,73	444.093,40	2.051.066,17	106,83
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.171,38	10.856,18	28,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	7.088,53	33.201,67	83,00
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	1.142,30	1.258,37	559,28
2.6- Cota-Parte IPVA	105.000,00	105.000,00	18.108,89	109.152,99	103,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.410.363,34	6.410.363,34	1.152.599,56	6.396.195,06	99,78
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	180.000,00	180.000,00	39.569,03	168.216,31	93,45
5.1- Transferências do Salário-Educação	55.000,00	55.000,00	16.896,95	88.804,03	161,46
5.2- Outras Transferências do FNDE	125.000,00	125.000,00	22.672,08	79.412,28	63,53
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	583.678,00	583.678,00	79.112,63	433.530,83	74,28
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	763.678,00	763.678,00	118.681,66	601.747,14	78,80

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	528.815,82	528.815,82	221.176,16	1.236.149,77	233,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	126.615,32	795.950,44	263,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	88.818,53	409.261,92	190,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	434,18	2.171,08	47,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.417,72	6.640,33	91,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	268,76	296,05	657,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	3.621,65	21.829,95	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	533.573,33	533.573,33	188.571,39	931.781,16	174,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	533.473,33	533.473,33	188.571,39	929.665,61	174,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	0,00	2.115,55	2.115,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.657,51	4.657,51	-32.604,77	-306.484,16	-6.580,43
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	320.144,00	825.162,44	131.202,59	740.804,45	89,78
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	320.144,00	825.162,44	131.202,59	740.804,45	89,78
14- OUTRAS DESPESAS	213.429,33	329.969,87	31.228,15	263.669,66	79,91
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	213.429,33	329.969,87	31.228,15	263.669,66	79,91
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	533.573,33	1.155.132,31	162.430,74	1.004.474,11	86,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					79,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	1.602.590,84	1.602.590,84	288.149,89	1.599.048,77	99,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	180.000,00	180.000,00	18.149,59	35.601,67	19,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	180.000,00	180.000,00	18.149,59	35.601,67	19,78
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.538.681,68	2.080.990,66	339.998,32	1.756.006,91	84,38
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	533.573,33	1.155.132,31	162.430,74	1.004.474,11	86,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.005.108,35	925.858,35	177.567,58	751.532,80	81,17
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.718.681,68	2.260.990,66	358.147,91	1.791.608,58	79,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-306.484,16
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.115,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-304.368,61
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.095.977,19
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,77

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	60.000,00	89.526,68	29.655,02	53.258,56	59,49
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	125.000,00	125.000,00	22.709,28	85.738,25	68,59
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	185.000,00	214.526,68	52.364,30	138.996,81	64,79
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.903.681,68	2.475.517,34	410.512,21	1.930.605,39	77,99
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.694,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	929.665,61	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	998.447,03	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.115,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-62.970,99	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	75.000,00	0,00		75.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.264.895,69	678.827,15	0,00	586.068,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.264.895,69	678.827,15	0,00	586.068,54
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.189.895,69	-678.827,15		-511.068,54

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.750,00	0,00	12.750,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.750,00	0,00	12.750,00
TOTAL	12.750,00	0,00	12.750,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.161,90	0,00	6.161,90

FONTE:



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:
www.egem.org.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Li Citação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 19/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2012- PMC

Objeto: Aquisição de material didático pedagógico, para os Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI's - da rede Pública Municipal, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 07/12/2012.

Abertura: dia 07/12/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 70/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 70/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projetos de pavimentação e drenagem pluvial, em diversas ruas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/12/2012.

Abertura: dia 19/12/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 26 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de Preços Nº 65/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global, para execução de Praça no Bairro Petrópolis, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as licitantes MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, e PAULO ANTONIO BALBINOT ME. A licitante PAULO ANTONIO BALBINOT ME protocolizou seu envelope de documentação em desacordo com o estipulado no item 1.2 do edital, sendo, portanto, julgada DESQUALIFICADA. A licitante OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME deixou de apresentar o documento exigido no item "I", ou seja, "declaração emitida pelo representante legal da licitante de que irá dispor, para atuação constante no local de execução da(s) obra(s) durante toda a vigência do contrato, de equipe técnica composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais", restando INABILITADA. Já a licitante MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, apresentou sua documentação de habilitação em conformidade com os requisitos solicitados do subitem 5.1 do Edital, sendo julgada HABILITADA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 05 (cinco) de dezembro de 2012, às 15h00min (quinze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 26 de novembro de 2012.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L, em exercício

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 37/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

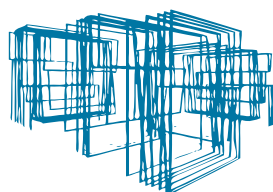
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da Senhora Dilce Lurdes Gehlen, Diretora Pedagógica, que declarou inexigível a licitação, nos termos do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para aquisição de livros para alunos do ensino fundamental, a favor das empresas: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S.A, no valor total de R\$ 3.504,62 (três mil, quinhentos e quatro reais e sessenta e dois centavos); e, EDITORA FTD S.A, no valor total de R\$ 3.503,99 (três mil, quinhentos e três reais e noventa e nove centavos).

Concórdia, SC, 26 de novembro de 2012.

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação.



Programa de
Gestão de Obras



Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 122

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 122

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2012 NÚMERO CONTRATO: 122/2012

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil com oitenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/11/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento consiste na seleção de propostas para aquisição de tubos de PVC 25", a serem usados na instalação de rede de água na comunidade de linha Nossa Senhora das graças.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 05.760.567/0001-80

CONTRATADO: EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS MARAVILHA LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.914/2012

LEI Nº 4.914/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE ARREMATADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a outorgar escritura Pública de arrematação a Ivone Terezinha Terhorst Carvalho, inscrita no CPF sob n. 789.110.449-20 e RG 1.625.619, de um lote arrematado por Nelci Maria Terhorst da Silva, conforme consta do protocolo 5862/2011.

Art. 2º - A escritura refere-se ao lote urbano localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, sito ao lado sul da Rua Paulo Pedro Pereira esquina oeste da rua Pedro Drissen, com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

Ao NORTE : 15,00 ml com Adroaldo Luiz Perin
Ao SUL : 15,00 ml com Rua Paulo Pedro Pereira
A LESTE : 30,00 ml com rua Pedro Drissen;
Ao OESTE : 30,00 ml com Rogério de Albuquerque

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 01 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei ao primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.916/2012

LEI Nº 4.916/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionados objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

- Rua Cel. Fermiano Rodrigues de Almeida
- Rua Arthur Formigheri
- Residencial Vila Olímpia
- Rua Ari Silveira de Souza
- Rua Capitão Potiguara
- Rua João da Silva Calomeno
- Rua Nelson Almeida
- Rua João Popinhack Sobrinho

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos que estão sendo retirados das Avenidas Salomão Carneiro de Almeida e Gov. Jorge Lacerda, bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Curitibanos, 09 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze portaria da Prefeitura Municipal

ADAIR LUIZ ALVES

Secretaria de Transportes e Obras

Lei Nº 4.917/2012

LEI Nº 4.917/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento do PODER LEGISLATIVO - Câmara de Vereadores na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011 no montante de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

ANULAÇÃO:

01 - PODER LEGISLATIVO**01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.1.043 - Reforma do prédio da Câmara de Vereadores.

4.4.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 193.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do PODER LEGISLATIVO - Câmara de Vereadores, na forma prevista da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

SUPLEMENTAÇÃO:**01 - PODER LEGISLATIVO****01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.2.001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal.

3.1.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 140.000,00

01 - PODER LEGISLATIVO**01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0006.2.024 RPPS - Câmara Municipal de Vereadores.

3.1.91.00.00.00.00.00 0123 - Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos R\$ 13.000,00

01 - PODER LEGISLATIVO**01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0006.2.090 RGPS - Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.219/2012

DECRETO Nº 4.219/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 16 de novembro de 2012 - sexta-feira, em virtude das comemorações do Dia da Proclamação da República.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais em especial Posto de Saúde e Centros Educacionais.

Parágrafo único: As escolas municipais funcionarão na sexta-feira, dia 16/11/2012 de acordo com o calendário de cada unidade

escolar, conforme consta do anexo.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.220/2012

DECRETO Nº 4.220/2012

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.731/2011

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1012 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO FUND.

4490000000.00.0001 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 14.400,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 14.400,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CEIS.

4490000000.00.0103 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do Salário Educação, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

Cristina Maria Agustini Moraes Ehrhardt
Secretaria da Educação e Cultura

Decreto Nº 4.221/2012

DECRETO Nº 4.221/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO CONSTANTES DA LEI N. 4.917/2012

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do PODER LEGISLATIVO - Câmara de Vereadores na forma autorizada pela Lei n. 4 917/25012 no montante de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

ANULAÇÃO:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1.043 - Reforma do prédio da Câmara de Vereadores.
4.4.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 193.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas dotações orçamentárias do orçamento específico do PODER LEGISLATIVO - Câmara de Vereadores, na forma autorizada pela Lei n. 4 917/25012, no montante de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

SUPLEMENTAÇÃO:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal.
3.1.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 140.000,00

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0006.2.024 RPPS - Câmara Municipal de Vereadores.
3.1.91.00.00.00.00.00 0123 - Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos R\$ 13.000,00

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0006.2.090 RGPS - Câmara Municipal de Vereadores
3.1.90.00.00.00.00.00 0123 Aplicações diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 1.257/2012

PORTARIA Nº 1.257/2012

ENCERRA PROCEDIMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que determina a Instrução Normativa n. TC-13/2012,

RESOLVE

Art. 1º. Encerrar o procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos e a responsabilidade da penalização monetária constante dos Autos de Infração de n. 373807945; 373807953; 510135650; 510135668 emitido pela Receita Federal do Brasil, referente às contribuições sociais previstas no art. 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 8.212/1991 e contribuições a terceiros, provenientes de empresas ou equiparadas não pagas pela Câmara Municipal de Vereadores no período de 2007 a 2011.

Art. 2º. Acolher o relatório final da comissão designada especialmente para o fim de conduzir a Tomada De Contas Especial n. 001/2012 para determinar o imediato encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma do que determina a Instrução Normativa n. TC-13/2012,

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 210/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2012

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitiba e a empresa Superauto Distribuidora Ltda com o valor total de R\$ 192,00 (Cento e noventa e dois reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA PLACA MKK 2813, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 22 de Novembro de 2012.

ADAILTON ALVES TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA
Presidente da Comissão Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 22 de Novembro de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 22 de Novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
CNPJ: 05.758.684/0001-09
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato/Aditivo: 568/2012
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS DE R\$ 44,15, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI.

Data da Assinatura: 20/11/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2012
Vigência: 20/11/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0019
2.077.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 44,15
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM VAR EM GERAL LTDA ME
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato/Aditivo: 569/2012
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS DE R\$ 19,74, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI.

Data da Assinatura: 20/11/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2012
Vigência: 20/11/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0019
2.077.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 19,74
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINÂMICA COM. DE SUP.P/ INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato/Aditivo: 570/2012
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS DE R\$ 67,60, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI.

Data da Assinatura: 20/11/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2012
Vigência: 20/11/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0019
2.077.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 67,60
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato/Aditivo: 571/2012
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS DE R\$ 51,00, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI.

Data da Assinatura: 20/11/2012
 Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2012
 Vigência: 20/11/2012 A 31/12/2012
 Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0019
 2.077.3.3.90.00.00.00.00
 Unidade Gestora/Numero:
 Gestão/Numero:
 Numero do Empenho:
 Valor: 51,00
 Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA
 CNPJ: 05.937.763/0001-87
 Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Numero da Licitação: 210/2012 Numero do Processo: 210/2012
 Numero do Contrato/Aditivo: 575/2012
 Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA PLACA MKK 2813, NA FORMA DO ART.24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 22/11/2012
 Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2012
 Vigência: 22/11/2012 A 22/12/2012
 Programa de Trabalho:
 Unidade Gestora/Numero:
 Gestão/Numero:
 Numero do Empenho:
 Valor: 192,00
 Forma de Pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: QUARK ENGENHARIA LTDA ME
 CNPJ: 12.496.490/0001-48
 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 Numero da Licitação: 189/2012 Numero do Processo: 189/2012
 Numero do Contrato/Aditivo: 573/2012
 Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE MAIS 60(SESSENTA) DIAS.

Data da Assinatura: 22/11/2012
 Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2012
 Vigência: 22/11/2012 A 22/01/2012
 Programa de Trabalho:
 Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ NR: 11
 Gestão/Numero:
 Numero do Empenho:
 Valor: 0,0
 Forma de Pagamento:

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ermo

PREFEITURA

Anexo _iii _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	865.348,93	1.083.213,11	802.898,17	841.464,58	739.132,34	857.081,94	834.671,91	834.314,15	672.939,48	724.292,85	704.255,35	761.218,01	9.720.830,82	9.887.226,63
RECEITA TRIBUTARIA	8.812,61	9.855,29	8.000,11	7.286,57	28.790,33	20.114,35	24.272,98	16.976,81	9.592,12	18.392,47	12.695,20	14.180,17	178.969,01	202.700,06
I.P.T.U.	89,79	265,34	0,00	930,36	1.655,10	3.563,76	10.589,40	2.510,97	1.447,74	953,18	103,08	327,76	22.436,48	21.267,50
I.R.R.F	4.029,28	6.623,77	4.550,62	3.480,01	3.766,47	3.484,18	3.761,64	3.804,72	2.510,24	6.218,61	3.847,89	3.879,55	49.956,98	75.429,49
I.S.S.	3.324,93	2.464,18	2.340,26	1.374,29	13.054,20	9.501,56	7.089,30	8.755,91	5.034,04	4.907,77	8.510,53	7.676,82	74.033,79	41.181,06
I.T.B.I.	832,86	161,00	30,00	844,85	1.065,36	1.500,00	1.268,82	1.327,95	421,80	4.600,00	0,00	640,00	12.692,64	18.252,88
Outras Receitas Tributárias	535,75	341,00	1.079,23	657,06	9.249,20	2.064,85	1.563,82	577,26	178,30	1.712,91	233,70	1.656,04	19.849,12	46.569,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.258,32	6.708,93	16.909,84	9.121,66	5.076,30	5.058,84	5.491,05	13.796,04	5.347,65	5.329,51	5.282,43	4.996,01	89.376,58	77.170,72
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	132,00	0,00	0,00	241,78	267,92	20,51	0,00	0,00	0,00	980,22	0,00	1.642,43	38.526,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	816.433,78	1.055.503,07	775.983,94	821.831,44	702.705,03	823.987,45	802.755,13	800.368,99	655.113,63	696.757,85	682.473,53	690.570,90	9.324.484,74	9.458.305,85
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	685.721,01	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	306.382,86	325.988,39	5.072.532,88	5.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	253.566,12	258.021,97	252.744,99	219.611,17	239.230,18	247.478,47	224.728,81	232.138,70	227.137,51	227.244,69	263.502,69	248.401,46	2.893.806,76	3.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	9.590,27	6.629,47	10.603,53	16.667,96	9.692,30	9.751,05	14.964,36	12.927,54	8.440,08	12.026,54	11.523,18	16.104,48	138.920,76	88.718,33
Cota-Parte do ITR.	813,40	19,94	0,00	30,23	35,63	6,30	32,93	131,97	148,73	0,00	769,89	1.469,01	3.458,03	4.689,91
Outras Transferências Correntes	100.946,14	61.549,73	44.637,50	24.867,32	60.440,25	80.074,30	24.320,62	88.292,70	64.924,08	68.723,93	58.118,42	57.341,07	734.236,06	772.734,16
Transferências da LC 61/1989	6.425,40	5.953,23	2.024,70	4.236,98	3.765,50	3.995,47	4.522,31	4.040,07	3.767,52	4.018,06	4.211,35	4.070,32	51.030,91	69.712,64
Transferências da LC 87/1996	2.590,68	1.295,34	0,00	2.537,68	1.268,21	1.268,21	0,00	2.536,42	1.268,21	1.268,21	0,00	2.536,42	16.569,38	62.450,81
Transferências do FUNDEB	34.737,95	36.312,38	34.987,47	32.537,36	34.197,98	35.163,05	35.086,39	34.395,38	31.374,98	32.512,13	37.965,14	34.659,75	413.929,96	460.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.844,22	11.013,82	2.004,28	3.224,91	2.318,90	7.653,38	2.132,24	3.172,31	2.886,08	3.813,02	2.823,97	51.470,93	126.358,06	109.962,20
DEDUÇÕES (II)	140.818,71	154.964,55	154.470,05	160.944,87	125.731,29	145.725,08	152.710,32	147.467,95	115.350,53	123.072,84	121.451,66	123.767,70	1.666.475,55	1.577.852,67
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	135.433,25	149.102,11	138.545,88	152.890,66	121.613,28	141.749,89	148.669,46	135.065,06	111.347,68	118.987,20	117.277,83	119.714,58	1.590.396,88	1.521.061,81
Outras Contribuições Sociais	5.385,46	5.862,44	15.924,17	8.054,21	4.118,01	3.975,19	4.040,86	12.402,89	4.002,85	4.085,64	4.173,83	4.053,12	76.078,67	56.790,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	724.530,22	928.248,56	648.428,12	680.519,71	613.401,05	711.356,86	681.961,59	686.846,20	557.588,95	601.220,01	582.803,69	637.450,31	8.054.355,27	8.309.373,96

FONTE:

ERMO, 14/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/Controle Interno

Anexo _ii _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	100,00	70,06	3.244.856,40
Legislativa	500.000,00	500.000,00	25.477,04	433.619,56	67.211,14	398.564,37	5,25	79,71	101.435,63
Ação Legislativa	500.000,00	500.000,00	25.477,04	433.619,56	67.211,14	398.564,37	5,25	79,71	101.435,63
Administração	900.349,85	1.000.349,85	109.331,95	772.962,16	148.909,10	702.219,57	9,25	70,20	298.130,28
Administração Geral	900.349,85	1.000.349,85	109.331,95	772.962,16	148.909,10	702.219,57	9,25	70,20	298.130,28
Segurança Pública	27.136,00	27.136,00	970,00	8.085,50	1.225,75	8.085,50	0,11	29,80	19.050,50
Policiamento	27.136,00	27.136,00	970,00	8.085,50	1.225,75	8.085,50	0,11	29,80	19.050,50
Assistência Social	450.233,70	543.233,70	27.765,34	347.669,98	38.865,62	319.863,07	4,21	58,88	223.370,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00	16.854,00	75,80	1.469,25	75,80	1.469,25	0,02	8,72	15.384,75
Assistência Comunitária	433.379,70	526.379,70	27.689,54	346.200,73	38.789,82	318.393,82	4,19	60,49	207.985,88
Saúde	2.136.158,14	2.568.358,14	268.840,71	2.165.725,02	386.959,96	2.002.317,18	26,37	77,96	566.040,96
Atenção Básica	2.036.158,14	2.468.358,14	240.688,47	2.078.084,38	362.376,98	1.926.417,83	25,37	78,04	541.940,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	100.000,00	28.152,24	87.640,64	24.582,98	75.899,35	1,00	75,90	24.100,65
Educação	1.778.218,71	1.998.218,71	177.339,18	1.434.176,40	220.170,16	1.333.012,62	17,55	66,71	665.206,09
Alimentação e Nutrição	112.431,51	112.431,51	0,00	66.195,25	11.336,59	50.394,36	0,66	44,82	62.037,15
Ensino Fundamental	1.411.180,00	1.631.180,00	154.580,95	1.251.374,49	181.351,47	1.181.498,94	15,56	72,43	449.681,06
Educação Infantil	162.247,60	162.247,60	21.536,36	78.156,95	23.126,60	70.035,98	0,92	43,17	92.211,62
Educação de Jovens e Adultos	32.359,60	32.359,60	1.221,87	1.582,99	855,50	1.216,62	0,02	3,76	31.142,98
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	0,00	36.866,72	3.500,00	29.866,72	0,39	49,78	30.133,28
Cultura	25.618,00	30.618,00	9.179,50	26.762,36	9.179,50	26.762,36	0,35	87,41	3.855,64
Difusão Cultural	25.618,00	30.618,00	9.179,50	26.762,36	9.179,50	26.762,36	0,35	87,41	3.855,64
Urbanismo	574.875,86	1.600.875,86	542,32	1.461.059,69	98.117,64	897.966,04	11,82	56,09	702.909,82
Infra-Estrutura Urbana	404.496,00	1.430.496,00	0,00	1.355.907,46	85.068,82	813.502,10	10,71	56,87	616.993,90
Serviços Urbanos	170.379,86	170.379,86	542,32	105.152,23	13.048,82	84.463,94	1,11	49,57	85.915,92
Agricultura	633.260,00	696.126,00	30.472,30	494.321,57	65.122,09	462.498,88	6,09	66,44	233.627,12
Abastecimento	633.260,00	696.126,00	30.472,30	494.321,57	65.122,09	462.498,88	6,09	66,44	233.627,12
Transporte	1.391.284,71	1.556.284,71	206.167,15	1.267.197,62	218.455,13	1.208.838,35	15,92	77,67	347.446,36
Transporte Rodoviário	1.391.284,71	1.556.284,71	206.167,15	1.267.197,62	218.455,13	1.208.838,35	15,92	77,67	347.446,36
Desporto e Lazer	90.000,00	90.000,00	5.999,02	39.758,53	5.999,02	39.758,53	0,52	44,18	50.241,47
Desporto Comunitário	90.000,00	90.000,00	5.999,02	39.758,53	5.999,02	39.758,53	0,52	44,18	50.241,47

Continua 1/2



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	100,00	70,06	3.244.856,40
Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	37.032,76	194.323,13	37.032,76	194.323,13	2,56	88,33	25.676,87
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	37.032,76	194.323,13	37.032,76	194.323,13	2,56	88,33	25.676,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.865,03	7.865,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03
TOTAL (III) = (I + II)	8.735.000,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	100,00	70,06	3.244.856,40

FONTE:

ERMO, 14/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo _ix _5bim2012



Município de ERMO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	34.375,00	34.147,50	34.147,50	-	227,50
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.375,00	34.147,50	34.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.375,00	24.147,50	24.147,50	0,00	227,50
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.375,00	34.147,50	34.147,50	0,00	227,50

FONTE:

ERMO, 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
 Responsavel p/Controle Interno



O Poder Legislativo
 Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br

Anexo _i _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.268.480,95	14,52	7.214.573,87	82,59	1.520.426,13
	8.366.164,82	8.366.164,82	1.228.480,95	14,68	6.466.407,26	77,29	1.899.757,56
RECEITA TRIBUTARIA	202.700,06	202.700,06	26.875,37	13,26	160.301,11	79,08	42.398,95
IMPOSTOS	156.130,93	156.130,93	24.985,63	16,00	141.328,74	90,52	14.802,19
TAXAS	28.591,13	28.591,13	1.889,74	6,61	18.972,37	66,36	9.618,76
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	17.978,00	17.978,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.978,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	77.170,72	10.278,44	13,32	76.409,33	99,01	761,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	56.790,86	8.226,95	14,49	64.830,77	114,16	-8.039,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.379,86	20.379,86	2.051,49	10,07	11.578,56	56,81	8.801,30
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	38.526,00	980,22	2,54	1.510,43	3,92	37.015,57
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	38.526,00	38.526,00	980,22	2,54	1.510,43	3,92	37.015,57
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	561,80	0,00	0,00	0,00	0,00	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.937.244,04	7.937.244,04	1.136.052,02	14,31	6.146.686,37	77,44	1.790.557,67
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.937.244,04	7.937.244,04	1.136.052,02	14,31	6.146.686,37	77,44	1.790.557,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	109.962,20	54.294,90	49,38	81.500,02	74,12	28.462,18
Multas e Juros de Mora	17.683,15	17.683,15	0,00	0,00	2.115,64	11,96	15.567,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.457,33	0,00	0,00	691,60	9,27	6.765,73
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	28.585,51	28.585,51	243,94	0,85	8.407,66	29,41	20.177,85
RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	56.236,21	54.050,96	96,11	70.285,12	124,98	-14.048,91
	368.835,18	368.835,18	40.000,00	10,84	748.166,61	202,85	-379.331,43
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	27.569,26	31,35	60.365,92
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	87.935,18	0,00	0,00	27.569,26	31,35	60.365,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	280.900,00	40.000,00	14,24	720.597,35	256,53	-439.697,35
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	280.900,00	40.000,00	14,24	720.597,35	256,53	-439.697,35
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.268.480,95	14,52	7.214.573,87	82,59	1.520.426,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.268.480,95	14,52	7.214.573,87	82,59	1.520.426,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	379.635,73	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.735.000,00	8.735.000,00	1.268.480,95	14,52	7.594.209,60	82,59	1.520.426,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.735.000,00	2.104.066,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	70,06	3.244.856,40
DESPESAS CORRENTES	7.389.200,99	963.063,60	8.352.264,59	928.645,35	6.764.693,22	1.207.557,13	6.285.038,42	75,25	2.067.226,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.904.981,16	792.000,00	3.696.981,16	571.002,71	2.906.141,03	569.120,52	2.898.258,84	78,40	798.722,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	19.495,94	19.495,94	19.495,94	19.495,94	97,48	504,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.464.219,83	171.063,60	4.635.283,43	338.146,70	3.839.056,25	618.940,67	3.367.283,64	72,64	1.267.999,79
DESPESAS DE CAPITAL	1.337.933,98	1.141.002,40	2.478.936,38	-29.528,08	1.880.968,30	89.690,74	1.309.171,18	52,81	1.169.765,20
INVESTIMENTOS	1.237.933,98	1.141.002,40	2.378.936,38	-33.340,00	1.781.390,15	85.878,82	1.209.593,03	50,85	1.169.343,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	3.811,92	99.578,15	3.811,92	99.578,15	99,58	421,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.865,03	0,00	7.865,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.735.000,00	2.104.066,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	70,06	3.244.856,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de ERMO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.735.000,00	2.104.066,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	70,06	3.244.856,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.735.000,00	2.104.066,00	10.839.066,00	899.117,27	8.645.661,52	1.297.247,87	7.594.209,60	70,06	3.244.856,40

FONTE:

ERMO, 14/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
 Responsavel p/Controle Interno

Anexo _vii _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.327.638,82	1.227.500,73	6.464.896,83	6.163.615,75
Receita Tributária	202.700,06	26.875,37	160.301,11	144.579,97
I.P.T.U.	21.267,50	430,84	22.081,35	20.551,44
I.S.S.	41.181,06	16.187,35	68.244,68	37.247,32
I.T.B.I.	18.252,88	640,00	11.698,78	14.392,96
I.R.R.F.	75.429,49	7.727,44	39.303,93	40.707,80
Outras Receitas Tributárias	46.569,13	1.889,74	18.972,37	31.680,45
Receita de Contribuição	77.170,72	10.278,44	76.409,33	50.244,88
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	77.170,72	10.278,44	76.409,33	50.244,88
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	38.526,00	980,22	1.510,43	3.934,01
(-) Aplicações Financeiras	38.526,00	980,22	1.510,43	3.934,01
Transferências Correntes	7.937.244,04	1.136.052,02	6.146.686,37	5.894.588,68
F.P.M.	4.105.335,75	505.897,07	3.183.238,75	3.118.772,33
I.C.M.S.	2.418.717,23	409.523,52	1.907.387,77	1.816.370,18
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.413.191,06	220.631,43	1.056.059,85	959.446,17
Demais Receitas Correntes	110.524,00	54.294,90	81.500,02	74.202,22
Dívida Ativa	28.585,51	243,94	8.407,66	3.957,68
Diversas Receitas Correntes	81.938,49	54.050,96	73.092,36	70.244,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	368.835,18	40.000,00	748.166,61	821.938,35
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	374.400,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	87.935,18	0,00	27.569,26	119.100,00
Transferências de Capital	280.900,00	40.000,00	720.597,35	328.438,35
Convênios	280.900,00	40.000,00	720.597,35	328.438,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	280.900,00	40.000,00	720.597,35	328.438,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.608.538,82	1.267.500,73	7.185.494,18	6.492.054,10

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.352.264,59	1.207.557,13	6.285.038,42	5.578.217,54
Pessoal e Encargos Sociais	3.696.981,16	569.120,52	2.898.258,84	2.575.247,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	19.495,94	19.495,94	0,00
Outras Despesas Correntes	4.635.283,43	618.940,67	3.367.283,64	3.002.969,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.332.264,59	1.188.061,19	6.265.542,48	5.578.217,54
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.478.936,38	89.690,74	1.309.171,18	1.363.384,26
Investimentos	2.378.936,38	85.878,82	1.209.593,03	1.363.384,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	3.811,92	99.578,15	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.378.936,38	85.878,82	1.209.593,03	1.363.384,26



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.865,03	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.719.066,00	1.273.940,01	7.475.135,51	6.941.601,80
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.110.527,18	-6.439,28	-289.641,33	-449.547,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-6.461,18

FONTE:

ERMO, 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
 Responsavel p/Controle Interno

Anexo_VI_5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	374.400,00	428.633,77	424.821,85
DEDUÇÕES (II)	290.118,91	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	290.118,91	297.116,61	320.425,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	359.502,58	409.791,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	84.281,09	428.633,77	424.821,85
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	84.281,09	428.633,77	424.821,85

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	-3.811,92	340.540,76

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	10.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 14/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Anexo _xiv _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	56.180,00	27.569,26	28.610,74
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	56.180,00	27.569,26	28.610,74
TOTAL	56.180,00	27.569,26	28.610,74

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	27.569,26	27.569,26

FONTE:

ERMO, 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Anexo _xi _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.478.936,38	1.309.171,18	0,00	1.169.765,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.478.936,38	1.309.171,18	0,00	1.169.765,20
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.478.936,38	-1.309.171,18		-1.169.765,20

FONTE:

ERMO, 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

Anexo _xvii _5bim2012



Município de ERMO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ERMO, 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
 Responsavel p/Controle Interno

PEGASO
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo _xvi_ _5bim2012



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.256.061,81	10.256.061,81	8.520.435,39	83,08
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-1.305.861,52	85,85
TOTAL	8.735.000,00	8.735.000,00	7.214.573,87	82,59

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.685.750,00	1.920.750,00	1.527.061,96	79,50
Pessoal e Encargos Sociais	625.000,00	840.000,00	691.024,76	82,26
Outras Despesas Correntes	1.060.750,00	1.080.750,00	836.037,20	77,36
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	8.623,96	17,25
Investimentos	50.000,00	50.000,00	8.623,96	17,25
TOTAL (IV)	1.735.750,00	1.970.750,00	1.535.685,92	77,92

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.735.750,00	1.970.750,00	1.535.685,92	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.735.750,00	1.970.750,00	1.535.685,92	100,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	0,00
--	------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.735.000,00	1.970.000,00	1.535.685,92	100,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	750,00	750,00	0,00	0,00
TOTAL	1.735.750,00	1.970.750,00	1.535.685,92	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

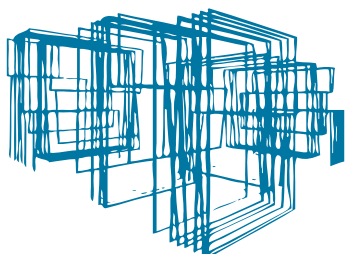
ERMO, 16/11/2012

 MARCOS LEONE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

 ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC 026097/O-0

 LEILE DENISE LEONARDO
 Responsável p/Controle Interno

Análise de projetos e obras em alto nível:
 sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
 um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo _x _5bim2012



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	177.735,51	177.735,51	25.229,57	149.736,40	84,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.872,08	42.872,08	674,78	30.489,01	71,12
1.1.1- IPTU	21.267,50	21.267,50	430,84	22.081,35	103,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.604,58	21.604,58	243,94	8.407,66	38,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.252,88	18.252,88	640,00	11.698,78	64,09
1.2.1- ITBI	18.252,88	18.252,88	640,00	11.698,78	64,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41.181,06	41.181,06	16.187,35	68.244,68	165,72
1.3.1- ISS	41.181,06	41.181,06	16.187,35	68.244,68	165,72
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.429,49	75.429,49	7.727,44	39.303,93	52,11
1.4.1- IRRF	75.429,49	75.429,49	7.727,44	39.303,93	52,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.225.571,69	8.225.571,69	1.184.960,05	6.537.928,07	79,48
2.1- Cota-Parte FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	632.371,25	3.979.048,05	79,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.000.000,00	5.000.000,00	632.371,25	3.979.048,05	79,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	511.904,15	2.382.218,67	79,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.450,81	62.450,81	2.536,42	12.683,36	20,31
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	69.712,64	69.712,64	8.281,67	38.652,28	55,45
2.5- Cota-Parte ITR	4.689,91	4.689,91	2.238,90	2.624,69	55,96
2.6- Cota-Parte IPVA	88.718,33	88.718,33	27.627,66	122.701,02	138,30
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.403.307,20	8.403.307,20	1.210.189,62	6.687.664,47	79,58

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.521.061,81	1.521.061,81	236.992,41	1.305.861,52	85,85
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	894.664,25	126.474,18	795.809,30	88,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	581.282,77	581.282,77	102.380,63	474.830,90	81,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.489,94	12.489,94	507,28	2.536,64	20,31
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.942,75	13.942,75	1.656,34	7.620,20	54,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	938,21	938,21	447,75	523,97	55,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.743,89	17.743,89	5.526,23	24.540,51	138,30
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.521.061,81	-1.521.061,81	-236.992,41	-1.305.861,52	85,85
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				4.411,85	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				4.411,85	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.100.826,80	2.100.826,80	302.547,41	1.671.916,12	79,58
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.305.861,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.305.861,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.305.861,52
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,53

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.425.857,20	1.600.857,20	175.191,72	1.125.553,50	70,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.425.857,20	1.600.857,20	175.191,72	1.125.553,50	70,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.425.857,20	1.600.857,20	175.191,72	1.125.553,50	70,31
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

ERMO. 16/11/2012

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC 026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsavel p/Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.411,85, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Processo Seletivo 002/2012

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo para a Contratação temporário de Professores para a rede municipal de ensino no Município de Erval Velho.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por sua Prefeita, Sr^a. LENITA DADALT FONTANA, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nºs 0899/99 e 0937/01, Lei Complementar nºs 021/2009 e 007/2001, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para a contratação de professores em caráter temporário para atuação no Município de Erval Velho, visando substituições que venham ocorrer durante o exercício de 2013 que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
Professor de Informática	20	*	Ensino médio completo e 200 horas, no mínimo, de cursos de aperfeiçoamento na área específica ou cursando curso superior na área de Informática.	Escrita e Objetiva
Professor de Educação Física	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida	Escrita e Objetiva
Professor de Artes	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 5ª fase de habilitação escolhida, ou ensino médio completo e habilitação na área do teatro e coral, arte aplicada e pintura.	Escrita e Objetiva

Professor de Língua Inglesa	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 5ª fase de habilitação escolhida ou ensino médio completo e 200 horas de curso de Língua Inglesa.	Escrita e Objetiva
Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil	20	*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 5ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério.	Escrita e Objetiva

(*) O Nº DE VAGAS SERÁ DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO.

Notas:

- O candidato que não quiser ser contratado ou não apresentar a documentação exigida não perderá o direito de nova convocação, passando para o final da lista desde que assim o requeira por escrito.
- O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.
- A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.
- Para professor habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Física, Língua Inglesa e, Artes a nível de licenciatura plena o vencimento será de R\$ 836,58
- Para professor habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental a nível de ensino médio-magistério o vencimento será de R\$ 725,50
- Para professor não habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação física, Artes, Língua Inglês e Informática o vencimento será de R\$ 652,95.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 27/11/2012 na prefeitura da municipalidade e/ou nos endereços eletrônicos www.aprenderesc.com.br / www.ervalvelho.sc.gov.br.

Erval Velho, SC, 27 de Novembro de 2012.
LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 26/FMS/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de dezembro de 2012 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de novembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 2241/2012

PORTARIA Nº 2.241, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor WILLIAM MORSOLETO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 009.894.899-73, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2242/2012

PORTARIA Nº 2.242, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 111/2010, e nos termos da Lei complementar nº 109, de 03 de Março de

2010; de acordo com o Edital de Concurso Público nº 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora TATIANE GONÇALVES MATEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.120.609-81, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 05 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0166/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0166/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de 01 (um) forno elétrico e 01 (um) conjunto de sofás com 2 e 3 lugares para uso na sede do Funrebom. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 07.12.2012. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf220

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF220

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF86

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF201

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE FECHAMENTO EM ALVENARIA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA COBERTA DE ESPORTES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO, DE ACORDO COM OS PROJETOS E MEMORIAIS (ANEXOS AO PAL). OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO ATÉ A DATA DE 04/01/2013. DATA DO ADITIVO: 05.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 70/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0015 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf221

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF221

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF293

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF14, TA12PMF71, TA12PMF112, TA12PMF168 e TA12PMF206.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO ATÉ A DATA DE 16/01/2013. DATA DO ADITIVO: 05.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 224/2011-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0028 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf222

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF222
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF63
ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF119, TA12PMF159, TA12PMF185 e TA12PMF202.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E OBRAS COMPLEMENTARES DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL - VILA SALETE, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO PARA ATÉ O DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 05.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 05.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 17/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0002 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf223

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF223
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF185
ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF12, TA12PMF66, TA12PMF67, TA12PMF143 TA12PMF189 e TA12PMF191.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE CULTURA - BLOCO I, NA RUA MARLY, S/Nº, NESTA CIDADE, COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 287,04 M². OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 16 DE JANEIRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 05.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 95/2011-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0014 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf224

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF224
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MARIANA POMERENING STEFANES ME. OBJETO DO CONTRATO: ASSINATURA DA REVISTA "FIQUE DE OLHO" PARA DIVULGAÇÃO

DE MENSAGENS, EVENTOS, ATOS E PUBLICAÇÕES EM GERAL DESTE MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: DIANTE DA RESCISÃO CONTRATUAL ORA AJUSTADA, FICA ANULADO O SALDO DE EMPENHO 691 NO VALOR DE R\$ 1.950,00 (UM MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS). VALOR DO ADITIVO: R\$1950 (MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS), DATA DO ADITIVO: 07.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. DISPENSA DE LICITAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf225

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF225
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF184
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE PISOS DE CONCRETO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS E INFANTIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2012, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU SANÇÃO ADMINISTRATIVA. DATA DO ADITIVO: 09.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 22.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 178/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0032 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf226

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF226
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF116
ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF05, TA11PMF44, TA11PMF54, TA11PMF64, TA11PMF75, TA11PMF96, TA11PMF125, TA11PMF165, TA11PMF190 TA12PMF50 e TA12PMF97.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPREENDENDO O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DE UNIDADES HABITACIONAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, DE 100 (CEM) CASAS RESIDENCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 10 DE JANEIRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 09.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 10.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 130/2010-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0010 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf227

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF227
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF77

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF176, TA12PMF211 e TA12PMF216. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA E LÓGICA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO, ANEXOS AO PROCESSO LICITATÓRIO. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL PARA ACRÉSCIMO ASSINADA PELO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, NO VALOR TOTAL DE R\$ 15.514,31 (QUINZE MIL, QUINHENTOS E CATORZE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS). VALOR DO ADITIVO: R\$15514,31 (QUINZE MIL QUINHENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), DATA DO ADITIVO: 12.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 38/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0004 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf228

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF228
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF155
ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF171 e TA12PMF04.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: BALESTRIN IMOVEIS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO, APARTAMENTO, COM 158,50 M², SITUADO NA AV. 7 DE SETEMBRO, Nº 151, APTO Nº 302, EDIFÍCIO TIROL, CENTRO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC, DO QUAL O LOCADOR. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2013. ALTERAÇÃO NO VALOR PASSANDO DE R\$ 27.108,00 (VINTE E SETE MIL, CENTO E OITO REAIS) PARA R\$ 41.784,00 (QUARENTA E UM MIL SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS). VALOR DO ADITIVO: R\$14676 (QUATORZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS), DATA DO ADITIVO: 13.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 24.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 196/2010-PMF. DISPENSA: Nº 0014 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf229

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF229
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF101
ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF136 e TA12PMF190.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS JUNTO AO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2012. DATA DO ADITIVO: 13.11.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 17.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 67/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0014 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 23.11.2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Acórdão Cyber Pa 3641/2012

Processo Administrativo nº 3641/2012

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

TRIBUTÁRIO. FISCALIZAÇÃO. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS. BOLETIM DE OCORRÊNCIA NOTIFICANDO EXTRAVIO DE BLOCOS. ARBITRAMENTO.

A apresentação por parte do contribuinte de Boletim de Ocorrência noticiando o extravio dos blocos de notas em nada impede o arbitramento por parte do Fisco com base em prova documental, ainda mais quando no curso do processo fica evidente a utilização de documentos fiscais que se dizia terem sido extraviados. RECURSO DESPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3641/2012 em que figura como Recorrente a empresa Cyber Technology Ltda:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.

RELATÓRIO

De acordo com o Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF nº 0007/2012, de 12 de junho de 2012, fls. 03/04, foi solicitada a apresentação da documentação da Recorrente Cyber Technology Ltda, referente ao período de 26/02/2008 a 31/05/2012.

A Recorrente fez a entrega de parte da documentação, conforme comprova o termo de recebimento de fl. 05, sendo que no tocante aos não apresentados, juntou cópia do boletim de ocorrência de fl. 005-17 (registro 00335-2012-0200), no qual noticia que extraviou os blocos de notas do número 50 ao 150 e que as notas 50 a 62 estavam preenchidas e as de número 63 a 150 em branco, ou seja, não foram utilizadas.

Contudo, ao contrário do que declarou o proprietário da Cyber, Sr. Maykon Vockes, diversos documentos fiscais declarados como não utilizados foram obtidos junto a empresas para as quais a Cyber prestou seus serviços, evidenciando assim a tentativa de ludibriar o Fisco com informação sabidamente falsa.

Com tal atitude, o declarante fez inserir em documento público (B.O. nº 00335/2012-0200) informação que sabia ser inverídica.

Os documentos de fls. 059/076 bem evidenciam a tentativa de omissão da apresentação dos documentos solicitados.

Diante disso, não restou alternativa ao Fisco senão o arbitramento dos valores relativos ao imposto, com base nos próprios documentos constantes no bojo do processo, bem como, aplicação de multa punitiva pela tentativa de burla ao Fisco.

O Recurso interposto, por sua vez, se limitou em atacar a penalidade de multa aplicada. Contudo, a multa foi corretamente aplicada, pois em consonância com o disposto no artigo 547, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

Art. 547. Com base no inciso II, do Artigo 544 desta Lei, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 2.000 U.F.Ms, sem prejuízo da cobrança do tributo omitido, corrigido monetariamente, por infração:

[]

d) pela falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

Por estas razões, voto pelo desprovimento do recurso.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, decidiu negar provimento ao recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 21 de novembro de 2012, foi presidido pelo Exmo Senhor Olides Bertaiolli, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Dr. Alisson Luiz Soligo, Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli, funcionando como representante da Fazenda Pública o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2012.
CLADI ANA FROZZA VESCOVI
Relatora

Acórdão Segmetre Pa 3418/2012

Processo Administrativo nº 3418/2012

Relator: Segmetre Assessoria SC Ltda

TRIBUTÁRIO. FISCALIZAÇÃO. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS. APLICAÇÃO DE PENALIDADE.

A não apresentação por parte do contribuinte, quando solicitado pelo Fisco, de documentos que estão sob sua guarda, sem qualquer justificativa fundamentada, constitui ato punível com aplicação de penalidade. RECURSO DESPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3418/2012 em que figura como Recorrente a empresa Segmetre Assessoria SC Ltda:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.

RELATÓRIO

De acordo com o Termo de Solicitação de Documentos de fl. 02, a empresa Segmetre Assessoria SC Ltda foi instada a apresentar ao Fisco Municipal as Notas Fiscais de serviços tomados da empresa Cyber Technology Ltda, referente ao período de 01/01/2010 a 31/12/2011.

Em que pese devidamente intimada (fl. 02) deixou transcorrer in albis o prazo para a apresentação dos documentos solicitados, gerando, por via reflexa, a emissão do Auto de Infração nº 014/2012, inserto na fl. 03 dos Autos, com a aplicação de multa no importe de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais).

Em sede de Recurso, sustenta a Recorrente que o valor da multa é muito superior ao que seria devido a título de Impostos, insurgindo-se contra essa disparidade. Além disso, sustenta que se mantido o Auto de Infração, haveria um bis in idem no tocante ao recolhimento do tributo.

Salvo melhor juízo, improcedem as alegações recursais. No tocante à aplicação da penalidade, a multa foi corretamente aplicada, pois em consonância com o disposto no artigo 547, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

Art. 547. Com base no inciso II, do Artigo 544 desta Lei, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 2.000 U.F.Ms, sem prejuízo da cobrança do tributo omitido, corrigido monetariamente, por infração:

[]

d) pela falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

No tocante à alegação de dúplice recolhimento do tributo, também sem razão o Recorrente, tendo em vista que o Auto de Infração menciona exclusivamente a aplicação de penalidade de multa pela não apresentação dos documentos e não acerca da cobrança do imposto.

Por estas razões, voto pelo desprovimento do recurso.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, decidiu negar provimento ao recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 21 de novembro de 2012, foi presidido pelo Exmo Senhor Olides Bertaiolli, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Dr. Alisson Luiz Soligo, Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli, funcionando como representante da Fazenda Pública o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2012.
CLADI ANA FROZZA VESCOVI
Relatora

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG Nº 048/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços p/ Serviços de Engenharia PMG nº 048/2012

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a reforma da cobertura da Creche Municipal João de Deus, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/12/2012 às 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 26 de novembro de 2012.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 050/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial PMG nº 050/2012

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para a Locação de equipamentos,

com operador e fornecimento de combustível, de 335 (trezentos e trinta e cinco) horas/máquina tipo escavadeira hidráulica, com peso operacional mínimo de 12000 Kg, 335 (trezentos e trinta e cinco) horas/máquina de trator de esteira com peso operacional mínimo de 8000 Kg e esteira com largura mínima de 50 cm e similar ao D30 e 1000 (mil) horas/máquina de caminhão truck basculante traçado 6x4 com capacidade mínima de 12 m³, para atendimento as pessoas jurídicas enquadradas à Lei de Incentivos Fiscais nº 554/89 (Art. 2º, item II), por solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conforme Planilha e Memorial Descritivo anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 07/12/2012 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 26 de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 060/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 060/2012

MODALIDADE: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia PMG nº 038/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Quark Engenharia Ltda - ME

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a instalação de subestação em poste e medição em Unidade Transformadora de 150 KVA classe 15 KV-380/220V e Unidade Medidora e adequação elétrica dos ar condicionado, na Escola Vicente Vieira, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Memorial descritivo anexo.

VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/02/2013.

PRAZO: 03 (três) meses

VALOR TOTAL: R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 30/10/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 062/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 062/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 044/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Desenvolvimento Social

CONTRATADA: Máxima Papelaria Ltda

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal

VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/05/2013.

PRAZO: 06 (Seis) meses

VALOR TOTAL: R\$ 5.608,00 (cinco mil seiscentos e oito reais)

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 063/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 063/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 044/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Desenvolvimento Social

CONTRATADA: Escrimate Comercial e Serviços de Informática - Eirelli

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal

VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/05/2013.

PRAZO: 06 (Seis) meses

VALOR TOTAL: R\$ 963,65 (novecentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 064/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 064/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 044/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Desenvolvimento Social

CONTRATADA: Big Jet Cartuchos Ltda

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal

VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/05/2013

PRAZO: 06 (Seis) meses

VALOR TOTAL: R\$ 11.632,50 (onze mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 065/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 065/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 044/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Desenvolvimento Social

CONTRATADA: Infotriz Comercial Ltda

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal
VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/05/2013
PRAZO: 06 (Seis) meses
VALOR TOTAL: R\$ 3.125,70 (três mil cento e vinte e cinco reais e setenta centavos)
DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 066/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 066/2012
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 044/2012
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Desenvolvimento Social
CONTRATADA: Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda

OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Administração Municipal
VIGÊNCIA: 05/11/2012 à 04/05/2013
PRAZO: 06 (Seis) meses
VALOR TOTAL: R\$ 3.472,46 (três mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos)
DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 067/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 067/2012
MODALIDADE: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia PMG nº 043/2012
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Rolf Hattenhauer - Me

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução de terraplanagem, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, com volume total estimado de 59.490,28 metros cúbicos, sendo 42.500,00 metros cúbicos para atender as necessidades da Empresa LS Mtron Indústria de Máquinas Agrícolas Ltda, conforme Decreto Municipal nº. 087/2012 e 16.990,28 metros cúbicos, para atender a Empresa Transportadora Gelsleihter Ltda, conforme Decreto Municipal nº. 110/2012, e conforme especificações previstas nos projetos de terraplenagem anexos.
VIGÊNCIA: 26/11/2012 à 25/01/2013
PRAZO: 60 (sessenta) dias
VALOR TOTAL: R\$ 436.830,50 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e trinta reais e cinquenta centavos)
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2012

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.250, de 20 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.250, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO ESF, O SERVIDOR ANDRE ROEDER DE LIMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 20 de novembro de 2012, o servidor ANDRE ROEDER DE LIMA, portador do CPF nº 055.410.229-32, do cargo de Médico Geral Comunitário ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com 40 horas semanais, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.047/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.251, de 21 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.251, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Dotação: 401 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional Programática: 00012.00306.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200040 Merenda Escolar

Dotação: 39 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Dotação: 40 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação

Infantil

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil

Dotação: 50 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 113 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.917, de 19 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.917, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR O COMPROMETIMENTO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS REPASSES FINANCEIROS EM BENEFÍCIO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o teor do Ofício nº 288/2012, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar o comprometimento de possíveis irregularidades nos repasses financeiros em benefício do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que totalizam R\$ 7.000.000,00, conforme noticiado no Ofício nº 288, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Mariana de Souza da Luz, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, e Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 161/2012

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 161/2012

OBJETO: Registro de Preços de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 10/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 10/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 26/11/2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Emenda À Lei Orgânica Nº. 09/2012

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 09/2012

Altera dispositivos que especifica da Lei Orgânica do Município de Gaspar.

A Mesa Diretora faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Gaspar:

Art. 1º A Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O inciso VII do artigo 20 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20. []
VII - conceder licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito; (NR)"

II - O inciso II do artigo 23 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23. []
II - licenciado por motivo de doença sem prejuízo da remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa; (NR)"

III - O inciso III do artigo 23 passa a ter nova redação conforme segue:

"Art. 23. []
III - a Vereadora gestante licenciada pelo prazo de cento e oitenta dias, sem prejuízo da remuneração. (NR)"

IV - O § 1º do artigo 23 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23. []
§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença superior a trinta dias. (NR)"

V - O § 4º do artigo 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. []
§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal.(NR)."

VI - O Capítulo VII do Título IV passa a ter a seguinte redação:

"CAPÍTULO VII
DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM, DO IDOSO E DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. (NR)"

VII - O artigo 188 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 188. Leis disporão sobre conselhos municipais de defesa da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e da pessoa portadora de deficiência. (NR)."

VIII - O artigo 190 passa a dispor o seguinte:

"Art. 190. O Município incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, do jovem, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, e devidamente registradas nos órgãos competentes,

subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico. (NR)''

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Gaspar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar (SC),
em 23 de novembro de 2012.

Mesa Diretora

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO	RAUL SCHILLER
Vereador - Presidente	Vereador - Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA	JOSÉ HILÁRIO MELATO
Vereador - Primeiro Secretário	Vereador - Segundo Secretário

SAMAE

Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 47/2012 - SAMAE

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2012

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico e vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro, que foram efetivadas alterações. Em face disto fica redesignado o dia 11/12/2012 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 23 de novembro de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 1-2010 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 1/2010 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação)
Data vigência: 01/01/2013
Data vencimento: 31/12/2013
Número da Licitação: 1/2010 - Modalidade: Inexigibilidade
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ do contratado: 92.702.067/0001-96

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor acrescido: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 14/2009 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 14/2009 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Prorrogação)
Data vigência: 01/01/2013
Data vencimento: 31/12/2013
Número da Licitação: 30/2009 - Modalidade: Inexigibilidade
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor acrescido: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 4/2009 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 4/2009 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Prorrogação)
Data vigência: 01/01/2013
Data vencimento: 31/12/2013
Número da Licitação: 4/2009 - Modalidade: Inexigibilidade
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO - CNPJ do contratado: 01.701.201/0594-00

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor acrescido: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Gaspar (SC), em 22 de novembro de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Ct 15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 15//2012-PMG

Processo de Licitação: 08/2012.
Modalidade: Concorrência Obras e Serviços de Engenharia.
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa com capacidade



técnica para execução ds obra de reurbanização da praça Can-
talício Érico Flores, com área de 1.077 m², na rua 28 de agosto
- neste município. Programa Badesc Cidades.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no
CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Ago-
sto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: EMPREITEIRA KALB LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº
07.167.107/0001-78, estabelecida na Rua Júlio Stolf, n.º 175, sala
01 Bairro: Vila Nova, cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Resumo do aditivo: a) suplementar o valor do contrato no per-
centual de aproximadamente a 5,14% (cinco vírgula quatorze por
cento) o equivalente a R\$ 12.552,70 (Doze mil e quinhentos e
cinquenta e dois reais e setenta centavos).

Data da Assinatura: 26/11/2012 Vigência 17/01/2013.

GUARAMIRIM (SC), 26/11/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1105/2012

PORTARIA Nº 1105/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei
Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Por-
taria Nº. 1015/2012, à Servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES
MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de
Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", 40 horas sema-
nais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Muni-
cipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de de-
zembro de 2010 e 16 de dezembro de 2011, para serem gozadas
a partir de 19 de novembro de 2012 a 03 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1106/2012

PORTARIA Nº 1106/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei
Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 20
de novembro de 2012, por tempo indeterminado, com fulcro nos
artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora
ELIANE PINTO LISOT (Matr. 2566), ocupante do Cargo de Provi-
mento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, Anexo XI da LC
Nº. 286/2011, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pesso-
al do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação

Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1107/2012

PORTARIA Nº 1107/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei
Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério -
Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à servidora
TERESINHA EMA SUTIL (Matr. 026), nascida aos 22/11/1959, ocu-
pante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referên-
cia - 8/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas
semanais, para o Nível/Referência - 8/C anexo XI, a contar de 22
de novembro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei
Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 002/2012

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC)

Edital de Convocação nº 002/2012

Convoca Audiência Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Herval d' Oeste, NELSON GUINDANI

No uso de suas atribuições legais e na conformidade do disposto
no art. art. 40, § 4º, inciso I da Lei Federal nº 10.257/2001 - Esta-
tuto da Cidade em consonância com o art. 8º da Resolução nº 25
de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades, determinado
pelo art. 53 da Lei Complementar nº 219/2006 - Lei de Zoneamen-
to (Plano Diretor Municipal).

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiência Pública Municipal, com a finalidade de
rever, revisar e propor alterações ao processo de implementação
do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Herval d' Oeste.

Art. 2º A Audiência Pública de que trata o art. 1º deste edital, será
realizada no dia 11 de dezembro de 2012, às 18:30 horas, nas de-
pendências da Câmara Municipal de Vereadores - Herval d' Oeste.

Art. 3º Poderão participar da Audiência Pública todos os cidadãos
hervalenses maiores de 16 anos.

Herval d' Oeste (SC), 26 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Lei Nº 512/12 Loa 2013

LEI N.º512, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IBIAM para o Exercício de 2013.

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito do Município de IBIAM – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Ibiam SC, para exercício de 2013, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 9.587.297,00 (Nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e duzentos e noventa e sete reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 9.200.007,00 (Nove milhões, duzentos mil e sete reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 6.826.029,59 (Seis milhões, oitocentos e vinte e seis mil, vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos), e Despesa Financeira de R\$ 2.373.977,41 (Dois milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	9.200.000,00
1.1- Receita Tributária	347.500,00
1.2- Receitas de Contribuições	1.000,00
1.3- Receita Patrimonial	59.324,00
1.4- Receita Agropecuária	2.662,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	92.000,00
17-Transferências Correntes	10.563.062,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	1.952.932,40
1.9- Outras Receitas Correntes	87.384,40
2 – RECEITAS DE CAPITAL	7,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	7,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	9.200.007,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	6.456.972,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.592.273,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.814.699,00

4 - DESPESAS DE CAPITAL	355.747,59
4.4- Investimentos	245.747,59
4.5- Inversões Financeiras	10.000,00
4.6- Amortização da Dívida	100.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.310,00
9.9- Reserva de Contingência	13.310,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN-	
DOS MUNICIPAIS	2.373.977,41
- Fundo Municipal da Saúde	1.813.977,41
- Fundo Municipal de Assistência Social	60.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	500.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	9.200.007,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2013 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	316.289,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	2.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	311.627,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.662,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.813.977,41
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.813.977,41
TOTAL	2.130.267,41

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.087.766,41
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.204.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	883.766,41
4 - DESPESAS DE CAPITAL	42.501,00
4.4- Investimentos	42.501,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.130.267,41

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	71.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00

1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	70.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	60.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	60.000,00
TOTAL	131.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	126.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	124.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4- Investimentos	5.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	131.000,00

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	0,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	0,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	500.000,00
TOTAL	500.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	495.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	420.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	75.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4- Investimentos	5.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00

TOTAL GERAL DA DESPESA	500.000,00
------------------------	------------

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries conforme anexo IX da LDO demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	13.310,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	13.310,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Ibiam, 26 de Novembro de 2012.
NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos 26 dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Administração e da Fazenda

Decreto Nº 2424/12

DECRETO Nº 2424, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 12.287,70 (Doze mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta centavos) , no orçamento de 2012 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Órgão: 04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 0401 FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO

Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 2010 MANUT. DAS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0347 SUPERÁVIT -Apoio a Pessoa Idosa- API

Valor: R\$ 12.287,70

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos vinte dias do mês novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Secretário De Adm. E Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: FMS 2012/08 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/08 - A01

Contratada: ALTERMED MAT HOSPITALAR LTDA

C.N.P.J: 10.568.451/0001-83

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 1.648,50 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 08/2012

Imbituba, 16 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

ALTERMED MAT HOSPITALAR LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/11 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/11 - A01

Contratada: METROMED COM MAT MEDICO HOSPITALAR LTDA

C.N.P.J: 83.157.032/0001-32

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 1.287,50 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 08/2012

Imbituba, 23 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

METROMED COM MAT MEDICO HOSPITALAR LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/12 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/12 - A01

Contratada: SANDRO LUIZ DA SILVA ME

C.N.P.J: 80.977.994/0001-30

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 5.106,25 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 08/2012

Imbituba, 16 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

SANDRO LUIZ DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato: FMS 2012/13 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/13 - A01

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 17.233,90 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 16 de fevereiro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z & C

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/14 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/14 - A01

Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 14.466,27 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 16 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/43 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/43 - A00

Contratada: SILMES COM DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME.

C.N.P.J: 04.989.294/0001-87

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO PARA CONSULTÓRIO DA UNIDADE DE SAÚDE DE BOA VISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 2.299,05 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 36/2012 Pregão 32/2012

Imbituba, 17 de julho de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

SILMES COM DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/50 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/50 - A01

Contratada: BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

C.N.P.J: 13.365.644/0001-25

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 1.987,50 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 40/2012 Pregão 36/2012

Imbituba, 16 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2012/51 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/51 - A01

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: ACRESCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 3.000,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 40/2012 Pregão 36/2012

Imbituba, 16 de outubro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA

Representante Legal

Contratada

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria N°.480/2012 de 23 de Novembro de 2012.**

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Complementar 003/2002.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Filipe Stechinski, Paulo Roberto de Bortoli e Adriana Giombelli Bordinhon, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do Magistério Público Municipal.

Art.2º - Esta portaria produzira efeitos a partir de 23 de Novembro de 2012.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Ipumirim em 23 de Novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 29/2012, Dispensa de Licitação Nº 14/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2012

MARIANA DA SILVEIRA - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE IPUMIRIM torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 23/11/2012

MARIANA DA SILVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 30/2012, Dispensa de Licitação Nº 15/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2012

MARIANA DA SILVEIRA - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE IPUMIRIM torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 23/11/2012

MARIANA DA SILVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Ipumirim

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação 09/2012

Edital de Notificação 09/2012

**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Ipumirim**Página: 1/1
Data: 26/11/2012**Edital de Notificação nº 09/2012**

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 23/10/2012 à 22/11/2012

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS União - PAB Fixo	13.886,25
417213302000000	Transferências SUS União - PSF	6.100,00
417213305000000	Transferências SUS União - Farmácia Básica	3.145,00
417213312000000	Transferência SUS União MAC	16.275,36
417213404000000	Transferências FNAS - IGD Bolsa Família	2.200,38
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	5.326,88
417213501000000	Transf. do Salário-Educação	36.733,84
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	3.636,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	3.984,26
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	1.610,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	11.173,04
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	2.212,20
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infanti	1.708,16
Total dos Recursos Recebidos no Período		107.991,37

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 26/11/2012

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 79, PP 33/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO 79/2012

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2012, do PROCESSO Nº 79/2012, homologado aos 23 de novembro de 2012, cujo objeto é o registro de Preços, com entrega parcelada de material de limpeza destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal, para os itens constantes nas atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2012.79.6040 de 23 de novembro de 2012

FORNECEDOR: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA, situada na RUA MARECHAL DEODORO, 777, Município de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob n. 79.808.754/0001-22 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.431.843, representado por SERGIO ANTONIO STECHINSKI, CPF: 304.839.569-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	Rodo de espuma	UN	120,00	RODOS 2000	9,08	1.089,71
21	Rodo de alumínio 45cm	UN	50,00	RODOS 2000	23,14	1.157,07
22	Rodo de metal 60cm	UN	50,00	RODOS 2000	26,44	1.322,22
29	Copos Plásticos descartáveis embal com 2500 unidades 180ml	CX	100,00	CRISTAL-COPOS	42,00	4.200,00
Valor Total Registrado					7.769,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2012.79.7693 de 23 de novembro de 2012

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, situada na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 818, município de JOAÇABA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.248.680/0001-10 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.436.903, representado por ROBERTO ANTONIO TESSARO, CPF: 518.086.929-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 3Kg Rolo c/100 unid.	RI	50,00	ORLE-PLAST	2,40	119,79

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	EMBALAGEM P/ GUARDAR MANTIMENTOS - 5Kg Rolo c/100 unid.	RI	50,00	ORLE-PLAST	3,18	158,81
14	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8	L	300,00	MEGA	3,18	953,70
15	ALCOOL 70º FRASCOS COM 1.000 ML	L	300,00	MEGA	3,02	906,30
16	Sapão líquido cremoso 300 ml	UN	350,00	SANY	1,86	650,09
17	Detergente de louça neutro-500 ml	UN	150,00	GIRANDO SOL	0,81	121,20
18	PURIFICADOR DE AR - Frasco 277g 400 ml	FR	100,00	FACILITTI	4,64	464,35
19	LIMPA VIDRO em líquido para limpeza de vidros e acrílicos, e	FR	60,00	VIDRAX	1,21	72,44
23	Papel toalha-pacote com 1000 unidades	PCT	300,00	SEKLIMP	8,59	2.576,01
24	Papel higiênico fardo com 16 pacotes com 4 rolo de 30m (tot	FARD	160,00	FOFINHO	21,44	3.430,14
25	Papel higienico-fardo com 12 rolos	FARD	50,00	BOB	42,88	2.143,85
27	Saco de tecido	UN	400,00	MARTIMPANOS	2,76	1.103,32
Valor Total Registrado					12.700,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2012.79.8170 de 23 de novembro de 2012

FORNECEDOR: VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533, Município de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob n. 06.275.370/0001-18 e no

Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.770.690, representado por VALÉRIO SAMUEL VANCIN, CPF: 949.928.519-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
26	Papel Toalha Bobina 6 x 200 mts- larg. 20cm - super luxo	FARD	20,00	VIPP	41,95	839,00
Valor Total Registrado					839,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2012.79.8920 de 23 de novembro de 2012

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, situada na RUA RODRIGUES ALVES Nº 825 D, Município de Chapéu-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.919.156/0001-94 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.648.533, representada pela, RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS, CPF: 005.351.199-92.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Amaciante de roupas- embalagem 05 litros	GI	30,00	zavaski	5,99	179,70
3	Sabonete líquido perolado- embalagem 05 litros	GI	30,00	ramalet	12,89	386,70
4	Cera líquida- galão de 05 litros	GI	120,00	girando sol	14,14	1.697,00
11	Saco de lixo Picotado tam. 63 x 80cm 50 litros rolo c/ 50 un	RI	200,00	azeplast rolo	4,24	847,44
12	Saco de lixo picotado tam. 75x105cm, 100 litros rolo c/ 25 un	RI	200,00	azeplast rolo	3,53	706,22
13	Saco de lixo picotado, tamanho 59x62, de 30 litros, em rolo	RI	200,00	azeplast rolo	3,36	671,34
28	Sabão em pó pct 05 kg composição: tensoativo aniônico,	PCT	15,00	blimp	13,50	202,50
Valor Total Registrado					4.690,90	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2012.79.8924 de 23 de novembro de 2012

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, Município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.024.600, representado por KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA- EMBALAGEM 05 LITROS	GI	300,00	ILLO	4,19	1.258,14
5	Desinfetante- embalagem de 05 litros	GI	100,00	ILLO	5,79	579,14
6	Desengraxante de limpeza pesada- embalagem 05 litros	GI	100,00	ILLO	8,49	848,75
7	Detergente neutro- embalagem de 05 litros	GI	50,00	ILLO	7,19	359,47
8	Desengraxante multi-uso- embalagem 05 litros	GI	50,00	ILLO	6,79	339,50
Valor Total Registrado					3.385,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Edital SMEC Nº 009/2012

Abre Inscrições Para o Processo Seletivo Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário, no Magistério Público Municipal, para o ano letivo de 2013, define suas normas e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso III, do artigo 2º da Lei Complementar nº 004/2002, de 27 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acham aberto, no período de 29 de novembro de 2012 a 12 de dezembro de 2012, nos dias considerados úteis, as inscrições ao Processo Seletivo para admissão de Professores em caráter temporário, para atuação na Educação Básica, nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal para o ano letivo de 2013. Todo o processo Seletivo será regido pelas disposições seguintes.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário para o ano letivo de 2013, conforme áreas e disciplinas estabelecidas nos itens "3.4.1", "3.4.2" e "3.4.3", deste Edital.

1.2. Este Processo Seletivo será coordenado e operacionalizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes juntamente com Comissão Especial de Acompanhamento desta seleção.

CAPÍTULO II DAS VAGAS

2.1. O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será realizado pela equipe de servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC, segundo as reais necessidades, decorrentes da demanda resultante das matrículas para o ano letivo de 2013.

2.2. As vagas que surgirem serão oferecidas aos classificados, obedecendo a ordem de classificação sendo utilizado como forma de convocação endereço eletrônico ou telefone.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

3.1. O candidato poderá se inscrever para apenas 1 (uma) área/disciplina devendo orientar-se pelas tabelas constantes no item 3.4 e seus subitens deste Edital. Caso o candidato efetue inscrição em mais de 1(uma) área/disciplina, será considerada a última inscrição.

3.2. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na área de inscrição através de apresentação de cópia dos documentos relacionados conforme especificado nas tabelas dos itens "3.4.1", "3.4.2", deste Edital, no local e período das inscrições, ou seja, na sede Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sita à Rua Bento Gonçalves, 220, centro, na cidade de Ipumirim/SC, CEP 89790-000, no período de 29 de novembro de 2012 a 12 de dezembro de 2012, nos dias considerados úteis nas repartições municipais, das 08h às 11h30min e das 13h30 às 17h. O candidato juntará ao Formulário de Inscrição o comprovante de habilitação, com fotocópia do diploma de conclusão do curso, ou, provisoriamente, para os formandos, certidão de colação de grau e/ou outros documentos solicitados para comprovar a habilitação. O Formulário de Inscrição guardará conformidade com o modelo que consta no ANEXO I.

3.2.1. O candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da posse, apresentar o original e fotocópia do diploma de conclusão do curso.

3.3. O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá entregar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir da inscrição até a data limite de 12 de dezembro de 2012, o original, acompanhado de fotocópia, da certidão, emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre em que o aluno está matriculado e frequentando as aulas, observadas as disposições, do item "3.2", acima.

3.4. As áreas e respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas que seguem:

3.4.1. Educação Básica – Educação Infantil

A habilitação mínima exigida é a constante na tabela abaixo, de acordo com a área/disciplina de opção do candidato.

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil – Pré Escolar	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Educação Infantil, ou curso Normal Superior com Habilitação na Educação Infantil. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso Normal Superior.

3.4.2. Educação Básica – Nível Ensino Fundamental

A habilitação mínima exigida é a constante na tabela abaixo:

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Curso Normal Superior. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso Normal Superior.
Artes – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
Inglês – Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras/Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Inglês.
Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências.
Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.

3.4.3. Educação Básica – Nível Professor para turmas com alunos de inclusão (2º Professor)

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Turmas Com Alunos de Inclusão	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Especial. Não Habilitado – Certidão de frequência, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Especial e ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.

CAPÍTULO IV DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. São documentos indispensáveis à inscrição:

4.1.1. Comprovante de Habilitação, conforme especificado nas tabelas dos itens "3.4.1", "3.4.2" "3.4.3", deste Edital.

4.1.2. Documento de Identidade. Para fins de inscrição neste Processo Seletivo, consideram-se documento de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Estado da Segurança Pública, pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc) e carteira nacional de habilitação, conforme modelo estabelecido no art. 159, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.1.3. Título de Eleitor e comprovante de votação, ou justificativa, do último pleito eleitoral, Este documento pode ser substituído Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no sítio <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emissor.

4.1.4. Certificado de Reservista, ou de Dispensa do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

4.1.5. Cadastro de Pessoa Física – CPF, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar o cartão próprio do CPF poderá apresentar o comprovante de inscrição que pode ser obtido na internet, no sítio <http://www.receita.fazenda.gov.br>. O Número do CPF que consta em outros documentos, não se presta para atender esta solicitação.

4.1.5. Os documentos identificados nos itens "4.1.1", "4.1.2", "4.1.3", "4.1.4", "4.1.5" serão fornecidos em cópia, autenticada, com o "confere com o original", por diretores de Educandários, dirigentes ou servidores de órgãos municipais de educação, ou serão apresentados juntamente com o original no momento da inscrição e serão juntados ao Formulário de Inscrição.

4.2. Das Vedações em participar neste Processo Seletivo:

4.2.1. O professor não poderá se inscrever neste Processo Seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, resultante de processo administrativo disciplinar transitado em julgado.

CAPÍTULO V DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

5.1. Da Jornada de Trabalho

5.1.1. O regime de trabalho para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, na área Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Turmas Com Alunos de Inclusão poderá ser de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme a carga horária curricular das áreas de ensino/disciplina e das reais necessidades decorrentes das demandas junto às escolas municipais.

5.1.2. O regime de trabalho para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002, consideradas as alterações posteriores, nas áreas/disciplinas Artes, Educação Física, Inglês, Ciências Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática poderá ser de 10(dez), 20 (vinte), 30(trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, segundo as reais necessidades decorrentes das demandas junto às escolas municipais.

5.2. Da remuneração

5.2.1. O vencimento base, ou inicial, para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, consta da seguinte tabela:

Área/Cargo	Vencimento Inicial (base)			
	Professor Habilitado		Professor Não Habilitado	
	Carga Horária Semanal	Valor	Carga Horária Semanal	Valor
Educação Infantil	20 horas	979,42	20 horas	725,50
Pré Escolar	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
	10 horas	489,71	10 horas	362,75
Artes – Ensino Fundamental	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
Anos Iniciais e Finais	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
Educação Física	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Inglês – Educação Infantil e Ensino Fundamental	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
Anos Iniciais e Finais	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00

Ciências	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Geografia	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
História	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Língua Portuguesa	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Matemática	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00

CAPÍTULO VI DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

Na inscrição o candidato declarará, sob as penas da Lei:

- ter nacionalidade brasileira;
- estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de laudo de saúde, procedida por órgão médico oficial;
- não ter sofrido, quando no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.
- não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, a ser expedido pelo Fórum, da Comarca de domicílio.
- possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo de Professor;
- ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;
- apresentar declaração de bens (que pode ser cópia da declaração de Imposto de Renda).
- apresentar declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos de aposentadoria ou no caso de acumulação legal, declaração informando o cargo, o órgão ao qual está vinculado e a carga horária.

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

6.1. Das Normas Para Inscrição:

6.1.1. A inscrição deverá ser feita mediante preenchimento do Formulário de Inscrição, que será fornecido aos interessados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no local da realização das inscrições, no período de 29 de novembro de 2012 a 12 de dezembro de 2012, que guardará conformidade com o ANEXO I, deste Edital.

6.1.2. Para efetuar a inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá ler atentamente o presente Edital.

6.1.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do Formulário de Inscrição e a juntada da documentação exigida.

6.2. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atendem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

6.3. Ao preencher o Formulário de Inscrição, após sua conferência, inclusive dos documentos juntados, o candidato ou seu representante legal receberá protocolo da inscrição, que guardará conformidade com o ANEXO II, deste Edital.

6.4. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou pela Comissão do Processo Seletivo.

6.5. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de área/modalidade de atuação, nem o acréscimo de documentos.

6.6. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC o direito de excluir do Processo Seletivo aquele candidato que não preencher o Formulário de Inscrição de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.7. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

7.8. Da Validade da Inscrição:

7.8.1. Ao candidato só será permitida uma inscrição. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada a da data mais próxima do encerramento das inscrições.

7.8.2. A inscrição somente será validada através da comprovação da habilitação mínima exigida prevista nas tabelas dos itens "3.4.1", "3.4.2", "3.4.3".

7.9. Da Homologação das Inscrições:

7.9.1. A homologação das inscrições, será divulgada no prazo máximo de até 5 (cinco) após o encerramento do prazo para a entrega ou encaminhamento do Requerimento de Inscrição. A publicação far-se-á, exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico "[http:// www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)".

7.9.2. Caso o nome do candidato não conste do resultado preliminar, este deverá interpor recurso, no prazo de três dias úteis da efetiva publicação, nos termos do item (7.8.2), devendo protocolar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, requerimento que solicite a regularização da inscrição, com a cópia do comprovante do Requerimento de Inscrição e do comprovante de entrega da documentação exigida. Nesse requerimento deverá ser informado, obrigatoriamente, número de telefone e endereço

eletrônico para contato. O requerimento de recurso guardará conformidade com o ANEXO III-A, deste Edital.

7.9.3. Recebido o requerimento de recurso a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes verificará a regularidade da inscrição e, se essa for comprovada, procederá a inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone e ou endereço eletrônico, promovendo a publicação de nova relação de candidatos regularmente inscritos.

7.9.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal verificar a regularidade de sua inscrição.

CAPITULO VIII DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará de 1 (uma) etapa classificatória obedecendo a seguinte organização:

- a) Grupo I: Habilitação de licenciatura plena e curso de pós-graduação/doutorado, na área específica;
- b) Grupo II: Habilitação de licenciatura plena e curso de pós-graduação/mestrado, na área específica;
- c) Grupo III: Habilitação de licenciatura plena e curso de pós-graduação/especialização, na área específica;
- d) Grupo IV: Habilitação de licenciatura plena e curso de pós-graduação, na área específica;
- e) Grupo V: Não habilitados em conformidade com os itens "3.4.1", "3.4.2" e "3.4.3;

8.2. Da Classificação

8.1. A classificação do processo seletivo será efetuada por grupo e por área/disciplina respeitando a maior pontuação final da soma dos pontos dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização e da avaliação da experiência profissional

9. Da Avaliação dos Cursos de Aperfeiçoamento ou Atualização

9.1. O valor máximo da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área a que concorre é de 200(duzentos) pontos.

9.1.2 A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área a que concorre será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2009 a 30/12/2011.

ALÍNEA	TÍTULO	PONTOS DE CADA TÍTULO	PONTOS MÁX- IMOS DO TÍTULO
A	Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização específico na área de educação e ou disciplina a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas frequentados e ou ministrados.	20 (vinte) pontos para cada 40 (quarenta) horas de cursos, limitando-se a 400(quatrocentas) horas no máximo	200(DUZENTOS)

9.2. Para receber a pontuação relativa ao título na Alínea "A" o candidato deverá comprovar através da apresentação de fotocópia, dos diplomas ou certificados devidamente registrados, expedidos por instituição credenciada, exclusivamente na área de

educação e ou disciplina a que concorre com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.

9.3. Para efeito da pontuação das Alíneas "A" não será considerado título com carga horária inferior à exigida, nem título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 1 (um), entre os apresentados com a mesma data, neste caso aquele de maior carga horária.

9.4. Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento.

9.5. Não serão considerados estágios e nem monitoria, nem será valorizada a participação em cursos ou seminários (ou eventos similares), quando os mesmos fizerem parte do currículo de cursos de graduação ou pós-graduação e que forem requisitos para a conclusão dos mesmos.

9.6. Todo e qualquer certificado que estiver em língua estrangeira, somente será considerado se vier acompanhado da tradução por Tradutor Público Juramentado (tradução original), excetuando-se dessa exigência os certificados expedidos pelos países integrantes do Acordo do Mercosul.

9.7 Para efeito da pontuação da Alínea "A" será válido, inclusive, diplomas ou certificados de cursos de atualização ou aperfeiçoamento profissional emitidos pela Secretaria Municipal de Educação do Município.

10.1. Da Avaliação da Experiência Profissional:

10.2. A avaliação da experiência profissional será feita através de atestado que comprove a experiência profissional específica na área/modalidade a que concorre, e obterá a pontuação de 1,00 (um) ponto para cada mês completo de tempo de efetivo exercício na docência da área/modalidade específica.

10.3. Para receber a pontuação relativa ao título de experiência profissional o candidato deverá comprovar através de:

- a) certidão de tempo de experiência profissional que informe o período, com início e fim.
- b) o tempo de experiência profissional será válido até a data de 30 de outubro de 2012.

10.4. Para efeito de pontuação relativa ao título de experiência profissional o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

10.5. Para efeito de pontuação relativa ao título de experiência profissional não será considerada fração de mês nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

10.6. Não será computado para efeito de pontuação ao de experiência profissional, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

10.7. Não será computado também, o título de tempo de experiência profissional, o tempo de estágio exigido para a formação, graduação ou especialização, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

CAPÍTULO IX DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

11.1. Os candidatos serão ordenados e classificados pela área/modalidade, pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final.

11.2. Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) possuir maior tempo de experiência profissional na área/modalidade específica;
- b) possuir maior número de filhos menores de com até 15 anos completos até 31/12/2012;
- c) possuir maior idade.

CAPÍTULO X DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

12.1. A relação dos candidatos classificados será divulgada em até 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento do período de inscrição e publicadas no site oficial do município.

12.2. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado final do processo seletivo quer seja quanto á habilitação mínima exigida, pontuação na prova de títulos e tempo de serviço poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis da efetiva publicação no endereço eletrônico "[http:// www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)".

12.3. Para recorrer, o candidato deverá interpor recurso, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através de documento escrito, modelo previsto no ANEXO III-B, deste edital.

12.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.5. Não será aceito recurso via posta, via fax, via e-mail ou ainda fora do prazo.

12.6. Todos os recursos regulares serão analisados e caso provido, haverá republicação dos atos que motivaram sua interposição.

DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1. A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação no decorrer do ano letivo de 2013 e somente será realizada mediante existência de vaga em data a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através do site oficial do município.

13.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

13.3. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

12.4. O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.

13.5. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

13.6. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga perderá o direito, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

13.7. O candidato poderá escolher até 40 (quarenta) horas

semanais, caso haja necessidade por parte do município ou sempre de acordo com demanda resultante das matrículas nas escolas da rede municipal.

13.8. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.9. A cada nova chamada será dada continuidade à listagem de classificação com convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

13.10. Após a primeira chamada, as vagas serão divulgadas conforme o surgimento das mesmas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

13.11. O candidato deverá se apresentar imediatamente na unidade escolar para assumir as aulas da vaga escolhida. Passado 1 (um) dia do oferecimento da vaga, fica a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

13.12. O candidato que escolher vaga só será chamado novamente para outra vaga se o mesmo tiver possibilidade de aceitá-la e não implicar na alteração da vaga já assumida.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. No ato da admissão será firmado contrato de trabalho entre o Município de Ipumirim, através do Departamento de Recursos Humanos da Administração Municipal e o professor admitido em caráter temporário.

14.2. O Processo Seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2013. Havendo homologação de Concurso Público, no decorrer de 2013, para as áreas desta seleção, os aprovados neste serão convocados, com a consequente rescisão dos contratos firmados para a admissão em caráter temporário.

14.3. Caberá ao candidato manter o seu cadastro atualizado para eventuais comunicados sobre o Processo Seletivo.

14.4. Não será permitido ao candidato à progressão por nova habilitação.

14.5. Havendo vagas para escolas localizadas na zona rural do município e não existir possibilidade de utilização do transporte escolar o candidato será responsável pelo deslocamento aos locais de trabalho.

14.7. Os casos omissos, incluindo a falta de professores, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC.

14.8. Todas as publicações ocorrerão através da internet, em sítio próprio da Prefeitura Municipal – "[http:// www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)".

14.9. Integram este Edital:

14.9.1. ANEXO I – Formulário de Inscrição.

14.9.2. ANEXO II – Protocolo de Recebimento.

14.9.3 ANEXO II A E B – Próprios para interposição de recursos.

14.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, em 23 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: _____

Área/Modalidade: _____

1. Identificação do Candidato:

Data de Nascimento: ____/____/____ Local: _____

UF: _____

Documento de Identidade nº _____ Órgão Emissor: _____

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outro: _____

CIC/CPF: _____ Título de Eleitor: _____ ZE/UF: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____ Telefones () _____

E-mail: _____

5. Declaração, Data e Assinatura do Candidato:

() Declaro, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para admissão, conforme previsto no Edital SMEC nº 009/2012, deste Processo Seletivo.

() Declaro estar ciente das condições deste Processo Seletivo, submetendo-me às mesmas.

Ipumirim/SC, em ____/____/____

Assinatura (do candidato): _____

ANEXO II

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE IPUMIRIM/SC, destinado à Admissão em Caráter Temporário, no Magistério Público Municipal, para o ano letivo de 2013.

Identificação do(a) candidato(a): _____

Nome: _____

Área/Modalidade: _____

Recebemos, nesta data:

() O Formulário de Inscrição e os documentos exigidos para esta etapa do processo Seletivo nº 001/2012, estando os mesmos em conformidade com as regras do Edital.

() Os documentos para a avaliação de títulos e apuração de experiência profissional.

() A inscrição foi feita pessoalmente, pelo(a) candidato(a)

() a inscrição foi feita por seu representante legal, Sr(a)

Número da Inscrição:

Ao(à) candidato(a) acima identificado, foi atribuído a INSCRIÇÃO Nº _____

Autenticação:

Ipumirim/SC, em ____/____/____.

Assinatura da pessoa responsável pelas inscrições

Identificação: _____

ANEXO III - A

MODELO DE RECURSO, EM FACE DA HOMOLOGAÇÃO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE IPUMIRIM/SC, destinado à Admissão em Caráter Temporário, no Magistério Público Municipal, para o ano letivo de 2013.

Recurso, em Face da Homologação ou não Homologação de Inscrição

Nome: _____ - _____

Inscrição nº: _____

Cargo: _____

Documento de Identidade nº _____ CPF nº _____

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: ____ de ____ de 2012.

Assinatura do(a) Recorrente

ANEXO III - B

MODELO DE RECURSO, EM FACE DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL OU DA CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE IPUMIRIM/SC, destinado à Admissão em Caráter Temporário, no Magistério Público Municipal, para o ano letivo de 2013.

Recurso, em face da Publicação do Resultado Final ou da Classificação.

Nome : _____

Inscrição nº: _____

Cargo: _____

Documento de Identidade nº _____ CPF nº _____

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: ____ de ____ de 2012.

Assinatura do(a) Recorrente

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2308/2012

DECRETO Nº 2.308/2012 DE 29 DE OUTUBRO DE 2012.
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 29 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, a COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOLCIMAR LUIS BRUNETTO - COOPERDOTCHI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.3639.376/0001-67, com sede a Rua Bernardo Olsen Neto, nº 386, Bairro Volta Grande, Município de Rio Negrinho - SC, o uso gratuito dos bem imóvel abaixo descrito:

01 imóvel com a área de 5,98m² (cinco vírgula noventa e oito metros quadrados), localizado no TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE IRINEÓPOLIS, situada na Avenida 22 de Julho, nº 113, no centro do Município de Irineópolis, Transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União - SC, sob o nº 14.371, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 3547.

Art. 2º - O imóvel em referência, deverá ser utilizado pelo Permissãoário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Todas as benfeitorias que o usuário executar, serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissãoário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 29 de outubro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2319

Decreto nº 2319/ 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0218.0 (73) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.040 - Manutenção do Programa Vig. Epidemiológica Ambiental em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0217.0 (71) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

T O T A L R\$ 8.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0218.0 (72) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.040 - Manutenção do Programa Vig. Epidemiológica Ambiental em Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0217.0 (70) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

T O T A L R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2320

Decreto nº 2320/2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 216.263,99 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0194 (43) Aplicações Diretas R\$ 96.013,82

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0194 (49) Aplicações Diretas R\$ 51.025,88

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0205 (50) Aplicações Diretas R\$ 69.224,29

T O T A L R\$ 216.263,99

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0.0193 (37) Aplicações Diretas R\$ 79.005,19

3.1.90.00.00.00.00.00.0.0194 (38) Aplicações Diretas R\$ 68.034,51

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0205 (46) Aplicações Diretas R\$ 69.224,29

T O T A L R\$ 216.263,99



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 70/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 70/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 38/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de dezembro de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição De Equipamentos para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, conforme Memorial Descritivo. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 26 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Contrato 141/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
CONTRATO n.º 141/2012

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa situada na Rua Paraná, n.º 200, Centro, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, neste ato representado pela seu Prefeito Municipal Sr. Wanderlei Lezan, brasileira, casado, residente e domiciliada em Irineópolis - SC, inscrito no CPF nº 153.546.101-25, doravante denominado COMODATÁRIO, e de outro lado o Sr. José Sarnowski, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade Km 7, Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 247.361.479-20, e RG nº 2.313.576, a seguir denominado COMODANTE, ajustam e firmam o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO A presente contratação tem por objeto a cessão de parte de um imóvel rural, com área de 690,0 m² (seiscentos e noventa metros quadrados), localizado próximo a sede do Município, de propriedade do COMODANTE, cadastrado no INCRA sob o nº 816.035.010.588-0, e devidamente matriculado sob o n.º 1.903, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. PARÁGRAFO ÚNICO - O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo COMODATÁRIO, exclusivamente, para exposição de esculturas no acesso principal do Município. CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO - O presente contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso X da Lei 8.666 de 21/06/93, devido a necessidade de instalação e localização. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL - O Presente Contrato dar-se-á a título oneroso, e pela cessão do referido imóvel, o COMODATÁRIO, pagará ao COMODANTE, o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais). PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta do COMODATÁRIO as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e demais que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual. CLÁUSULA QUARTA

- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O COMODATÁRIO efetuará o pagamento dos valores avençados no presente contrato, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, através de cheque nominal e mediante a assinatura de recibo de quitação. - CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 2.002 (11) 3.3.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas. CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE - Observada a legislação vigente na época de cada pagamento, o preço ora contratado, somente será reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor), entre o mês da data base e o mês do reajuste, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tendo-se como data base o mês da assinatura do contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de extinção do IGP-M adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado, nos termos dos arts. 40, XIV, "c" e 55, III, da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações. CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES - Constituem direitos do COMODATÁRIO, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e do COMODANTE, perceber o valor ajustado na forma e prazo convenicionados. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do COMODATÁRIO: a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados; b) Obter, as suas expensas, todas as autorizações, licenças e alvarás necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar no imóvel cedido; c) Não transferir, emprestar ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, bem como não mudar a destinação do mesmo, sem o consentimento prévio e expresso do COMODANTE; d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o COMODANTE aliene o imóvel cedido a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento; e) Permitir ao COMODANTE que examine e vistorie o imóvel cedido, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, afim de certificar-se de sua correta utilização. PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do COMODANTE: a) Entregar o imóvel cedido em estado de servir ao uso a que se destina; b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel cedido; c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo COMODATÁRIO; d) Assegurar ao COMODATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do mesmo; e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel cedido à terceiros, a denunciar ao Comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas; f) Permitir ao COMODATÁRIO o livre acesso de seu pessoal e de seus caminhões e equipamentos pela entrada principal da propriedade e trânsito livre até o local da utilização do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores. CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS - O COMODATÁRIO poderá fazer no imóvel cedido, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel cedido. PARÁGRAFO ÚNICO - O COMODATÁRIO não terá, no que atine às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o COMODATÁRIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao COMODANTE as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato. CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO - O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, ou por interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente Instrumento contratual rege-se pelas

disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS - A troca eventual de documentos e cartas entre o COMODANTE e o COMODATÁRIO, será feita através de Protocolo. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA - A vigência do presente contrato será até 31.12.2012, podendo ser renovado, mediante a elaboração de novo contrato, se for de interesse das partes. PARÁGRAFO ÚNICO - O COMODANTE fica, desde já, expressamente obrigado a respeitar o presente contrato, por si e por seus sucessores, até o prazo final de sua vigência e/ou de sua renovação ou prorrogação, obrigando-se a respeitar todas as suas cláusulas e condições. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e dos Princípios Gerais de Direito. - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE - Uma vez firmado, o presente contrato será, obrigatoriamente, averbado na matrícula n.º 1.903, do Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, onde encontra-se registrado o imóvel objeto deste Comodato; e, terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo COMODATÁRIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 5 (cinco) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis - SC, 20 de Novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

JOSÉ SARNOWSKI

Comodante

Nome: MAURICIO JURASZEK

CPF: 044.088.849-28

Nome: CLEBER BINDER

CPF: 020.710.009-86

Itapoá

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 32/2012-Processo Nº 89/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012

PROCESSO Nº 89/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 9h: 00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 9h:30m, do dia 10 de dezembro de 2012, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra.

Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00.

Itapoá, 26 de novembro de 2012.

MÁRIO ELÓI TAVARES

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.187 de 07 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.187 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA DECRETO N 3.584/2010 QUE REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art 1º. Fica alterado o inciso V do art. 2º e inseridos os incisos VII, VIII, IX e X ao art. 3º, todos do Decreto nº 3.584/2010, que regulamenta o estacionamento rotativo pago no Município de Joaçaba, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º []

V - Rua Felipe Schmidt, do início com Av. XV de Novembro até esquina com as Ruas Martinho Lutero e Luiz Specht;

[]

Art. 3º []

VII - Rua Manoel Perez - da esquina com a Rua Almirante Barroso até a esquina com a Rua Duque de Caxias;

VIII - Rua Cruz e Souza - da esquina com a Rua Floriano Peixoto até a esquina com a Avenida Santa Terezinha;

IX - Travessa Luiz Delfino - da esquina com a Rua Floriano Peixoto até a esquina com a Avenida Santa Terezinha;

X - Rua Floriano Peixoto - da esquina com a Rua Frei Edgar até a esquina com a Travessa Luiz Delfino.

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 07 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.198 de 21 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.198 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA, INSTITUI SERVIDÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica "declarada de utilidade pública" e instituída servidão em área de terras de 479,81 m² (quatrocentos e setenta e nove metros e oitenta e um centímetros quadrados), localizada às margens do Acesso Adolfo Ziguelli, conforme planta de localização, parte integrante do presente Decreto, a ser destinada à instalação de elevatória e reservatório de água intermediários para a parte alta oeste do Município, essencialmente os Bairros Boa Vista e Monte Belo, obra esta a ser executada pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE.

Art. 2º Fica dispensada a apresentação de autorização do proprietário, haja vista a inexistência de titular junto ao Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 21 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.200 de 22 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.200 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II da Lei Municipal 4.210 de 16/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 9.925,00 (nove mil, novecentos e vinte e cinco reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0

Valor: R\$ 9.925,00

Art. 2º O recurso para suplementar a dotação de que trata o artigo 1º, é oriunda da anulação da dotação abaixo indicada:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0

Valor: R\$ 9.925,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 22 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução Nº 014/2012-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 014/2012-CMAS-JBA

Aprova o Relatório de Visita Técnica às entidades. Serviços, programas, projetos e Benefícios Socioassistenciais no âmbito público e privado.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Leis 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e 2.340 de 22 de março

de 1996 e as Resoluções do CNAS 109/2009 e 016 de 05 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar os Relatórios de Visitas Técnicas in loco, feitas pelos conselheiros devidamente escalados, nas entidades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, relativos ao ano de 2012.

§ 1º. A visita técnica de que trata o caput deste artigo, observou o caráter de avaliação in loco da infraestrutura da entidade, suas condições de trabalho, recursos humanos, forma de desenvolvimento dos serviços e público atendido

§ 2º. Os dados foram avaliados mediante Relatório de Visita Técnica, devidamente aprovado.

Art.2º As entidades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais visitado e avaliados, constam do anexo I desta Resolução

Art.3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Joaçaba-SC,

DORVALINA LANGE

Presidente do CMAS-JBA.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS VISITADO E AVALIADOS EM 2012

ANEXO I

ENTIDADES	CONSELHEIROS VISITANTES
Associação Bocado do Pobre –	Dorvalina Lange/ Camila de Oliveira/ Lourdes A'Vila/ Juliana Kusnier/ Dilene Nordio.
Associação Beneficente Obreiros da Luz –	Dorvalina Lange/ Juliana Besbati/ Dilene Nordio/ Claudete Buchali
Pia União Santo Antonio –	Dorvalina Lange/ Dilene Nordio/ Claudete Buchali.
União da Melhor Idade –	Dorvalina Lange/ Juliana Besbati/ Claudete Buchali/ Juliana Kusnier.
PROGRAMAS/ PROJETOS/SERVIÇOS	
Associação de Pais e Amigos de Surdos APAS –.	Dorvalina Lange, Dilene Nordio, Lourdes A'Vila, Juliana Besbati
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE	Dorvalina Lange/ Dilene Nordio/ Lourdes A'Vila/ Juliana Kusnier
Centro Social Marista	
Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Dorvalina Lange/ Dilene Nordio/ Claudete Buchali/ Juliana Kusnier.
PROGRAMAS/ PROJETOS - SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS	
Centro de Referência de Assistência Social CRAS	Juliana Kusnier/ Marisa Wames/ Iracema Ferri/ Dorvalina Lange
Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS	Dorvalina Lange/ Sandra Bortolonza/ Marcelino Zuffo/ Marisa Wames
Abrigo Municipal Frei Bruno	Dorvalina Lange/ Sandra Bortolonza/ Marcelino Zuffo/ Marisa Wames
Rede de Proteção Social	Dorvalina Lange/ Sandra Bortolonza/ Samara Leorato
PETI – Coordenação geral	Dorvalina Lange/ Sandra Bortolonza/ Samara Leorato



PETI Santa Tereza	Dorvalina Lange/ Silvio Luchetta/ Sandra Bortolonza/ Samara Leorato
PETI N.S. de Lourdes	Dorvalina Lange/ Marisa Wames/ Marcelino Zuffo
PETI Rotary]	Dorvalina Lange/ Iracema Ferri/ Juliana Kusnier
Centro de Referência da Melhor Idade	Iracema Ferri/ Juliana Kusnier/ Dorvalina Lange

Resolução Nº 015/2012-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 015/2012-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestação de contas dos recursos de co-financiamento do Fundo Nacional de Assistência Social repassados pela secretaria de Ação Social do Município de Joaçaba, ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais, relativos ao primeiro semestre de 2012.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº 019/2012 aprovado em reunião do CMAS em 14 de novembro de 2012

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Joaçaba-SC,
Dorvalina Lange
Presidente do CMAS

Portaria N.º 5.387

PORTARIA Nº 5.387 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. Cap BM MARCOS ALVES DA SILVA para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de fornecimento, prestação de serviços e locação do FUNREBOM Joaçaba, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.388

PORTARIA Nº 5.388 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui servidor indicado, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar referente a apuração dos fatos apontados a respeito da Servidora LEILA CEZAR, conforme memorandos da Secretaria Municipal de Educação, unidade escolar e parecer jurídico, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Membro: EDUARDO BARBOSA (presidente)
Substituto: SONIA AP. BORCHERS (presidente)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de novembro de 2012
RAFAEL LASKE

Aditivo Contrato 893/2012 TA 01 PMJ

CONTRATO Nº 893/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216 Bairro Centro no Município de Luzerna neste ato representada pelo Sr. Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597 e CPF nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 893/2012/PMJ, firmado em 27/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 11.083,60 (onze mil oitenta e três reais e sessenta centavos), correspondentes a 12,66% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à aquisição suplementar de 2.150 passagens mínimas e de 1.962 passagens máximas, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais.

Diante do acréscimo, o valor global contratado passa a ser de R\$ 98.623,60 (noventa e oito mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 26 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE
RAFAEL LASKE
Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP
CONTRATADA
EITOR HOPPEN

CONTRATO Nº 893/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216 Bairro Centro no Município de Luzerna neste ato representada pelo Sr. Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597 e CPF nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 893/2012/PMJ, firmado em 27/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 11.083,60 (onze mil oitenta e três reais e sessenta centavos), correspondentes a 12,66% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à aquisição suplementar de 2.150 passagens mínimas e de 1.962 passagens máximas, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais.

Diante do acréscimo, o valor global contratado passa a ser de R\$ 98.623,60 (noventa e oito mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 26 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE
RAFAEL LASKE
Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP
CONTRATADA
EITOR HOPPEN

SIMAE

Resumo de Contrato JHL 0143/2012 -SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0143/2012
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0090/2011
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0039/2011
PROCESSO LICITATÓRIO 0053/2011
PROTOCOLO Nº 2819/2011
Data: 22/11/2012

OBJETO: ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE E VALOR NA AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A SER UTILIZADO NO TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADO PELO SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Contratado: BUSCHLE & LEPPER S.A
Valor Acrescentado: R\$ 108,00 (Cento e oito reais)
PROGRAMA: 14.01.2.061
ELEMENTO: 3.3.90.30.11.00.00.00
Prazo de vigência: 22/11/2012 a 31/12/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

TP 24-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 24-2012 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Drenagem e Pavimentação Asfáltica
Tipo: Menor Preço por Lote
Abertura: 12/12/2012 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 289.252,73

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de novembro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Contrato 110/2012.FMAS.Super.Ar.Maicon.Bagatoli
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 110/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER AR LTDA ME - inscrito no CNPJ sob n.º 13.482.516/0001-61, estabelecido à Rua Joaquim Nabuco n.º 40 - Blumenau/SC - cep: 89.041-070.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SUPER AR LTDA - ME, representado neste ato pelo Sr. Maicon Bagatoli, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, decorrente ao Processo Licitatório n.º 25/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 03/09/2012 e homologado em 19/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e móveis para o CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 105/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012.

2.5 - A sua validade, contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.892,00 (Quatro mil Oitocentos e Noventa e Dois Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica - PBV II, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato em prazo não superior a Dez dias contados após a notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

11.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SUPER -AR LTDA - ME
Representante
MAICON BAGATOLI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.111/2012.FMAS.Paulineia.Lotthermann. Reis

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 111/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: PAULINEIA LOTTHERMANN REIS ME, CNPJ n.º

10.936.352/0001-07, estabelecida à Rua Guilherme Ludwig, n.º 242, em São José do Inhacora/RS - CEP.: 98.958-000

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PAULINEIA LOTTHERMANN REIS ME, representada neste ato por, o Sr. Leandro Alberto Kerber, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, decorrente ao Processo Licitatório nº 25/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 03/09/2012 e homologado em 19/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e móveis para o CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 104/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: em até cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade, contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.303,00 (Sete mil Trezentos e três Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica - IGD, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato em prazo não superior a Dez dias contados após a notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Paulineia Lotthermann Reis ME
Representante
LEANDRO ALBERTO KERBER

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.112/2012.FMAS.Valdirene.Carpaneda

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 112/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: VALDIRENE CARPANEDA EPP inscrito no CNPJ sob n.º 93.577.427/0001-38, estabelecida à Rua Marechal Deodoro da Fonseca n.º 570, em São Sebastião do Caí/RS - cep: 95.760-000.

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante

denominado CONTRATANTE e a Empresa Valdirene Carpaneda EPP, representada neste ato pelo Sra. Valdirene Carpaneda, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, decorrente ao Processo Licitatório nº 27/2012 correlato ao Pregão Presencial n.º 08/2012, aberto em 05/09/2012 e homologado em 17/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de material esportivo e material de artesanato, para o programa Envelhecer com Saúde, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 102/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: em até cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade, contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.437,00 (Sete mil quatrocentos e trinta e sete Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato em prazo não superior a dez dias contados após a notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10%

(dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

VALDIRENE CARPANEDA
Representante
VALDIRENE CARPANEDA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.113/2012.FMAS.AdI.Comercial.Eireli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 113/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.267.298/0001-78, com sede à Rua Floriania, n.º 467, - Blumenau/SC - cep: 89040-190.

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, representada neste ato pelo Sr. Ademir Laurindo, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, decorrente ao Processo Licitatório nº 27/2012 correlato ao Pregão Presencial n.º 08/2012, aberto em 05/09/2012 e homologado em 17/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



Contratação de empresa para aquisição de material esportivo e material de artesanato para o programa Envelhecer com Saúde, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 103/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: em até cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade, contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.160,00 (Seis Mil Cento e Sessenta Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato em prazo não superior a dez dias contados após a notificação; Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e

mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA	ADL COMERCIALÇ EIRELI - EPP
Prefeito Municipal	Representante
	ADEMIR LAURINDO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.115/2012.FMAS.Orleans Informatica Ltda CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 115/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecido à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, representado neste ato pelo Sr. Vaguinho Rosseti, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 28/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 09/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 23/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento Alimentos, Descartáveis e Material de Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 106/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s)

solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 9.690,00 (Nove Mil seiscentos e Noventa Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral

dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP

Representante

VAGUINHO ROSSETI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.116/2012.FMAS.Super.Varejao.Cordova.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 116/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - CEP: 88.512-680.

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, representada neste ato pelo Sr. Valdir Madruga de Córdova, sócio Gerente, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 28/2012, correlato ao Pregão Presencial nº 9/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 23/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Alimentos, descartáveis, material de higiene, limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 107/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de Outubro de 2012.

Renato Nunes de Oliveira

Prefeito Municipal

SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME

Representante

VALDIR MADRUGA DE CÓRDOVA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.117/2012.FMAS.Domingos Soares Neto

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 117/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - CEP: 88.504-225.

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DOMINGOS SOARES NETO - ME, por seu Proprietário, que assina ao final o Sr. Domingos Soares Neto, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 28/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 9/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 23/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Alimentos, descartáveis, material de higiene e limpeza para uso nos CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 108/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.537,00 (três mil e quinhentos e trinta e sete reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos orçamento ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 - O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DOMINGOS SOARES NETO - ME

Representante

DOMINGOS SOARES NETO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.118/2012.FMAS.Escrimate com. Materiais
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 119/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ESCRIMATE COM. MATERIAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.748.569/0001-30, estabelecido à Rua Desembargador Gil Costa n.º 422 - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-450

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ESCRIMATE COM. MATERIAIS, representado neste ato pelo Sr. Robson Cardoso, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 29/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 10/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 08/11/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente e consumo para o CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 116/2012 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.670,30 (oito mil seiscentos e setenta reais e trinta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa de Proteção Social Básica, recursos: FMAS/FNAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;
7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;
7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;
7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Novembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ESCRIMATE COM. MATERIAIS

Representante
ROBSON CARDOSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.118/2012.FMAS.Julio Cesar Rodrigues Delfes

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 118/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - CEP: 88.509-340.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, representado neste ato pelo Sr. Julio César Rodrigues Delfes, Sócio Gerente, inscrito no CPF sob n.º 656.055.009-53, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 28/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 09/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 23/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de alimentos, descartáveis, material de higiene e limpeza da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 109/2012 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.720,00 (cinco mil setecentos e vinte reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa de Proteção Social Básica, recursos: FMAS/FNAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;



7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;
7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;
7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de Outubro de 2012.
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME
Representante
JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.120/2012.FMAS.Infotriz Comercial Ltda
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 120/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º

82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.586.694/0001-41, estabelecido à Rua Doraci Galotti Kehring n.º 56 - Sto Amaro Imperatriz/SC - CEP: 88.140-000.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA representado neste ato pelo Sr. Bruno Santos, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 29/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 10/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 08/11/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente e consumo para o CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 114/2012 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.660,00 (oito mil seiscentos e sessenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa de Proteção Social Básica, recursos: FMAS/FNAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Novembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Prefeito Municipal	Representante
	BRUNO SANTOS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.121/2012.FMAS.Evandro Marcos Ferreira
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 121/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: EVANDRO MARCOS FERREIRA, inscrito no CNPJ sob n.º 12.903.455/0001-04, estabelecido à Rua Victor Schmidt n.º 13 - São José/SC - CEP: 88.104-526.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa EVANDRO MARCOS FERREIRA representado neste ato pelo Sr. Evandro

Marcos Ferreira, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 29/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 10/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 08/11/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente e consumo para o CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 115/2012 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa de Proteção Social Básica, recursos: FMAS/FNAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo

Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Novembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EVANDRO MARCOS FERREIRA
Representante
EVANDRO MARCOS FERREIRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato.122/2012.Fmasancs Distribuidora Ltda CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 122/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.980.629/0001-08, estabelecida à Rua Pedro Hoffmann n.º 215 - Sala 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870.000.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, representado neste ato pelo seu Sócio o Sr. Artedanio Silva Vieira, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 29/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 10/2012, aberto em 03/10/2012 e homologado em 08/11/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material de

expediente e consumo para CREAS, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 113/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.018,26 (quatro mil e dezoito reais e vinte e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal (is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será (ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas

Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 22 de Novembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Representante

ARTEDANIO SILVA VIEIRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Contrato 114/2012.FMAS.Partner

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 114/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.234.845/0001-53, estabelecida à Rua Amazonas n.º 540 - sala 301 - Lages, SC - CEP: 88.509-210.

O Município de Lages, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PARTNER COMERCIAL LTDA, representada neste ato por seu Proprietário, que assina ao final, o Sr. Jose Carlos P. da Costa, inscrito no CPF/MF sob nº 590.921.309-15, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 25/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 6/2012, aberto em 03/09/2012 e homologado em 19/10/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e móveis para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 112/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: cinco dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Monte Castelo n.º 209, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012;

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 20.795,00 (Vinte Mil Setecentos e Noventa e Cinco Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: Programa Proteção Social Básica, recursos: FNAS/FMAS, ano base 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada;

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 05 (cinco) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e

pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

11.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 30 de Outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA	PARTNER COMERCIAL LTDA
Prefeito Municipal	Representante
	JOSE CARLOS P. DA COSTA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Lebon Regis

PREFEITURA

RREO 5º Bimestre 2012

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ANEXO X - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ANEXO XVI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ANEXO XVIII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.150.000,00	17.150.000,00	3.069.324,06	17,90	15.644.242,97	91,22	1.505.757,03
RECEITAS CORRENTES	16.992.874,72	16.992.874,72	2.781.101,94	16,37	14.409.314,25	84,80	2.583.560,47
RECEITA TRIBUTARIA	686.773,94	686.773,94	140.104,81	20,40	497.305,73	72,41	189.468,21
IMPOSTOS	425.000,00	425.000,00	94.992,27	22,35	380.883,79	89,62	44.116,21
TAXAS	136.000,00	136.000,00	45.112,54	33,17	116.421,94	85,60	19.578,06
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	125.773,94	125.773,94	0,00	0,00	0,00	0,00	125.773,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	194.633,00	194.633,00	1.861,00	0,96	114.893,86	59,03	79.739,14
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	194.633,00	194.633,00	1.861,00	0,96	114.893,86	59,03	79.739,14
RECEITA PATRIMONIAL	25.187,80	25.187,80	9.307,20	36,95	83.129,89	330,04	-57.942,09
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	4.044,63	0,00	17.978,39	0,00	-17.978,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.187,80	25.187,80	9.307,20	36,95	83.129,89	330,04	-57.942,09
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	4.044,63	0,00	17.978,39	0,00	-17.978,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.800.929,82	15.800.929,82	2.606.796,79	16,50	13.578.636,31	85,94	2.222.293,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.613.692,30	15.613.692,30	2.585.219,24	16,56	13.268.594,53	84,98	2.345.097,77
Transf. de Conv.	187.237,52	187.237,52	21.577,55	11,52	310.041,78	165,59	-122.804,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	285.350,16	285.350,16	18.987,51	6,65	117.370,07	41,13	167.980,09
Multas e Juros de Mora	23.000,00	23.000,00	3.958,45	17,21	23.254,53	101,11	-254,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.724,50	5.724,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.724,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	63.724,50	63.724,50	7.800,17	12,24	36.613,32	57,46	27.111,18
RECEITAS DIVERSAS	192.901,16	192.901,16	7.228,89	3,75	57.502,22	29,81	135.398,94
RECEITAS DE CAPITAL	157.125,28	157.125,28	288.222,12	183,43	1.234.928,72	785,95	-1.077.803,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	114.490,00	114.490,00	245.171,26	214,14	745.171,26	650,86	-630.681,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	114.490,00	114.490,00	245.171,26	214,14	745.171,26	650,86	-630.681,26
ALIENAÇÃO DE BENS	6.724,50	6.724,50	0,00	0,00	30.360,00	451,48	-23.635,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.724,50	6.724,50	0,00	0,00	30.360,00	451,48	-23.635,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.910,78	35.910,78	43.050,86	119,88	459.397,46	279,27	-423.486,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	11.200,00	0,00	60.664,00	0,00	-60.664,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.910,78	35.910,78	31.850,86	88,69	398.733,46	110,34	-362.822,68
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.150.000,00	17.150.000,00	3.069.324,06	17,90	15.644.242,97	91,22	1.505.757,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.150.000,00	17.150.000,00	3.069.324,06	17,90	15.644.242,97	91,22	1.505.757,03
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.150.000,00	17.150.000,00	3.069.324,06	17,90	15.644.242,97	91,22	1.505.757,03
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	902.033,45	—	—	861.556,69	—	—
Superávit Financeiro	—	681.500,00	—	—	641.023,24	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	220.533,45	—	—	220.533,45	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.150.000,00	4.258.927,50	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	69,56	6.516.357,99
DESPESAS CORRENTES	15.982.747,81	1.716.633,45	17.699.381,26	2.424.341,18	13.876.971,14	2.434.514,89	12.945.586,30	73,14	4.753.794,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.143.996,14	1.315.600,00	9.459.596,14	1.375.396,21	7.906.073,77	1.376.629,05	7.904.841,02	83,56	1.554.755,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	148.837,05	172.600,00	321.437,05	46.252,68	230.048,74	46.190,92	226.584,11	70,49	94.852,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.689.914,62	228.433,45	7.918.348,07	1.002.692,29	5.740.848,63	1.011.694,92	4.814.161,17	60,80	3.104.186,90
DESPESAS DE CAPITAL	1.152.762,19	2.542.294,05	3.695.056,24	321.038,19	2.885.514,99	511.466,18	1.946.983,21	52,69	1.748.073,03
INVESTIMENTOS	975.302,69	2.542.294,05	3.517.596,74	281.370,79	2.720.164,33	471.798,78	1.784.443,65	50,73	1.733.153,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	177.459,50	0,00	177.459,50	39.667,40	165.350,66	39.667,40	162.539,56	91,59	14.919,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.490,00	0,00	14.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.490,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.150.000,00	4.258.927,50	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	69,56	6.516.357,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.150.000,00	4.258.927,50	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	69,56	6.516.357,99
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	751.673,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.150.000,00	4.258.927,50	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	15.644.242,97	69,56	6.516.357,99

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.150.000,00	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	100,00	69,56	6.516.357,99
Legislativa	765.824,00	765.824,00	0,00	533.143,28	0,00	527.543,28	3,54	68,89	238.280,72
Ação Legislativa	765.824,00	765.824,00	0,00	533.143,28	0,00	527.543,28	3,54	68,89	238.280,72
Administração	1.311.720,28	1.656.520,28	221.861,56	1.429.225,65	245.320,88	1.368.847,20	9,19	82,63	287.673,08
Planejamento e Orçamento	124.794,10	150.094,10	27.300,00	60.711,21	32.200,00	47.411,21	0,32	31,59	102.682,89
Administração Geral	415.177,18	411.677,18	57.217,62	337.099,83	57.217,62	333.184,83	2,24	80,93	78.492,35
Administração Financeira	771.749,00	1.094.749,00	137.343,94	1.031.414,61	155.903,26	988.251,16	6,64	90,27	106.497,84
Segurança Pública	85.867,50	85.867,50	4.699,16	34.229,36	5.058,16	27.528,26	0,18	32,06	58.339,24
Policiamento	85.867,50	85.867,50	4.699,16	34.229,36	5.058,16	27.528,26	0,18	32,06	58.339,24
Assistência Social	818.268,60	888.768,60	92.342,84	688.455,09	120.502,74	640.427,16	4,30	72,06	248.341,44
Assistência ao Idoso	9.876,00	9.876,00	468,00	3.756,60	468,00	3.756,60	0,03	38,04	6.119,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	186.289,80	208.289,80	10.801,68	124.811,68	13.956,33	91.303,17	0,61	43,83	116.986,63
Assistência Comunitária	622.102,80	670.602,80	81.073,16	559.886,81	106.078,41	545.367,39	3,66	81,32	125.235,41
Saúde	3.402.390,00	5.312.245,10	738.470,04	4.030.735,80	773.090,96	3.760.302,62	25,25	70,79	1.551.942,48
Atenção Básica	2.402.390,00	3.804.745,10	510.302,76	2.765.826,12	560.914,23	2.521.127,03	16,93	66,26	1.283.618,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.507.500,00	228.167,28	1.264.909,68	212.176,73	1.239.175,59	8,32	82,20	268.324,41
Educação	7.762.027,20	7.832.099,60	1.221.539,88	5.989.102,63	1.312.921,76	5.675.911,08	38,11	72,47	2.156.188,52
Ensino Fundamental	7.202.781,20	7.355.115,03	1.129.951,03	5.631.993,89	1.181.798,31	5.372.838,00	36,08	73,05	1.982.277,03
Ensino Superior	25.939,00	10.439,00	2.607,91	10.249,98	3.169,49	8.747,07	0,06	83,79	1.691,93
Educação Infantil	446.511,00	435.449,57	87.580,94	328.236,72	125.083,62	279.974,31	1,88	64,30	155.475,26
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	12.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Educação Especial	64.796,00	19.096,00	0,00	17.222,04	2.870,34	14.351,70	0,10	75,16	4.744,30
Cultura	17.223,55	323,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,55
Difusão Cultural	17.223,55	323,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,55
Urbanismo	1.078.135,95	2.295.385,95	176.554,98	1.911.599,81	127.934,62	841.271,79	5,65	36,65	1.454.114,16
Infra-Estrutura Urbana	379.510,64	1.359.010,64	58.226,65	1.114.866,69	57.472,18	218.231,69	1,47	16,06	1.140.778,95
Serviços Urbanos	698.625,31	936.375,31	118.328,33	796.733,12	70.462,44	623.040,10	4,18	66,54	313.335,21
Habituação	45.796,00	53.126,00	0,00	12.583,00	12.000,00	12.583,00	0,08	23,69	40.543,00
Habituação Urbana	45.796,00	53.126,00	0,00	12.583,00	12.000,00	12.583,00	0,08	23,69	40.543,00
Gestão Ambiental	44.651,10	9.551,10	0,00	7.100,00	0,00	7.100,00	0,05	74,34	2.451,10
Preservação e Conservação Ambiental	44.651,10	9.551,10	0,00	7.100,00	0,00	7.100,00	0,05	74,34	2.451,10

Continua 1/2

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.150.000,00	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	100,00	69,56	6.516.357,99
Agricultura	465.974,30	368.974,30	52.777,08	292.795,09	52.534,96	277.597,70	1,86	75,23	91.376,60
Promoção da Produção Vegetal	11.449,00	1.749,00	90,00	1.080,00	0,00	990,00	0,01	56,60	759,00
Extensão Rural	454.525,30	367.225,30	52.687,08	291.715,09	52.534,96	276.607,70	1,86	75,32	90.617,60
Indústria	84.620,89	9.820,89	0,00	8.951,17	1.045,04	7.906,13	0,05	80,50	1.914,76
Promoção Industrial	84.620,89	9.820,89	0,00	8.951,17	1.045,04	7.906,13	0,05	80,50	1.914,76
Comércio e Serviços	19.463,28	583,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583,28
Turismo	19.463,28	583,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583,28
Transporte	708.038,20	1.144.938,20	72.268,55	1.075.571,75	103.359,45	1.036.898,09	6,96	90,56	108.040,11
Transporte Rodoviário	708.038,20	1.144.938,20	72.268,55	1.075.571,75	103.359,45	1.036.898,09	6,96	90,56	108.040,11
Desporto e Lazer	96.171,60	308.471,60	51.020,98	213.393,29	78.429,96	179.328,72	1,20	58,13	129.142,88
Desporto Comunitário	84.722,60	247.022,60	51.020,98	213.393,29	78.429,96	179.328,72	1,20	72,60	67.693,88
Lazer	11.449,00	61.449,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.449,00
Encargos Especiais	429.337,55	661.937,55	113.844,30	535.600,21	113.782,54	529.324,48	3,55	79,97	132.613,07
Outros Encargos Especiais	429.337,55	661.937,55	113.844,30	535.600,21	113.782,54	529.324,48	3,55	79,97	132.613,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.490,00	14.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.490,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.150.000,00	21.408.927,50	2.745.379,37	16.762.486,13	2.945.981,07	14.892.569,51	100,00	69,56	6.516.357,99

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMAC
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.664.538,51	2.157.621,42	1.467.526,46	1.353.623,17	1.425.782,53	1.462.551,04	1.689.142,02	1.481.286,25	1.335.525,44	1.367.970,40	1.331.163,45	1.438.238,49	18.174.969,18	16.973.190,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.260,65	126.534,43	30.614,17	35.179,91	47.342,64	42.134,51	100.168,98	38.519,85	25.663,17	37.577,69	24.943,66	115.161,15	679.100,81	670.813,94
I.P.T.U.	1.591,47	1.870,94	155,86	0,00	700,80	17.021,86	80.856,51	6.903,12	7.324,58	6.428,41	5.470,44	5.604,94	133.928,93	100.000,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	7.006,00	4.898,00	7.342,00	375,20	28,00	0,00	65,00	0,00	0,00	0,00	19.714,20	0,00
I.S.S.	37.382,38	14.711,27	10.203,08	10.559,76	7.712,07	8.789,95	9.657,63	23.343,43	8.492,28	12.548,92	11.167,95	15.997,17	170.565,89	185.000,00
I.T.B.I.	3.115,68	2.452,05	4.386,81	4.688,74	3.838,68	5.091,63	4.022,57	377,46	2.186,19	6.056,01	3.698,49	12.691,80	52.606,11	75.000,00
Outras Receitas Tributárias	13.171,12	107.500,17	8.862,42	15.033,41	27.749,09	10.855,87	5.604,27	7.895,84	7.595,12	12.544,35	4.606,78	80.867,24	302.285,68	310.813,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.653,70	2.299,88	15.751,75	30.593,12	14.464,46	16.506,25	16.032,69	19.195,92	0,00	488,67	1.861,00	0,00	131.847,44	194.633,00
RECEITA PATRIMONIAL	13.198,84	11.368,93	10.552,89	9.895,67	11.636,87	11.126,71	11.339,37	11.727,54	11.857,07	9.620,33	7.142,97	6.208,86	125.676,05	25.187,80
Remuneração de Depósitos Bancários	13.198,84	11.368,93	10.552,89	9.895,67	11.636,87	11.126,71	11.339,37	11.727,54	11.857,07	9.620,33	7.142,97	6.208,86	125.676,05	25.187,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.567.029,17	2.003.875,74	1.404.921,63	1.248.064,84	1.338.034,56	1.386.272,15	1.550.981,31	1.403.603,76	1.288.759,43	1.306.396,84	1.285.887,63	1.309.209,16	17.083.036,22	15.802.929,82
Cota-Parte do F.P.M.	543.685,10	637.890,95	459.718,16	556.098,95	377.679,99	476.000,67	532.373,05	454.299,98	339.256,04	374.361,93	327.561,19	347.720,99	5.426.647,00	5.190.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	320.169,15	321.863,38	243.011,20	212.772,26	228.915,50	239.735,51	215.386,95	222.612,35	217.702,42	217.916,60	252.901,87	238.269,66	2.931.256,85	2.690.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.441,60	18.613,75	13.663,54	16.883,16	28.434,36	29.688,31	36.802,52	34.618,24	41.066,26	31.440,58	29.858,28	30.492,43	339.003,03	230.000,00
Cota-Parte do ITR.	4.079,20	2.982,58	2.359,04	125,25	430,73	121,11	34,72	11,79	88,79	7.159,56	7.213,27	40.330,47	64.936,51	45.000,00
Outras Transferências Correntes	248.349,92	582.130,62	284.966,93	159.879,19	308.937,72	225.178,51	266.326,70	295.920,98	324.314,05	295.234,38	242.892,44	252.019,80	3.486.151,24	2.815.654,32
Transferências da LC 61/1989	6.485,06	7.335,89	1.916,98	4.004,42	3.564,64	3.782,33	4.281,07	3.824,54	3.566,52	3.942,14	3.986,69	3.853,18	50.543,46	160.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.596,19	1.596,19	1.201,34	1.201,34	1.200,56	1.200,56	1.200,56	1.200,56	1.200,56	1.200,56	0,00	2.401,12	15.199,54	23.000,00
Transferências do FUNDEB	415.222,95	431.462,38	398.084,44	297.100,27	388.871,06	410.565,15	494.575,74	391.115,32	361.564,79	375.141,09	421.473,89	394.121,51	4.779.298,59	4.649.275,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.396,15	13.542,44	5.686,02	29.889,63	14.304,00	6.511,42	10.619,67	8.239,18	9.245,77	13.886,87	11.328,19	7.659,32	145.308,66	279.625,66
DEDUÇÕES (II)	180.674,86	196.769,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377.444,20	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	180.674,86	196.769,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377.444,20	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.483.863,65	1.960.852,08	1.467.526,46	1.353.623,17	1.425.782,53	1.462.551,04	1.689.142,02	1.481.286,25	1.335.525,44	1.367.970,40	1.331.163,45	1.438.238,49	17.797.524,98	16.973.190,22

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEWSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	536.474,83	1.183.416,19	1.388.920,05
DEDUÇÕES (II)	1.671.748,56	2.426.283,05	2.411.353,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.336.357,04	2.891.121,45	2.639.965,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	102,43	-84,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	664.608,48	464.940,83	228.527,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.135.273,73	-1.242.866,86	-1.022.433,50
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.135.273,73	-1.242.866,86	-1.022.433,50

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	220.433,36	112.840,23

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-30.808,75

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.967.686,92	2.767.750,11	14.308.205,97	13.534.551,98
Receita Tributária	686.773,94	140.104,81	497.305,73	431.345,70
I.P.T.U.	100.000,00	11.075,38	130.466,52	113.425,62
I.S.S.	185.000,00	27.165,12	118.472,24	90.725,40
I.T.B.I.	75.000,00	16.390,29	47.038,38	63.294,09
I.R.R.F.	65.000,00	36.704,65	56.928,07	57.242,83
Outras Receitas Tributárias	261.773,94	48.769,37	144.400,52	106.657,76
Receita de Contribuição	194.633,00	1.861,00	114.893,86	152.714,91
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	194.633,00	1.861,00	114.893,86	152.714,91
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.187,80	13.351,83	101.108,28	103.405,17
(-) Aplicações Financeiras	25.187,80	13.351,83	101.108,28	103.405,17
Transferências Correntes	15.800.929,82	2.606.796,79	13.578.636,31	12.881.227,87
F.P.M.	5.190.000,00	675.282,18	4.245.070,95	4.158.762,98
I.C.M.S.	2.690.000,00	491.171,53	2.289.224,32	2.268.392,22
Convênios	187.237,52	21.577,55	21.041,78	92.922,00
Outras Transferências Correntes	7.733.692,30	1.418.765,53	6.734.299,26	6.361.150,67
Demais Receitas Correntes	285.350,16	18.987,51	117.370,07	69.263,50
Dívida Ativa	63.724,50	7.800,17	36.613,32	33.199,97
Diversas Receitas Correntes	221.625,66	11.187,34	80.756,75	36.063,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	157.125,28	288.222,12	1.234.928,72	1.130.314,72
Operações de Crédito (III)	114.490,00	245.171,26	745.171,26	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	6.724,50	0,00	30.360,00	0,00
Transferências de Capital	35.910,78	43.050,86	459.397,46	1.130.314,72
Convênios	35.910,78	31.850,86	398.733,46	1.130.314,72
Outras Transferências de Capital	0,00	11.200,00	60.664,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	35.910,78	43.050,86	459.397,46	1.130.314,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.003.597,70	2.810.800,97	14.767.603,43	14.664.866,70
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.699.381,26	2.434.514,89	12.945.586,30	11.915.223,74
Pessoal e Encargos Sociais	9.459.596,14	1.376.629,05	7.904.841,02	7.239.241,64
Juros e Encargos da Dívida (IX)	321.437,05	46.190,92	226.584,11	172.791,30
Outras Despesas Correntes	7.918.348,07	1.011.694,92	4.814.161,17	4.503.190,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.377.944,21	2.388.323,97	12.719.002,19	11.742.432,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.695.056,24	511.466,18	1.946.983,21	867.245,65
Investimentos	3.517.596,74	471.798,78	1.784.443,65	722.892,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	177.459,50	39.667,40	162.539,56	144.353,18
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.517.596,74	471.798,78	1.784.443,65	722.892,47

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	14.490,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.910.030,95	2.860.122,75	14.503.445,84	12.465.324,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.906.433,25	-49.321,78	264.157,59	2.199.541,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	861.556,69	0,00
Superávit Financeiro	-	-	641.023,24	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	220.533,45	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				179.894,25

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	55,36	664.553,12	663.650,87	368,55	589,06	-	18.472,92	18.472,92	18.472,92	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	555.256,20	555.256,20	0,00	0,00	0,00	848,77	848,77	848,77	0,00	0,00
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	555.256,20	555.256,20	0,00	0,00	0,00	848,77	848,77	848,77	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESC DE LEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465,87	465,87	465,87	0,00	0,00
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465,87	465,87	465,87	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS	0,00	23.250,86	23.250,86	0,00	0,00	0,00	14.158,28	14.158,28	14.158,28	0,00	0,00
FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	0,00	23.250,86	23.250,86	0,00	0,00	0,00	14.158,28	14.158,28	14.158,28	0,00	0,00
HOSPITAL MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO - LEBON F	55,36	86.046,06	85.143,81	368,55	589,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	55,36	86.046,06	85.143,81	368,55	589,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	55,36	664.553,12	663.650,87	368,55	589,06	0,00	18.472,92	18.472,92	18.472,92	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2012 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	506.000,00	506.000,00	103.094,06	440.633,80	87,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	158.000,00	158.000,00	22.834,00	190.216,53	120,39
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	100.000,00	100.000,00	11.075,38	130.466,52	130,47
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	23.000,00	23.000,00	552,58	7.634,24	33,19
Dívida Ativa do IPTU	35.000,00	35.000,00	7.800,17	36.495,48	104,27
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	3.405,87	15.620,29	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	75.000,00	75.000,00	16.390,29	47.038,38	62,72
Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	75.000,00	75.000,00	16.390,29	47.038,38	62,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	208.000,00	208.000,00	27.165,12	146.450,82	70,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	185.000,00	185.000,00	27.165,12	146.450,82	79,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	65.000,00	65.000,00	36.704,65	56.928,07	87,58
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	65.000,00	65.000,00	36.704,65	56.928,07	87,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.347.000,00	8.347.000,00	1.284.589,15	6.933.847,35	83,07
2.1- Cota-Parte FPM	5.190.000,00	5.190.000,00	675.282,18	4.245.070,95	81,79
2.2- Cota-Parte ICMS	2.690.000,00	2.690.000,00	491.171,53	2.289.224,32	85,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	21.000,00	21.000,00	2.401,12	12.007,16	57,18
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	7.839,87	36.722,51	22,95
2.5- Cota-Parte ITR	45.000,00	45.000,00	47.543,74	57.874,73	128,61
2.6- Cota-Parte IPVA	230.000,00	230.000,00	60.350,71	292.947,68	127,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.853.000,00	8.853.000,00	1.387.683,21	7.374.481,15	83,30
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	527.316,50	527.316,50	93.573,25	461.297,46	87,48
5.1- Transferências do Salário-Educação	420.000,00	420.000,00	77.519,61	401.259,72	95,54
5.2- Outras Transferências do FNDE	107.316,50	107.316,50	16.053,64	60.037,74	55,94
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	92.736,90	92.736,90	21.577,55	230.041,78	248,06
6.1- Transferências de Convênios	92.736,90	92.736,90	21.577,55	230.041,78	248,06
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	193.588,65	193.588,65	52.652,19	346.843,35	179,17
9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	813.642,05	813.642,05	167.802,99	1.038.182,59	127,60

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	913.000,00	913.000,00	321.146,76	1.733.448,02	189,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	590.000,00	590.000,00	168.820,49	1.061.267,40	179,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	290.000,00	290.000,00	122.792,64	572.304,93	197,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	2.000,00	2.000,00	600,26	3.001,70	150,09
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	0,00	0,00	1.959,94	9.169,35	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	5.000,00	5.000,00	11.885,90	14.468,59	289,37
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	25.000,00	25.000,00	15.087,53	73.236,05	292,94
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.655.000,00	4.655.000,00	815.595,40	3.949.292,73	84,84
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.649.275,50	4.649.275,50	815.595,40	3.932.613,26	84,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.724,50	5.724,50	0,00	16.679,47	0,45
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.736.275,50	3.736.275,50	494.448,64	2.199.165,24	58,86
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.795.289,80	3.197.989,80	552.622,75	2.823.888,73	88,30
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.795.289,80	3.197.989,80	552.622,75	2.823.888,73	88,30
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.795.289,80	3.197.989,80	552.622,75	2.823.888,73	88,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100					71,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					305.275,03
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012					147.023,75

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100

22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ¹	2.193.750,00	2.193.750,00	346.920,80	1.843.620,29	84,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	419.033,40	259.733,40	16.686,80	171.577,49	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	251.878,00	87.878,00	7.336,56	67.731,83	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	167.155,40	171.855,40	9.350,24	103.845,66	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.685.838,40	6.205.571,85	949.274,21	4.558.834,29	73,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.655.000,00	4.516.233,45	789.346,16	3.809.916,70	61,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.030.838,40	1.689.338,40	159.928,05	748.917,59	16,58
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	25.939,00	10.439,00	3.168,49	8.747,07	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.130.810,80	6.475.744,25	969.129,50	4.739.158,85	73,18

DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	2.199.165,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)	16.679,47
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	2.215.844,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)	2.514.567,07
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ³ [(38) / (3)] x 100%	34,10

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	420.000,00	520.000,00	128.522,99	373.460,10	71,82
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	192.216,40	817.355,35	212.398,93	548.940,43	67,16
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	612.216,40	1.337.355,35	340.921,92	922.400,53	68,97
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	7.743.027,20	7.813.099,60	1.310.051,42	5.661.559,38	72,46
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	305.275,03
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	3.932.613,26
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.792.244,27
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	16.679,47
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	462.323,49

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Adm. e FinançasSERGIO INHAIA
Controlador InternoADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	114.490,00	745.171,26		-630.681,26
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.695.056,24	1.946.983,21	0,00	1.748.073,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.695.056,24	1.946.983,21	0,00	1.748.073,03
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.580.566,24	-1.201.811,95		-2.378.754,29

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.724,50	30.360,00	-23.635,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.724,50	30.360,00	-23.635,50
TOTAL	6.724,50	30.360,00	-23.635,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	30.360,00	30.360,00

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2012

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	8.858.724,50	8.858.724,50	7.374.598,99	83,25
Impostos	425.000,00	425.000,00	380.883,79	89,62
Imposto s/ Propriedade Predial e Territorial Urbana	100.000,00	100.000,00	130.466,52	130,47
Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	75.000,00	75.000,00	47.038,38	62,72
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	185.000,00	185.000,00	146.450,82	79,16
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	65.000,00	65.000,00	56.928,07	87,58
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	86.724,50	86.724,50	59.867,85	69,03
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.000,00	23.000,00	7.634,24	33,19
Dívida Ativa dos Impostos	58.000,00	58.000,00	36.613,32	63,13
Multas, Juros de Mora, Atual. e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	5.724,50	5.724,50	15.620,29	272,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.260.000,00	9.260.000,00	8.667.306,52	93,60
Da União	5.865.000,00	5.865.000,00	5.393.690,53	91,96
Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.780.000,00	5.780.000,00	5.306.338,35	91,81
Cota - Parte do Imp. s/ a Propriedade Territorial Rural	50.000,00	50.000,00	72.343,32	144,69
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneração - L.C 87/96	23.000,00	23.000,00	15.008,86	65,26
Outras Transferencias da União	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Do Estado	3.395.000,00	3.395.000,00	3.273.615,99	96,42
Cota - Parte do ICMS	2.980.000,00	2.980.000,00	2.861.529,26	96,02
Cota - Parte do IPI s/ Exportação	160.000,00	160.000,00	45.903,00	28,69
Cota - Parte do IPVA	255.000,00	255.000,00	366.183,73	143,60
Outras Transferencias do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	1.416.720,00	1.416.720,00	1.197.186,62	84,50
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	6.874.555,50	6.874.555,50	7.072.457,36	102,88
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-913.000,00	-913.000,00	-1.733.459,17	189,86
TOTAL	17.150.000,00	17.150.000,00	15.644.242,97	91,22

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.254.830,70	4.715.830,70	3.503.386,11	74,29
Pessoal e Encargos Sociais	1.634.498,08	2.620.498,08	2.080.342,90	79,39
Juros e Encargos da Dívida	5.724,50	5.724,50	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.614.608,12	2.089.608,12	1.423.043,21	68,10
DESPESAS DE CAPITAL	147.559,30	596.414,40	256.916,51	43,08
Investimentos	141.834,80	590.689,90	256.916,51	43,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	5.724,50	5.724,50	0,00	0,00
TOTAL (IV)	3.402.390,00	5.312.245,10	3.760.302,62	70,79

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	3.402.390,00	5.312.245,10	3.760.302,62	70,79
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.650.892,26	2.043.027,36	1.341.686,72	65,67
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.650.892,26	2.043.027,36	1.341.686,72	65,67
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	1.751.497,74	3.269.217,74	2.418.615,90	73,98

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	123.526,60	368,55

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(VI - VII f) / I] CONSTITUCIONAIS	32,79
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g) x 100
Atenção Básica	2.402.390,00	3.804.745,10	2.521.127,03	67,05
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.507.500,00	1.239.175,59	32,95
TOTAL	3.402.390,00	5.312.245,10	3.760.302,62	100,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

LEBON RÉGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalSERGIO INHAIA
Controlador InternoCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

Anexo XVI - Saúde

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.150.000,00	
Previsão Atualizada		—	17.150.000,00	
Receitas Realizadas		3.069.324,06	15.644.242,97	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	861.556,69	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.150.000,00	
Créditos Adicionais		—	4.258.927,50	
Dotação Atualizada		—	21.408.927,50	
Despesas Empenhadas		2.745.379,37	16.762.486,13	
Despesas Liquidadas		2.945.981,07	14.892.569,51	
Superavit Orçamentário		—	751.673,46	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.745.379,37	16.762.486,13	
Despesas Liquidadas		2.945.981,07	14.892.569,51	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			17.797.524,98	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-30.808,75	112.840,23	-366,26
Resultado Primário		179.894,25	264.157,59	146,84
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	664.608,48	368,55	663.650,87	589,06
EXECUTIVO	664.608,48	368,55	663.650,87	589,06
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	18.472,92	0,00	18.472,92	0,00
EXECUTIVO	18.472,92	0,00	18.472,92	0,00
TOTAL:	683.081,40	368,55	682.123,79	589,06
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		-1.051.810,97	25%	-14,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.823.888,73	60%	71,81
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		745.171,26	-630.681,26	
Despesa de Capital Líquida		1.946.983,21	1.748.073,03	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de LEBON REGIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	30.360,00	-23.635,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.914.805,34	15,00	45,20

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 22/11/2012

 LUDOVINO LABAS
 PREFEITO MUNICIPAL

 CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 SECRETARIA ADM. FINANÇAS

 SERGIO INHAIA
 CONTROLADOR INTERNO

 ADAIR DA SILVA MATTOS
 CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 111/2012

DECRETO Nº 111, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 928, de 22 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, no seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.791,34
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.791,34
Função	10	Saúde	15.791,34
Sub-Função	301	Atenção Básica	15.791,34
Programa	6	Saúde Com Excelência	15.791,34
Projeto/Atividade	2.016	Atenção Básica	15.791,34
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	15.791,34
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.791,34
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.791,34
Fonte de Recurso	0.1.0064.71	Atenção Básica - Especificidades Regionais	15.791,34
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			15.791,34

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação na seguinte fonte de recurso.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.791,34
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.791,34
Função	10	Saúde	15.791,34
Sub-Função	301	Atenção Básica	15.791,34
Programa	6	Saúde Com Excelência	15.791,34
Projeto/Atividade	1.020	Aquisição de Veículos - Saúde	15.791,34
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	15.791,34
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.791,34
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.791,34

Fonte de Recurso	0.1.0064.71	Atenção Básica - Especificidades Regionais	15.791,34
TOTAL DA ANULAÇÃO			15.791,34

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 112/2012

DECRETO Nº 112, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 929, de 22 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica a aberto crédito adicional suplementar no Orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes classificações, nos seguintes valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	44.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	44.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	40.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar – Ensino Fundamental	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	40.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	4.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	4.000,00
Programa	05	Cultura, Esporte e Turismo	4.000,00
Projeto/Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esporte	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			44.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações nas seguintes fontes de recursos:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DA PREFEITA	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DA PREFEITA	4.000,00

Função	04	Administração Geral	4.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.000,00
Programa	2	Gestão com Excelência	4.000,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	10.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	30.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	30.000,00
Projeto/Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Infantil	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			44.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 113/2012

DECRETO Nº 113, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 930, de 22 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Seguridade Social vigente, nas dotações com as seguintes classificações, nos seguintes valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	91.900,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	91.900,00
Função	10	Saúde	91.900,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	91.900,00
Programa	06	Saúde com Excelência	91.900,00
Projeto/Atividade	2.016	Atenção Básica	91.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	91.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	91.900,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	91.900,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de Imposto – Saúde	91.900,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Função	08	Assistência Social	1.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	1.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	1.000,00
Projeto/Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00

Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00
Função	08	Assistência Social	7.000,00
Sub-Função	243	Assistência a Criança e ao Adolescente	7.000,00
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	7.000,00
Projeto/Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			99.900,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações nas seguintes fontes de recursos:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	99.900,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	99.900,00
Função	10	Saúde	99.900,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	99.900,00
Programa	06	Saúde com Excelência	99.900,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	99.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	88.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	88.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	88.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	11.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	11.900,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.900,00

Fonte de Recursos	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de Imposto – Saúde	99.900,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			99.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Leoberto Leal, 26 de novembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 114/2012

DECRETO Nº 114, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DESPORTO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DESPORTO	15.000,00
Função	12	Educação	15.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	15.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	15.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			15.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes Fontes de Recursos:

I - Excesso de Arrecadação

Fonte	Código	Valor
Transferências do FUNDEB	0.1.0018	15.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO		15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital Pregão 54/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de gêneros alimentícios para composição da cesta natalina, no dia 07 de dezembro de 2012, às 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de novembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato FMS 30/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 30/2012 - 3º TA 10/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência de alteração no projeto de execução da obra.

Valor: R\$ 2.705,16

Vigência: 25 de janeiro de 2013.

Assinatura: 09 de novembro de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1559

DECRETO Nº 1559 de 21 de novembro de 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais) em

favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 21 de novembro de 2012, na fonte 89 - Alienação de Bens destinados a outros programas, a serem utilizados como contrapartida ao Contrato de Repasse nº 0389496-03/2012/MAPA/CAIXA, Programa PRODESA, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Luzerna, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.26.782.0067.1063 - Renovação da Frota

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 89 - Alienação de bens destinados a outros programas R\$ 70.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.500,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Decreto 1560

DECRETO Nº 1560 de 21 de novembro de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2012,

DECRETA:
Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído ao Projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.26.782.0067.1063 - Renovação da Frota

Categoria Econômica - 4.4.90.52.40 - Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários

Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 58.100,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Decreto 1561

DECRETO Nº 1561 de 21 de novembro de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.000,00

Art. 2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo relacionada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Decreto 1562

DECRETO Nº 1562 de 22 de novembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.014 DE 22/11/11 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA(SC)"

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito em exercício do Município de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 inciso I, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto ao orçamento vigente, um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao orçamento do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA:

ORGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHL SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHL SIMAE

Proj./Ativ. 0.003 Formação do Patrimônio do Servidor Público 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - 2 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 2º- O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificado

no corrente exercício.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Balancete Financeiro FMS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2012

Emissão: 31/10/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	66.109,13	DESPESA ORCAMENTARIA	189.724,00
RECEITA CORRENTE	66.109,13	SAÚDE	189.724,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	6,61		
RECEITA PATRIMONIAL	1.438,26		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.664,26		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	139.326,16	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	18.905,77
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.659,89	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.659,89
SALARIO-FAMILIA	242,00	SALARIO-FAMILIA	242,00
SALARIO-MATERNIDADE	4.417,89	SALARIO-MATERNIDADE	4.417,89
PREVIDENCIA SOCIAL	7.162,15	PREVIDENCIA SOCIAL	7.162,15
INSS	7.162,15	INSS	7.162,15
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.015,19	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.774,53
ISS	24,35	ISS	24,35
IRRF/GDF	5.990,84	IRRF/GDF	4.750,18
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	5.774,95	IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	4.516,74
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	215,89	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	233,44
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.359,15	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.179,42
Emprestimo Consignação Folha-Besc	756,55	Emprestimo Consignação Folha-Besc	1.576,82
Emprestimo Consignação Folha-CEF	602,60	Emprestimo Consignação Folha-CEF	602,60
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	101,64	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	101,64
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	101,64	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	101,64
Contribuição ASM	101,64	Contribuição ASM	101,64
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14
Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14	Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	120.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	120.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	189.724,00	> DESPESA PAGA	210.654,05
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	189.724,00	CREDITO LIQUIDADO	210.654,05
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	210.654,05
> SALDOS ANTERIORES	552.234,29	> SALDOS ATUAIS	528.109,76
APLICACOES FINANCEIRAS	552.234,29	APLICACOES FINANCEIRAS	528.109,76
> TOTAL	947.393,58	> TOTAL	947.393,58

GESTOR DO FMS
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO



Maracajá

PREFEITURA

Aviso da Licitação 39/2012

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 39/2012 - Carta Convite

Objeto: Execução das obras de ampliação e reforma da praça pública - Praça Antenor Apolinário de Oliveira, localizada na Vila Beatriz, no município de Maracajá/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 04 de dezembro de 2012.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 04 de dezembro de 2012.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111.

Massaranduba

PREFEITURA

Contrato 12.2012 Rescisão

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 12.2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 02.2012

Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 01/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADA: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: ADEQUAÇÃO, COM REFORMA E AMPLIAÇÃO DA OBRA DO HOSPITAL DE MASSARANDUBA, compreendendo os serviços de mão-de-obra e fornecimento de materiais

MOTIVO: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato, motivado pelo não cumprimento do cronograma executivo da obra. Nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

Massaranduba, 06 de Novembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 349/2012

PORTARIA n.º 349/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ARCÂNGELO BROVEDAN VIEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios Sem Licitação da Agricultura Familiar Para a Alimentação Escolar Nº 50/2012

EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº 50/2012

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, SR. Antoninho tibúrcio Gonçalves, doravante denominado Contratante, e por outro lado o Agricultor formados SERGIO ANTONIO ALBERTI, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 02/2012, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básicos públicos matriculados nas Escolas do Município de Monte Carlo-SC, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2012, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 02/2012, o

qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 1.812,80(Um mil, oitocentos e doze reais com oitenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar ou ...	2. CPF/CNPJ	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6. Quantidade/Unidade	7. Preço Proposto	8. Valor Total
Sergio A. Alberti	54910528920	Sdw0549105289201502110247	Geléia	kg	160	11,33	1.812,80

CLÁUSULA TERCEIRA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2012:

20 07.01 2.017 3.3.90.00.00.00.00.00-
MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO INFANTIL
22 07.01 2.016 3.3.90.00.00.00.00.00-
MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO FUNDAMENTAL

CLÁUSULA QUARTA:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.
E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo, 23 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
ANTONINHO T. GONÇALVES
CONTRATANTE

SERGIO ANTONIO ALBERTI
CONTRATADO

Extrato de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios Sem Licitação da Agricultura Familiar Para a Alimentação Escolar Nº 51/2012

EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº 51/2012

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, SR. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, doravante denominado Contratante, e por outro lado a Agricultora IVETE MARIA ANDRES KAFFER, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 02/2012, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básicos públicos matriculados nas Escolas do Município de Monte Carlo-SC, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2012, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 02/2012, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos

descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 4.430,20(Quatro mil, quatrocentos e trinta e dois com vinte centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar ou ...	2. CPF/CNPJ	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6.Quantidade/Unidade	7. Preço Proposto	8. Valor Total
Ivete M. A. Kaffer	01562747959	Sdw00250015589722707100218	Bolacha	kg	340	13,03	4.430,20

CLÁUSULA TERCEIRA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2012:

20 07.01 2.017 3.3.90.00.00.00.00-
MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO INFANTIL
22 07.01 2.016 3.3.90.00.00.00.00-
MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO FUNDAMENTAL

CLÁUSULA QUARTA:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo, 23 de novembro de 2012.
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
ANTONINHO T. GONÇALVES
CONTRATANTE

IVETE MARIA ANDRES KAFFER
CONTRATADO

Navegantes

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 212/2012 Fhmn

Prefeitura Municipal de Navegantes/SC
Extrato do Contrato nº. 212/2012.
Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada..: Alleanza Projetos e Consultoria Ltda.
Vigência : Início: 27/11/2012 Término: 21/02/2013.
Licitação : Carta Convite 01/2012 FHMN.
Valor :R\$ 90.360,00 (noventa mil trezentos e sessenta reais).
Dotação: 1.071.4490.00.00.00.00(216) 15/2012 e
1.071.4490.00.00.00.00(15) 15/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de projeto executivo da obra do hospital nossa senhora dos navegantes localizado no município de navegantes/sc.

Navegantes, 27de novembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 465/2012 de 26 de Novembro de 2012

LEI Nº 465/2012 de 26 de Novembro de 2012
DESAFETA PARTE DE UMA ÁREA VERDE QUE MENCIONA PARA OBRAS E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele Sanciona, a Seguinte LEI:

Art. 1o - Fica desafetada, para fins de ampliação do sistema viário do Município de Novo Horizonte, uma área de 785,472 m², do Lote 01 matrícula 13.483, de uma área de terras de cultura e matos da reserva da matrícula 13.847 e parte de área verde da quadra nº 19, nesta cidade, contendo metragens e confrontações, conforme planta baixa que segue em anexo e, passa a fazer parte integrante da presente LEI.

Art. 2o - A área desafetada é a que será utilizada para o prolongamento da Rua Castelo Branco, com extensão de 60,663 m, conectando a avenida castelo branco com a Rod. SC 468 passará a integrar a categoria de bem de uso comum do povo.

Art. 3º - Em razão da desafetação e, do prolongamento da Rua Castelo Branco, fica o poder Executivo, autorizado também a implantação de equipamentos como, pavimentação, posteameto e sistema de drenagem pluvial.

Art. 4o - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município de Novo Horizonte, Vigente à época das respectivas despesas.

Art. 5o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte - SC, em 26 de Novembro de 2012.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 005/2012.

PORTARIA Nº 005/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, incisos II e V e 87, inciso I da Lei Orgânica do Município,

Considerando acúmulo de processos remetidos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância,

RESOLVE

1.0 Prorrogar por mais sessenta 60 dias concedido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, instaurada pela Portaria 2550/2012, que determina nos termos da Lei Complementar nº 096/2010, e demais diplomas à espécie, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios apontados nos autos, a saber, "inassiduidade e impontualidade", conforme artigo 210, letra "d", envolvendo o servidor F. S., matrícula 401.537.

2.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Palhoça - SC, em 23 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal de Palhoça

Portaria Nº 006/2012.

PORTARIA Nº 006/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, incisos II e V e 87, inciso I da Lei Orgânica do Município,

Considerando acúmulo de processos remetidos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância,

RESOLVE

1.0 Prorrogar por mais sessenta 60 dias concedido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, instaurada pela Portaria 2849/2012, que determina nos termos da Lei Complementar nº 097/2010, e demais diplomas à espécie, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios apontados nos autos, a saber, "inassiduidade habitual", conforme artigo 231, inciso III, envolvendo o servidor D. P. F., matrícula 801.654.

2.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Palhoça - SC, em 23 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal de Palhoça

Portaria Nº 007/2012.

PORTARIA Nº 007/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, incisos II e V e 87, inciso I da Lei Orgânica do Município,

Considerando acúmulo de processos remetidos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância,

RESOLVE

1.0 Prorrogar por mais sessenta 60 dias concedido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, instaurada pela Portaria 2848/2012, que determina nos termos da Lei Complementar nº 096/2010, e demais diplomas à espécie, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios apontados nos autos, a saber, "inassiduidade habitual", conforme artigo 214, inciso III, envolvendo o servidor E. G., matrícula 400.872.

2.0 Fixar, para conclusão dos trabalhos, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Palhoça - SC, em 23 de novembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal de Palhoça

Resultado Pregão 185/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 185/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados que no dia 20/11/2012 as empresas ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA ME e EMBRAMAR EMBARCAÇÕES E VEICULOS ESPECIAIS LTDA participaram do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2012 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto AQUISIÇÃO DE MOTO NAUTICA "JET SKI" PARA O CORPO DE BOMBEIROS. A empresa EMBRAMAR EMBARCAÇÕES E VEICULOS ESPECIAIS LTDA foi desclassificada na fase da proposta por deixar de apresentar o termo de garantia e a empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA ME apresentou proposta com valor acima do estimado não manifestando interesse em ofertar lances dentro do valor estimado. Diante do acima exposto o processo foi julgado FRACASSADO.

Palhoça, 26 de novembro de 2012.

Revogação da Concorrência Pública Nº108/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 108/2012

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Edital Concorrência Pública Nº 108/2012, que consiste na contratação de empresa para drenagem e pavimentação a lajotas em diversas ruas dos Bairros Jardim Aquarius e Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material. A REVOGAÇÃO se dá devido ao não repasse dos recursos por parte do BADESC, agente financiador. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Revogação da Concorrência Pública Nº109/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 109/2012

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Edital Concorrência Pública Nº 109/2012, que consiste na contratação de empresa para drenagem e pavimentação asfáltica na Rua Tomás Domingo da Silveira (trecho 2), Rua Paulo José de Souza (trecho 1) e Rua Jorge Maurino dos Santos (trecho 1), no Bairro São Sebastião - Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material. A REVOGAÇÃO se dá devido ao não repasse dos recursos por parte do BADESC, agente financiador. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 359/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 359/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/91, art. 104. RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Vilson dos Santos Joaquim, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 594.475.679-91, matrícula nº 98, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, referente ao quinquênio de 09/03/2003 à 08/03/2008, no período de 05/11/2012 à 02/02/2013, (três meses), com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 360/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 360/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/91, art. 104. RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Serafim Agostinho, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 522.155.989-72 matrícula nº 996, ocupante do cargo de Oficial de Manutenção e Conservação, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, referente ao quinquênio de 02/01/2006 à 01/01/2011, no período de 05/11/2012 à 03/01/2013 (dois meses), com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 361/2012

tc
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 361/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente. RESOLVE:
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Julmar de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 811.677.339-91, matrícula nº. 717, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, à disposição da Secretária Municipal de Educação, até 11/12/2012, conforme benefício nº 5540232603 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 362/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 362/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/91, art. 102. RESOLVE:
AMPLIAR LICENÇA SEM VENCIMENTO, ao Servidor Público Municipal, Eduardo Manoel da Rosa, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com lotação junto à Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 02/11/2012 à 01/11/2013.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 363/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 363/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO ao Servidor Público Municipal, brasileiro, Deivit Seiler de Medeiros, portador do CPF nº 890.641.609-10, matrícula nº 10821, ocupante do cargo de Motorista, contratado pela portaria nº 195/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 364/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 364/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO ao Servidor Público Municipal, brasileiro, Fernando de Figueiredo Braga Colares, portador do CPF nº 015.665.546-24, matrícula 10692, ocupante do cargo de Médico Plantonista - Clínico Geral contratado pela portaria nº 363/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 365/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 365/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO ao Servidor Público Municipal, brasileiro, Alexandre Coelho de Figueiredo, portador do CPF nº 687.876.347-91, matrícula nº 10703, ocupante do cargo de Médico Plantonista - Clínico Geral contratado pela portaria nº 363/2011, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 366/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 366/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO ao Servidor Público Municipal, brasileiro, Eduardo Pereira Savi, portador do CPF nº 027.388.579-06, matrícula nº 10727, ocupante do cargo de Médico Plantonista - Clínico Geral, contratado pela portaria nº 014/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 367/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 367/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Alice Figueiredo Kikko, portadora do CPF nº 051.997.489-12, matrícula nº 10724, ocupante do cargo de Médica Plantonista - Clínico Geral contratada pela portaria nº 006/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 368/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 368/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente. RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Salmir Domingos de Matos,

brasileiro, portador do CPF nº 376.383.009-04, matrícula nº. 119, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, de 06/11/2012 até 20/11/2012, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 369/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 369/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

Artigo 1º - DESIGNAR os (a) servidores (a) estáveis: Joel Rui Cabral, brasileiro, efetivo e estável, matrícula nº 340, portador do CPF nº 812.156.659-20, ocupante do cargo de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação; Simones Maria Soares, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 868.599.009-20, matrícula nº 165, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação; Carlos Rangel da Silva, brasileiro, efetivo e estável, matrícula nº 10710, portador do CPF nº 039.468.639-06, ocupante do cargo de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, a fim de apurar a responsabilidade do servidor, Lamartine Rocha Junior, brasileiro, efetivo, matrícula nº 10721, CPF nº 045.735.929-38, ocupante do cargo de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, em acidente de trânsito ocorrido na data de 06 de Novembro de 2012.

Artigo 2º - A comissão deve iniciar seus trabalhos em até 10 (dez) dias e encerrar o processo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, em caso de força maior.

Artigo 3º - Esta Portaria deve ser registrada e publicada, iniciando-se os prazos a partir da publicação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.014/2012

LEI Nº 2.014/2012

"Dá denominação às Ruas". Autores: Elias Cabral e Eliana Mendes de Melo.

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica denominada "MILTON JOSÉ SERPA", a rua "A" localizada no Loteamento Parque Residencial Porto Belo, que tem seu início na Rua Lucio Joaquim Mendes, e seu término na passagem de pedestre 01 do mesmo loteamento no bairro de Vila Nova, neste Município.

Art. 2º Fica denominada "NEUZA GPNÇALVES MENDES", a rua "B" que tem seu início na rua "A", localizada no Loteamento Parque Residencial Porto Belo, e tem seu término em terras de marinha, no bairro de Vila Nova, neste Município.

Art. 3º Fica denominada "MARIA BENTA DA SILVA CABRAL", a rua "C", que tem seu início na rua "A", localizada no Loteamento Parque Residencial Porto Belo, e tem seu término na passagem de pedestre 01 do mesmo loteamento no bairro de Vila Nova, neste Município.

Art. 4º Fica denominada "DIAMANTINA MENDES", a rua "D" que tem seu início na Rua Lucio Joaquim Mendes, localizada no Loteamento Parque Residencial Porto Belo, e tem seu término na passagem de pedestre 01 do mesmo loteamento, no bairro de Vila Nova, neste Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Decreto Nº 1041/2012

DECRETO Nº 1041/2012

"Anula Processo de Aposentadoria do Servidor Público Municipal Anatório Francisco Lourenço".

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o teor da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao Processo SPE 02/90022142, datada de 16 de outubro de 2012,
Decreta:

Art. 1º Fica anulado o Processo de Aposentadoria do Servidor Público Municipal Anatório Francisco Lourenço, efetivado pelo Decreto Municipal nº 038/98, de 12 de agosto de 1998.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Decreto Nº 1042/2012**DECRETO Nº 1042/2012**

"Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao Servidor Público Municipal Anatório Francisco Lourenço".

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 40, § 1º, inciso III, "b", da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e,

Considerando o teor da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao Processo SPE 02/90022142, datada de 16 de outubro de 2012,

Considerando as irregularidades apontadas no Processo supra citado, relativo ao ato de aposentadoria de Anatório Francisco Lourenço;

Decreta:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, com fulcro no artigo 40, § 1º, inciso III, "b", da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, ocupante do cargo de operário braçal, nível CE - 01, do quadro de pessoal do Município de Porto Belo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 7 de setembro de 2001.

Art. 3º Deverá ser aproveitado o tempo de contribuição previdenciária na condição de inativo.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.054/2012

LEI Nº 4.054, de 21 de novembro de 2012.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para o Exercício Financeiro do ano 2013, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em R\$ 62.300.000,00 (Sessenta e dois milhões e trezentos mil reais), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada pela arrecadação de tributos, transferências, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, relacionada no Anexo I e obedecida a seguinte classificação:

1 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO – CONSOLIDADO		
1.1 - Receitas Correntes		55.383.000,00
1.1.1 - Receita Tributária	7.465.000,00	
1.1.2 - Receita Patrimonial	4.983.000,00	

1.1.3 - Receita de Contribuições	3.050.000,00	
1.1.4 - Receita de Serviços		
1.1.5 - Transferências Correntes	37.563.000,00	
1.1.6 - Outras Receitas Correntes	2.322.000,00	
1.2 - Receitas de Capital		4.752.000,00
1.2.1 - Operações de Crédito	1.000.000,00	
1.2.2 - Alienação de Bens	60.000,00	
1.2.3 - Transferências de Capital	3.692.000,00	
1.3 - Receitas Intraorçamentárias		2.165.000,00
1.3.1 - Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.000.000,00	
1.3.2 - Receitas Intraorçamentárias de Capital	165.000,00	
Total de Receita Administrativa Direta e Indireta		62.300.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a discriminação apresentada nos anexos que integram a presente Lei, por modalidade de despesa, de acordo com o estabelecido através de legislação vigente, distribuída nos órgãos:

1 - Poder Legislativo	
1.1 - Câmara Municipal	2.178.000,00
2 - Poder Executivo	
2.01 - Governo Municipal	1.000.000,00
2.02 - Secretaria Municipal de Planejamento	350.000,00
2.03 - Secretaria Municipal da Administração, Esporte e Cultura	2.285.000,00
2.04 - Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade	650.000,00
2.05 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	2.140.000,00
2.06 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	14.081.000,00
2.07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1.325.000,00
2.08 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	718.000,00
2.09 - Encargos Gerais do Município	2.516.000,00
2.10 - Dívida Fundada Interna	950.000,00
2.11 - Reserva de Contingência	180.000,00
Total Despesa Orçamentária da Administração Direta - Executivo	26.195.000,00
TOTAL DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA COM LEGISLATIVO	28.373.000,00

Art. 4º Os orçamentos da Administração Indireta terão a seguinte constituição:

2 - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Órgãos			
Adm. Indireta		DESPESA	

2.1 - Fundo Municipal de Saúde			
Despesa Orçamentária			11.028.000,00
Subtotal			11.028.000,00
2.2 - Fundação Municipal de Cultura			
Despesa Orçamentária			200.000,00
Subtotal			200.000,00
2.3 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente			
Despesa Orçamentária			35.000,00
Subtotal			35.000,00
2.4 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Despesa Orçamentária			562.000,00
Subtotal			562.000,00
2.5 - Instituto Municipal de Previdência dos Servidores			
Despesa Orçamentária			7.465.000,00
Subtotal			7.465.000,00
2.6 - Autarquia Municipal de Assistência Social dos Servidores – AMASPU			
Despesa Orçamentária			1.920.000,00
Subtotal			1.920.000,00
2.7 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo de Bombeiros – FUNREBOM			
Despesa Orçamentária			420.000,00
Subtotal			420.000,00
2.8 - Fundo Municipal de Educação			
Despesa Orçamentária			12.297.000,00
Subtotal			12.297.000,00
TT. DESPESA ADM. INDIRECTA			33.927.000,00
TOTAL ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO			62.300.000,00

Art. 5º O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos dos Artigos 7º e 43, itens e parágrafos, fica autorizado: abrir créditos suplementares conforme artigo 34 da Lei nº 4020/12, para dotações dos órgãos da Administração Direta e Indireta que se tornarem insuficientes no decorrer do Exercício, utilizando como recursos os previstos no Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64; proceder abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições, auxílios a convênios para aplicações em despesas vinculadas, tendo como limite o valor dos recursos recebidos; realizar operações de crédito até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro das normas de capacidade de endividamento do Banco Central e da legislação vigente, com Lei

específica para cada operação de crédito; instituir através de Decretos os orçamentos da Administração Indireta e Fundos, por modalidade; promover ajustes orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa e do efetivo comportamento da receita; transferir recursos às APMs e APPs de escolas municipais, referente Dinheiro Direto na Escola através de Convênios; e firmar convênios com outros entes da Federação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
 Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
 Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 1.014/2012

DECRETO Nº 1.014, de 22 de novembro de 2012.

Constitui e nomeia Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os Decretos Municipais nºs 812, de 24 de abril de 2012 e 813, de 24 de abril de 2012 ,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

- I- DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Controle Interno, vinculado ao Gabinete do Prefeito;
- II- SOFIA SYDOL, nomeada para o Cargo de Provimento em Comissão de Contadora Geral do Município, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;
- III- MÁRCIO ROBERTO MARCZYNSKI, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;
- IV- ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA, nomeada para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura; e
- V- CÁSSIA NALON CONTE, nomeada para o cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade.

Art. 3º A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pela Sra. Sofia Sydol e terá como membros: Dinarte Ribeiro Guedes Neto, Márcio Roberto Marczyński, Arlene Alves Daubermann Padilha e Cássia Nalon Conte.

Art. 4º Revogam-se os Decretos nº 814, de 25 de abril de 2012 e nº 934, de 10 de setembro de 2012, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 1.015/2012

DECRETO Nº 1.015, de 23 de novembro de 2012.

Dispõe sobre Bens Patrimoniais do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º De conformidade com a Ata nº 006/2012, da Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União, nomeada pelo Decreto nº 814, de 25 de abril de 2012, ficam considerados inservíveis (desafetados) para o Serviço Público Municipal, os bens patrimoniais abaixo especificados, de propriedade do Município:

I- VW/GOL 1000, ano/modelo 1995/1995, Placa LXA 7516, Chassi 9BWZZZ30ZSP056996;

II- FORD/PAMPA 1.8 S, ano/modelo 1990/1990, Placa AEM 0538, Chassi 9BFZZZ55ZLB018164;

III- VW/VOYAGE LS, ano/modelo 1983/1984, Placa MCL 5871, Chassi 9BWZZZ30ZEP004818;

IV- VW/KOMBI, ano/modelo 1988/1989, Placa LZX1284, Chassi 9BWZZZ23ZJP025123;

V- CAR/CAMIONETA/AMBULÂNCIA, ano/modelo 1995/1995, Placa LXJ 2071, Chassi 8A1TA1CZZSS004441.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RREO LRF Anexo I, II, X e XVI - 5º Bimestre 2012

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.915.000,00	54.915.000,00	8.489.154,12	15,46	45.589.392,81	83,02	9.325.607,19
RECEITAS CORRENTES	50.577.000,00	50.577.000,00	7.892.566,62	15,61	42.103.807,56	83,25	8.473.192,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.465.000,00	7.465.000,00	906.475,24	12,14	6.087.023,43	81,54	1.377.976,57
IMPOSTOS	5.300.000,00	5.300.000,00	641.280,15	12,10	4.476.800,50	84,47	823.199,50
TAXAS	2.120.000,00	2.120.000,00	265.195,09	12,51	1.610.222,93	75,95	509.777,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.540.000,00	2.540.000,00	602.699,19	23,73	2.574.314,16	101,35	-34.314,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	500.074,23	25,00	2.096.437,21	104,82	-96.437,21
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	540.000,00	540.000,00	102.624,96	19,00	477.876,95	88,50	62.123,05
RECEITA PATRIMONIAL	2.860.000,00	2.860.000,00	1.034.346,78	36,17	6.078.896,30	212,55	-3.218.896,30
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.000,00	1.805,00	36,10	19.605,75	392,12	-14.605,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.855.000,00	2.855.000,00	1.032.541,78	36,17	6.059.290,55	212,23	-3.204.290,55
RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.457.000,00	35.457.000,00	5.001.602,64	14,11	26.089.528,02	73,58	9.367.471,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.463.000,00	34.463.000,00	5.001.602,64	14,51	25.257.054,18	73,29	9.205.945,82
Transf. de Conv.	994.000,00	994.000,00	0,00	0,00	832.473,84	83,75	161.526,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.243.000,00	2.243.000,00	347.442,77	15,49	1.274.045,65	56,80	968.954,35
Multas e Juros de Mora	490.000,00	490.000,00	86.191,20	17,59	427.025,85	87,15	62.974,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	157.261,89	196,58	207.181,14	258,98	-127.181,14
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	900.000,00	900.000,00	45.401,65	5,04	361.492,88	40,17	538.507,12
RECEITAS DIVERSAS	773.000,00	773.000,00	58.588,03	7,58	278.345,78	36,01	494.654,22
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.000,00	4.338.000,00	596.587,50	13,75	3.485.585,25	80,35	852.414,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	35.381,43	176,91	106.820,24	534,10	-86.820,24
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	35.381,43	0,00	106.820,24	0,00	-106.820,24
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.652.000,00	3.652.000,00	561.206,07	15,37	3.378.765,01	92,52	273.234,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.605.000,00	3.605.000,00	561.206,07	15,57	3.378.765,01	93,72	226.234,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	413.542,16	21,59	1.779.452,92	92,92	135.547,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	413.542,16	23,63	1.768.335,06	101,05	-18.335,06
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	413.542,16	21,59	1.779.452,92	92,92	135.547,08
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
Alienação de Outros Bens Imóveis	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.902.696,28	15,67	47.368.845,73	83,35	9.461.154,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.193.893,73	—	—	2.193.893,73	—	—
Superávit Financeiro	—	2.193.893,73	—	—	2.193.893,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.652.293,40	60.528.293,40	7.494.783,95	40.492.791,38	7.334.517,39	39.277.969,47	64,89	21.250.323,93
DESPESAS CORRENTES	38.855.542,00	3.679.719,39	42.535.261,39	6.132.959,73	32.391.672,50	6.026.891,43	31.571.735,19	74,22	10.963.526,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.466.230,00	2.713.811,00	24.180.041,00	3.527.838,00	19.297.326,27	3.576.298,99	19.284.619,86	79,75	4.895.421,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	320.000,00	-100.000,00	220.000,00	17.176,07	120.852,14	17.176,07	120.852,14	54,93	99.147,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.069.312,00	1.065.908,39	18.135.220,39	2.587.945,66	12.973.494,09	2.433.416,37	12.166.263,19	67,09	5.968.957,20
DESPESAS DE CAPITAL	14.845.458,00	1.972.574,01	16.818.032,01	1.361.824,22	8.101.118,88	1.307.625,96	7.706.234,28	45,82	9.111.797,73
INVESTIMENTOS	14.275.458,00	1.930.574,01	16.206.032,01	1.265.805,29	7.573.117,64	1.211.607,03	7.178.233,04	44,29	9.027.798,97

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.652.293,40	60.528.293,40	7.494.783,95	40.492.791,38	7.334.517,39	39.277.969,47	64,89	21.250.323,93
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	-18.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	550.000,00	60.000,00	610.000,00	96.018,93	528.001,24	96.018,93	528.001,24	86,56	81.998,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.954.000,00	192.000,00	2.146.000,00	312.576,78	1.712.443,45	355.308,36	1.712.443,45	79,80	433.556,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.954.000,00	192.000,00	2.146.000,00	312.576,78	1.712.443,45	355.308,36	1.712.443,45	79,80	433.556,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.807.360,73	42.205.234,83	7.689.825,75	40.990.412,92	65,40	21.683.880,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.807.360,73	42.205.234,83	7.689.825,75	40.990.412,92	65,40	21.683.880,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.378.432,81	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.830.000,00	5.844.293,40	62.674.293,40	7.807.360,73	42.205.234,83	7.689.825,75	47.368.845,73	65,40	21.683.880,48

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.746.107,25

FONTE:

PORTO UNIAO, 22/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.528.293,40	7.610.256,01	40.608.263,44	7.451.186,45	39.394.638,53	95,83	65,08	21.133.654,87
Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	187.519,33	1.068.412,10	199.432,90	1.068.412,10	2,60	54,23	901.587,90
Ação Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	187.519,33	1.068.412,10	199.432,90	1.068.412,10	2,60	54,23	901.587,90
Administração	3.881.000,00	3.919.000,00	501.087,43	2.871.118,82	499.714,15	2.864.160,47	6,97	73,08	1.054.839,53
Planejamento e Orçamento	310.000,00	280.000,00	40.390,21	203.838,61	40.346,92	203.675,42	0,50	72,74	76.324,58
Administração Geral	2.971.000,00	3.059.000,00	370.504,24	2.200.757,93	369.414,25	2.194.202,77	5,34	71,73	864.797,23
Administração Financeira	600.000,00	580.000,00	90.192,98	466.522,28	89.952,98	466.282,28	1,13	80,39	113.717,72
Defesa Nacional	8.000,00	8.000,00	0,00	903,65	0,00	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Defesa Terrestre	8.000,00	8.000,00	0,00	903,65	0,00	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Segurança Pública	472.000,00	646.664,87	144.888,29	489.186,94	54.239,23	380.948,09	0,93	58,91	265.716,78
Policiamento	34.000,00	44.000,00	3.092,89	18.249,89	2.491,89	17.249,89	0,04	39,20	26.750,11
Defesa Civil	438.000,00	602.664,87	141.795,40	470.937,05	51.747,34	363.698,20	0,88	60,35	238.966,67
Assistência Social	2.328.812,00	2.578.117,48	436.781,80	1.780.549,20	449.998,02	1.717.122,75	4,18	66,60	860.994,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00	172.000,00	24.190,80	112.593,34	20.198,26	108.520,90	0,26	63,09	63.479,10
Assistência Comunitária	1.621.000,00	1.954.459,45	317.939,84	1.324.292,07	306.698,84	1.285.240,95	3,13	65,76	669.218,50
Alimentação e Nutrição	545.812,00	451.658,03	94.651,16	343.663,79	123.100,92	323.360,90	0,79	71,59	128.297,13
Previdência Social	5.265.000,00	5.265.000,00	302.526,90	1.051.645,88	301.367,88	1.050.255,82	2,55	19,95	4.214.744,18
Previdência do Regime Estatutário	5.265.000,00	5.265.000,00	302.526,90	1.051.645,88	301.367,88	1.050.255,82	2,55	19,95	4.214.744,18
Saúde	9.820.200,00	11.910.494,00	1.435.334,44	9.566.175,13	1.325.273,72	8.906.808,90	21,67	74,78	3.003.685,10
Atenção Básica	6.632.200,00	8.240.799,00	967.943,57	7.130.216,36	915.116,87	6.651.409,42	16,18	80,71	1.589.389,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.883.000,00	3.281.298,00	412.730,81	2.239.598,98	384.205,38	2.116.343,32	5,15	64,50	1.164.954,68
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	5.673,45	98.147,82	8.342,42	81.578,13	0,20	42,86	108.738,87
Vigilância Epidemiológica	142.000,00	198.080,00	48.986,61	98.211,97	17.609,05	57.478,03	0,14	29,02	140.601,97
Educação	10.050.238,00	11.733.202,05	1.732.629,51	9.537.985,06	1.780.884,20	9.414.837,57	22,90	80,24	2.318.364,48
Ensino Fundamental	6.540.238,00	7.348.843,04	1.110.519,84	6.434.752,32	1.157.801,14	6.319.012,22	15,37	85,99	1.029.830,82
Educação Infantil	3.110.000,00	4.230.359,01	612.257,83	3.020.372,02	613.231,22	3.012.964,63	7,33	71,22	1.217.394,38
Educação de Jovens e Adultos	400.000,00	154.000,00	9.851,84	82.860,72	9.851,84	82.860,72	0,20	53,81	71.139,28
Cultura	270.000,00	194.000,00	23.756,30	90.542,59	16.212,07	73.994,15	0,18	38,14	120.005,85
Difusão Cultural	270.000,00	194.000,00	23.756,30	90.542,59	16.212,07	73.994,15	0,18	38,14	120.005,85
Urbanismo	6.825.000,00	7.458.335,00	1.002.515,83	5.424.265,91	979.547,45	5.383.431,89	13,10	72,18	2.074.903,11
Infra-Estrutura Urbana	4.605.000,00	5.421.335,00	607.574,68	3.775.001,07	606.817,86	3.762.417,55	9,15	69,40	1.658.917,45

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.528.293,40	7.610.256,01	40.608.263,44	7.451.186,45	39.394.638,53	95,83	65,08	21.133.654,87
Urbanismo	6.825.000,00	7.458.335,00	1.002.515,83	5.424.265,91	979.547,45	5.383.431,89	13,10	72,18	2.074.903,11
Serviços Urbanos	1.920.000,00	1.902.000,00	369.202,62	1.555.442,73	344.111,06	1.527.192,23	3,71	80,29	374.807,77
Lazer	300.000,00	135.000,00	25.738,53	93.822,11	28.618,53	93.822,11	0,23	69,50	41.177,89
Habitação	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,09	1,57	2.185.037,62
Habitação Urbana	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,09	1,57	2.185.037,62
Saneamento	680.000,00	1.062.000,00	283.940,90	466.161,57	309.729,40	466.050,07	1,13	43,88	595.949,93
Saneamento Básico Urbano	680.000,00	1.062.000,00	283.940,90	466.161,57	309.729,40	466.050,07	1,13	43,88	595.949,93
Gestão Ambiental	260.000,00	110.000,00	0,00	29.387,46	15.462,00	29.387,46	0,07	26,72	80.612,54
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Recursos Hídricos	60.000,00	60.000,00	0,00	29.387,46	15.462,00	29.387,46	0,07	48,98	30.612,54
Agricultura	710.000,00	1.145.250,00	120.862,95	1.022.529,41	125.711,52	1.004.847,84	2,44	87,74	140.402,16
Promoção da Produção Vegetal	700.000,00	1.135.250,00	120.862,95	1.022.529,41	125.711,52	1.004.847,84	2,44	88,51	130.402,16
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Indústria	810.000,00	733.000,00	169.266,46	486.801,03	112.823,96	424.388,63	1,03	57,90	308.611,37
Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	105.000,00	31.587,71	72.009,79	8.787,71	49.209,79	0,12	46,87	55.790,21
Produção Industrial	530.000,00	538.000,00	137.678,75	414.791,24	104.036,25	375.178,84	0,91	69,74	162.821,16
Comunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Telecomunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	145.000,00	145.000,00	18.254,02	68.244,02	18.254,02	68.244,02	0,17	47,06	76.755,98
Energia Elétrica	145.000,00	145.000,00	18.254,02	68.244,02	18.254,02	68.244,02	0,17	47,06	76.755,98
Transporte	5.021.750,00	4.873.750,00	673.570,12	3.601.986,37	655.972,71	3.564.982,75	8,67	73,15	1.308.767,25
Transporte Rodoviário	5.021.750,00	4.873.750,00	673.570,12	3.601.986,37	655.972,71	3.564.982,75	8,67	73,15	1.308.767,25
Desporto e Lazer	1.205.000,00	1.608.000,00	153.749,28	845.666,98	233.811,31	838.714,85	2,04	52,16	769.285,15
Desporto Comunitário	1.205.000,00	1.608.000,00	153.749,28	845.666,98	233.811,31	838.714,85	2,04	52,16	769.285,15
Encargos Especiais	2.929.000,00	2.943.480,00	423.572,45	2.171.738,94	372.751,91	2.102.185,14	5,11	71,42	841.294,86
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	290.000,00	390.000,00	43.786,87	266.155,06	43.786,87	266.155,06	0,65	68,24	123.844,94
Refinanciamento da Dívida Interna	870.000,00	830.000,00	113.195,00	648.853,38	113.195,00	648.853,38	1,58	78,18	181.146,62
Outros Encargos Especiais	1.769.000,00	1.723.480,00	266.590,58	1.256.730,50	215.770,04	1.187.176,70	2,89	68,88	536.303,30

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.954.000,00	2.146.000,00	315.635,10	1.715.501,77	358.366,68	1.715.501,77	4,17	79,94	430.498,23
Legislativa	10.000,00	10.000,00	3.058,32	3.058,32	3.058,32	3.058,32	0,01	30,58	6.941,68
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	3.058,32	3.058,32	3.058,32	3.058,32	0,01	30,58	6.941,68
Previdência Social	50.000,00	50.000,00	1.914,99	6.504,21	1.914,99	6.504,21	0,02	13,01	43.495,79
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	50.000,00	1.914,99	6.504,21	1.914,99	6.504,21	0,02	13,01	43.495,79
Saúde	470.000,00	510.000,00	65.602,77	442.028,62	108.334,35	442.028,62	1,08	86,67	67.971,38
Atenção Básica	410.000,00	450.000,00	65.449,97	441.363,22	108.181,55	441.363,22	1,07	98,08	8.636,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	152,80	665,40	152,80	665,40	0,00	2,22	29.334,60
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação	824.000,00	976.000,00	148.956,01	750.399,16	148.956,01	750.399,16	1,83	76,89	225.600,84
Ensino Fundamental	504.000,00	706.000,00	139.111,10	563.486,18	139.111,10	563.486,18	1,37	79,81	142.513,82
Educação Infantil	300.000,00	250.000,00	9.844,91	186.912,98	9.844,91	186.912,98	0,45	74,77	63.087,02
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	96.103,01	513.511,46	96.103,01	513.511,46	1,25	85,59	86.488,54
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	96.103,01	513.511,46	96.103,01	513.511,46	1,25	85,59	86.488,54
TOTAL (III) = (I + II)	56.830.000,00	62.674.293,40	7.925.891,11	42.323.765,21	7.809.553,13	41.110.140,30	100,00	65,59	21.564.153,10

FONTE:

PORTO UNIAO, 26/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CR/

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.050.000,00	6.050.000,00	709.127,76	5.006.592,03	82,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.440.000,00	3.440.000,00	296.747,56	3.013.105,11	87,59
1.1.1- IPTU	2.800.000,00	2.800.000,00	234.317,63	2.537.929,50	90,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	8.869,84	28.059,22	28,06
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	33.305,16	259.681,94	59,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	20.254,93	187.434,45	187,43
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	114.254,67	467.956,03	77,99
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	114.254,67	467.956,03	77,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.510.000,00	1.510.000,00	261.102,81	1.172.617,62	77,66
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	255.685,13	1.118.001,70	79,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	3.664,18	36.332,01	60,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	1.753,50	18.283,91	36,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	37.022,72	352.913,27	70,58
1.4.1- IRRF	500.000,00	500.000,00	37.022,72	352.913,27	70,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.163.750,00	27.163.750,00	3.313.204,75	18.150.098,51	66,82
2.1- Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	66,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	66,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	1.211.868,14	5.641.779,34	64,48
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.500,00	62.500,00	5.924,24	29.627,16	47,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	188.750,00	188.750,00	19.343,25	90.609,74	48,01
2.5- Cota-Parte ITR	37.500,00	37.500,00	25.823,75	27.431,71	73,15
2.6- Cota-Parte IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	362.040,07	1.747.973,90	82,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.213.750,00	33.213.750,00	4.022.332,51	23.156.690,54	69,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	100.134,87	516.329,23	86,05
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	100.134,87	516.329,23	86,05
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.445.450,00	1.445.450,00	169.086,64	764.800,72	52,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.045.450,00	2.045.450,00	269.221,51	1.281.129,95	62,63

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.492.250,00	5.492.250,00	662.640,50	3.630.025,05	66,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	337.641,01	2.122.535,06	66,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.750.000,00	1.750.000,00	242.373,42	1.128.354,97	64,48
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.184,84	5.925,40	49,38
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	37.750,00	37.750,00	3.868,63	18.121,84	48,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.500,00	7.500,00	5.164,73	5.486,23	73,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	485.000,00	485.000,00	72.407,87	349.601,55	72,08
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.117.050,00	7.117.050,00	1.187.440,97	5.695.083,08	80,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.087.050,00	7.087.050,00	1.186.087,55	5.686.216,75	80,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	1.353,42	8.866,33	29,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.594.800,00	1.594.800,00	523.447,05	2.056.191,70	128,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.206.230,00	5.901.230,00	1.080.405,48	5.497.113,49	93,15
13.1- Com Educação Infantil	1.731.000,00	2.081.000,00	417.756,02	2.001.758,69	96,19
13.2- Com Ensino Fundamental	3.475.230,00	3.820.230,00	662.649,46	3.495.354,80	91,50
14- OUTRAS DESPESAS	1.910.820,00	547.820,00	64.057,33	269.953,56	49,28
14.1- Com Educação Infantil	330.000,00	40.000,00	0,00	9.935,82	24,84
14.2- Com Ensino Fundamental	1.580.820,00	507.820,00	64.057,33	260.017,74	51,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.117.050,00	6.449.050,00	1.144.462,81	5.767.067,05	89,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					96,52
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.303.437,50	8.303.437,50	1.005.583,13	5.789.172,64	69,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.910.000,00	2.640.000,00	474.601,12	2.208.254,53	83,65
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.121.000,00	417.756,02	2.011.694,51	94,85
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	849.000,00	519.000,00	56.845,10	196.560,02	37,87
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.056.738,00	7.414.738,00	1.159.210,86	6.215.944,70	83,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.056.050,00	4.328.050,00	726.706,79	3.755.372,54	86,77
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.000.688,00	3.086.688,00	432.504,07	2.460.572,16	79,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.966.738,00	10.054.738,00	1.633.811,98	8.424.199,23	83,78
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.056.191,70
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.866,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					19.552,10
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.084.610,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.339.589,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,38

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	1.027.924,34	194.722,65	796.990,68	77,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	101.500,00	1.377.534,67	47.708,58	749.056,35	54,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	706.500,00	2.405.459,01	242.431,23	1.546.047,03	64,27
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.673.238,00	12.460.197,01	1.876.243,21	9.970.246,26	80,02
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		19.552,10		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.686.216,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.192.665,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.866,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.502.417,65	0,00

PORTO UNIAO, 22/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.485.750,00	33.485.750,00	23.278.681,68	69,52
Impostos	5.300.000,00	5.300.000,00	4.476.800,50	84,47
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.800.000,00	2.800.000,00	2.537.929,50	90,64
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	467.956,03	77,99
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	1.118.001,70	79,86
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	500.000,00	500.000,00	352.913,27	70,58
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.022.000,00	1.022.000,00	651.782,67	63,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	150.000,00	150.000,00	52.377,29	34,92
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	361.492,88	60,25
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	272.000,00	272.000,00	237.912,50	87,47
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.163.750,00	27.163.750,00	18.150.098,51	66,82
Da União	16.100.000,00	16.100.000,00	10.669.735,53	66,27
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.000.000,00	16.000.000,00	10.612.676,66	66,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	37.500,00	37.500,00	27.431,71	73,15
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.500,00	62.500,00	29.627,16	47,40
Do Estado	11.063.750,00	11.063.750,00	7.480.362,98	67,61
Cota-Parte do ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	5.641.779,34	64,48
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	188.750,00	188.750,00	90.609,74	48,01
Cota-Parte do IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	1.747.973,90	82,26
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.836.500,00	28.836.500,00	27.720.189,10	96,13
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.492.250,00	-5.492.250,00	-3.630.025,05	66,09
TOTAL	56.830.000,00	56.830.000,00	47.368.845,73	83,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.593.000,00	10.321.294,00	8.275.533,96	80,18
Pessoal e Encargos Sociais	6.034.000,00	6.517.247,00	5.842.296,21	89,64
Outras Despesas Correntes	2.559.000,00	3.804.047,00	2.433.237,75	63,96
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
Investimentos	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
Investimentos	207.200,00	609.200,00	123.823,09	20,33
TOTAL (IV)	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	76,84

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.961.000,00	4.441.294,00	2.692.986,71	32,06
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.819.000,00	4.271.977,00	2.619.972,68	31,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	142.000,00	169.317,00	73.014,03	0,87
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.839.200,00	6.489.200,00	5.706.370,34	67,94

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= >² [(V - VI) / I]	24,51
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.042.200,00	8.690.799,00	7.092.772,64	84,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.423.000,00	1.821.298,00	1.167.528,25	13,90
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	81.578,13	0,97
Vigilância Epidemiológica	172.000,00	228.080,00	57.478,03	0,68
TOTAL	8.800.200,00	10.930.494,00	8.399.357,05	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 22/11/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

Rio do Sul

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços 03/2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 03/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2012

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e o Supermercado Princesa Isabel Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cestas básicas, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Supermercado Princesa Isabel Ltda.	
Preço cotado para o item: R\$ 55,80.	
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO
cesta básica contendo: 03 KG de açúcar refinado; 05 KG de arroz parboilizado tipo I; 01 unidade de óleo de soja refinado de 900 ml; 02 pacotes de café em embalagem à vácuo 500 GR; 05 KG de farinha de trigo especial de 1ª linha; 1 KG de sal refinado iodado; 02 KG de farinha de milho fubá grosso; 02 KG de feijão preto, 02 KG de massa com ovos tipo parafuso; 01 pacote/lata de leite em pó integral instantâneo com 400 gr.	R\$ 55,80

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SUPERM. PRINCESA ISABEL LTDA

Ata de Registro de Preços 07/2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos treze dias do mês de junho de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa

Roche Diagnóstica Brasil Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de tiras reagentes para testagem de glicemia, conforme o item abaixo discriminado:

ITEM 01	
Fornecedor: Roche Diagnóstica Brasil Ltda	
Preço cotado para o item: R\$ 0,27.	
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO
Tira reagente para testagem de glicemia, com fornecimento de 500 (quinhentos) aparelhos compatíveis com a tira cotada, em regime de comodato. características mínimas necessárias das tiras: 1 – capacidade de medição entre 10 mg/dl e 600 mg/dl; 2 – tecnologia de glicose desidrogenase e/ou oxidase; 3 – amperometria com sangue capilar; características mínimas necessárias dos aparelhos a serem disponibilizados pela empresa licitante vencedora: memória de 250 testes ou mais; volume de amostra de até 4 (quatro) microlitros; Método de leitura de amperometria e/ou fotometria. Com registro na ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.	R\$ 0,27

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de junho de 2012.

Tânia Regina Cipriani

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA

Ata de Registro de Preços 08/2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos treze dias do mês de julho de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cardioprime S/S, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cardioprime S/S		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
6	Cintilografia de miocárdio	R\$ 791,59
7	Cintilografia renal	R\$ 165,24



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de julho de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CARDIOPRIME S/S

Ata de Registro de Preços 12/2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Teste ergométrico / esforço	R\$ 210,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda

Atas de Registro de Preços do Pregão 22 _2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos onze dias do mês de junho de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa CEDIMAVI (Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda), por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: CEDIMAVI (Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda)

Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Ultrassonografia de carótidas	R\$ 210,00
2	Ultrassonografia com biópsia	R\$ 350,00
3	Ultrassonografia morfológico	R\$ 170,00
4	Ultrassonografia com dopler dos vasos ilíacos	R\$ 210,00
5	Ultrassonografia transretal com RUB (próstata transretal + aparelho urinário)	R\$ 200,00
11	Ecodopler colorido	R\$ 230,00
12	Ecodoppler arterial M.I.D.	R\$ 220,00
13	Ecodoppler venoso de membro inferior	R\$ 250,00
17	PAAF de tireóide	R\$ 350,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de junho de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ALTO VALE LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos onze dias do mês de junho de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comunidade Evangélica de Rio do Sul -Hospital Samária, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Comunidade Evangélica de Rio do Sul -Hospital Samária		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
18	Urofluxometria	R\$ 125,00
19	Estudo urodinâmico	R\$ 380,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de junho de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE RIO DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos onze dias do mês de junho de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cardioprime S/S, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cardioprime S/S		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
8	Ecocardiograma Farmacológico	R\$ 300,00
9	Ecocardiograma Trans-torácico	R\$ 175,00
10	Ecocardiograma transe-sofágico	R\$ 349,00
16	Cintilografia óssea	R\$ 260,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de junho de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CARDIOPRIME S/S

Atas de Registro de Preços do Pregão 29 _2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos doze dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Rossane Serafim Matos EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de dietas especiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Rossane Serafim Matos EPP		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
9	Suplemento protéico, de alto valor biológico, de ótima digestibilidade, que contenha 90% de proteínas, (caseinato de cálcio) isento de sabor, de boa solubilidade, acondicionado em latas com aproximadamente 250 g (Referência Caseical).	R\$ 52,79

11	Amido de milho modificado instantâneo, adicionado de gomas alimentares (tara, xantana e guar) para espessar preparações quentes ou frias. Lata de no mínimo 225g.	R\$ 29,90
15	Nutrição completa e especializada, para auxiliar no controle glicêmico, normocalórica (1,0 Kcal/ml), normopolipídica e normoprotéica. Presença de fibras. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas	R\$ 39,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 12 de setembro de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ROSSANE SERAFIM MATOS EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos doze dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mmnutri Nutrição e Farmacêutica Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de dietas especiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Mmnutri Nutrição e Farmacêutica Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Formula Lactea Infantil I em pó 400 gramas, para lactentes de 0 a 6 meses, contendo probióticos ou prebióticos	R\$ 9,58
2	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas enriquecida com ferro, em pó, indicada para lactentes desde o nascimento até os 06 meses de vida. Atende a todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. no 977/1998. A relação caseína:proteínas do soro é alterada. As gorduras são compostas por óleos vegetais e gordura láctea, o que confere boa digestibilidade. Lata com 400g.	R\$ 8,28

3	Fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro, à base de proteínas lácteas. Indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida. Atende as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria MS nº977/1988. Contém como carboidrato lactose e malto, as gorduras são compostas por óleos vegetais e gordura láctea. Lata com 400g.	R\$ 8,00
4	Fórmula infantil enriquecida com ferro, à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para recém-nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer. Enriquecida com LCPufas (Ácidos Graxos Poliinsaturados de Cadeia Longa) w-6 (Araquidônico) e w-3 (Docosahexaenóico) – ácidos graxos estruturais importantes ao desenvolvimento neuromotor e visual de prematuros e recém-nascidos de baixo peso ao nascer. A relação caseína:proteínas do soro é alterada, contém como carboidratos lactose e maltodextrina e suas gorduras são de origem vegetal e de origem animal, o que confere boa digestibilidade. Atende a recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. no 977/1998. Lata com 400g.	R\$ 34,00
5	Dieta semi elementar e hipoalergênica à base de proteína extensamente hidrolisada, garantindo alta eficácia nos casos de alergia proteína do leite de vaca e síndromes de má absorção. Nutricionalmente completo e que permita o uso como nutrição enteral exclusiva até um ano de idade. Apresenta baixa osmolaridade, isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Lata de 400g.	R\$ 60,00
6	Fórmula infantil especial, 100% proteína isolada de soja. Indicado nos casos de alergia à proteína de leite de vaca. Maltodextrina, proteína isolada de soja (fonte protéica), oleína de palma, óleo de coco, sais minerais (fosfato de cálcio, citrato de cálcio, cloreto de potássio, fosfato de magnésio, citrato de potássio, cloreto de sódio, sulfato ferroso, sulfato de cobre, iodeto de potássio), óleo de girassol, vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, pentotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B2, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D, vitamina K, ácido fólico, biotina, vitamina B12), metionina, cloreto de colina, taurina, L-carnitina e regulador de acidez, hidróxido de potássio. Sem sabor. Lata de 400g. (Referência: NAN Soy)	R\$ 9,77

7	Suplemento alimentar em pó para crianças a partir de 1 ano, para uso oral ou enteral, polimérico, nutricionalmente completo, hipercalórico (1.5kcal), fornecendo alto aporte de nutrientes em pequeno volume. Isento de lactose e glúten, com 9% de proteína (100% caseinato), 50% carboidrato (malto, sacarose e maltose), 41% lipídios (100% óleos vegetais – palma, girassol, canola e semente de colza- com relação w6:w3 de 5:1), osmolaridade de 505mos/l. Acrescido de todas as vitaminas e sais minerais, além de colina, carnitina e taurina. Sabor: isenta de sabor. Lata com 400g.	R\$ 17,62
8	Suplemento Nutricional lácteo em pó, enriquecido com vitaminas, minerais e proteína, tais como: crescimento, desnutrição leve, desgaste físico ou mental, gestação, lactação e má alimentação de uma forma geral. Enriquecido com vitaminas e minerais. Preparo instantâneo. Sabores sortidos (no mínimo duas opções) Lata com no mínimo 300g.	R\$ 12,00
10	Dieta nutricionalmente completa e balanceada, para manutenção e/ou recuperação de estado nutricional. Via oral ou enteral. Composta de 50% soro do leite e 50% caseinato de potássio. Isento de lactose e glúten. Lata de 400g, Sabor Baunilha e sem sabor	R\$ 18,08
12	Fórmula anti-regurgitação para lactentes com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico com goma jatai. Lata de 400g.	R\$ 12,70
13	Suplemento hiperprotéico acrescido de arginina, zinco, selênio, vit C, A e E. Indicado para a cicatrização de úlceras por pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Isento de glúten. Embalagem com no mínimo 200ml.	R\$ 12,10
14	Fórmula líquida nutricionalmente completa, hipercalórica (2.0 a 2.4 kcal/mL). Isento de lactose e glúten. frasco de 125 a 200ml	R\$ 9,00
16	Dieta em pó nutricionalmente completa para uso enteral ou oral para crianças de 01 a 10 anos. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas	R\$ 17,62
17	Dieta em pó nutricionalmente completa para uso enteral ou oral para crianças de 01 a 10 anos, normocalórica (1,0 Kcal/ml), normoprotéica. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas	R\$ 17,62

18	Suplemento infantil hipercalórico, indicado para prevenção da desnutrição e recuperação do estado nutricional, anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes, aumento das necessidades nutricionais com pré e pós operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. Isento de lactose e glúten. Lata com 400 gramas	R\$ 17,62
19	Fórmula láctea infantil II em pó para lactentes de 6 a 12 meses contendo probióticos ou prebióticos. Latas de 400g.	R\$ 9,18

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 12 de setembro de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

MMNUTRI NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos doze dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Genetecorp do Brasil – Com. De Produtos Hospitalares, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de fraldas geriátricas, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Genetecorp do Brasil – Com. De Produtos Hospitalares		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
20	Fralda geriátrica adulto tam. G, anatômica, com fitas adesivas, com elástico, gel superabsorvente, com canais de distribuição de líquidos	R\$ 0,67
21	Fralda geriátrica adulto tam. GG, anatômica, com fitas adesivas, com elástico, gel superabsorvente, com canais de distribuição de líquidos	R\$ 0,71

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 12 de setembro de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

GENETICORP DO BRASIL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES

Atas de Registro de Preços do Pregão 33 _2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos cinco dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Clínica Médica Alto Vale S/S, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Clínica Médica Alto Vale S/S		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Esofagogastroduodenoscopia (endoscopia)	R\$ 105,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CLÍNICA MÉDICA ALTO VALE S/S

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos cinco dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Endocenter Clínica e Endoscopia Digestiva Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Endocenter Clínica e Endoscopia Digestiva Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	Colonoscopia (coloscopia)	R\$ 355,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ENDOCENTER CLÍNICA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos cinco dias do mês de setembro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
3	Biópsia de próstata orientada por ultrassom	R\$ 320,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CEDIMAVI – Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale Ltda

Atas de Registro de Preços do Pregão 37 _2012 FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
32	Clopidogrel 75mg	0,40

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.
SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

NUNESFARMA DISTR. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Promefarma Representações Comerciais Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
25	Carbonato de cálcio 500 mg. comp.em cartela - 0,03	
36	Dexametasona 4mg compr. (ref. Decadron) Compr - 0,0967	
50	estrogenos conjugados 0,625mg creme vaginal - 27,80	
61	Hipromelose 0,3% col Fr. - 26,325	
64	levotiroxina 100mg comp. - 0,1349	
69	Metronidazol 400mg. Compr - 0,1625	
71	mebendazol frasco 30ml - 0,539	
106	Sulfadiazina 500 mg. - 0,10	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.
SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa ANB Farma Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: ANB Farma Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
20	beclometazonha pó 200mg - 0,173	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ANB FARMA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa BH Farma Comércio Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: BH Farma Comércio Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
98	Prednisona 20mg	- 0,046

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

BH FARMA COMÉRCIO LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
5	- Amicacina 500MG INJ Amp.	- 0,705
30	- Cinarizina 25 mg. Compr	- 0,0281
39	- Diltiazem 60mg cp	- 0,084
56	- isoflavona 30mg	- 0,227
60	- Hioscina Composta Ampola	- 0,5614
63	- Levedopa + Carbidopa 250/25mg cp	- 0,2526
88	- Norfloxacin 400mg. Compr	- 0,1303
89	- Ondansentrona 8 mg Compr	- 1,7544
107	- Sulfametoxazol + trimetropina 200mg+40mg/5ml 100 ml	- 1,0526
112	- varfarina sodica 5 mg. (marevan). Compr	- 0,0682
114	- Agua bi destilada 10ml Amp.	- 0,0912
115	- amiodarona 50mg/ml 03ml injetavel Amp.	- 4,21
116	- atropina 0,250 mg/ml ampola Amp.	- 0,1895
117	- Terbutalina injetável endovenoso 01ml Amp.	- 1,40
118	- Butilbrometo de escopolamina + dipirona sodica 5ml inj.	- 0,5614
119	- butilbrometo de escopolamina+dipirona sodica 20 ml	- 1,4035
120	- Cedilanide 04mg 02ml injetavel ampola Amp.	- 1,20
121	- Cloreto de Sodio 0,9% 10ml Injetável Amp.	- 0,1165
122	- dexametasona 4mg/ml 10ml Amp.	- 0,407
123	- Diclofenaco sodico inj. 75mg. 3 ml.	- 0,258
127	- glicose 25% 10ml Amp.	- 0,1375
128	- Glicose 50% 10ml. inj. Amp.	- 0,1404
131	- Isossorbida 5 mg. sublingual. Compr	- 0,0477
132	- ranitidina 25mg - antak injetável 2ml Amp.	- 0,4912
133	- Soro fisiológico 0,9% 100 ml para infusão	- 1,52
135	- Soro fisiológico 0,9% 500 ml para infusão	- 1,8246
136	- Soro glicosado 5% 250 ml para infusão	- 1,59
137	- Soro glicosado 5% 500 ml para infusão	- 2,00
138	- Soro ringer lactato 500 ml para infusão	- 1,8947
139	- Tenoxicam injetavel 40mg ampola 2ml	- 6,17
140	- Clorpromazina 25mg. inj. 5ml.	- 1,06
141	- Clorpromazina 4% gotas 20 ml.	- 4,70
143	- Fenitoina 250mg. inj. 5ml.	- 0,6449
144	- Fenobarbital inj. 200mg / 01ml Amp.	- 1,10
146	- prometazina 50mg inj. ampola 2ml	- 0,7018

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
18	- beclometasona 250mcg, spray AR, isento de gases propolentes do tipo clorofluorcarbonos -	31,50
19	- Beclometasona 50MCG Spray AR -	27,00
29	- Cetoprofeno Ampola Amp. -	1,05
65	- levotiroxina 25mg Compr -	0,129
66	- Levotiroxina 50 mg. Compr -	0,1299
87	- nitrofurantoina 100mg Compr -	0,118
101	- Propanolol 40 mg. Compr -	0,0109

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Prati Donaduzzi & Cia Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
4	- Albendazol 400 mg. sífab Compr -	0,20
9	- Amoxicilina 250 mg/5ml susp. 60ml. -	1,01
10	- Amoxicilina 500 mg. Compr -	0,055
15	- Atenol 50 mg. Compr -	0,018
17	- Azitromicina 500 mg.(sífab) Compr -	0,35 1
28	- Cetoconazol 200mg. Compr -	0,068
41	- Dipirona 500 mg. Compr -	0,049
62	- Ibuprofeno 600 mg cp Compr -	0,05
68	- Loratadina 1mg/ml xarope -	1,24
72	- Metformina 500 mg. Compr -	0,041
73	- Metformina 850 mg. Compr -	0,04
79	- Metronidazol 250 mg Compr -	0,039
85	- Nistatina susp. 100.000 UI 50ml. -	1,345
93	- Paracetamol 500mg. Compr -	0,0298
96	- Prednisolona 3mg/ml sol oral -	2,56
97	- prednisona 5mg - comprimidos Compr -	0,038
99	- prometazina 25mg Compr -	0,024
108	- Sulfametoxazol + trimetropina comprimido - 400 + 80 mg -	0,045
109	- Sulfametoxazol+trimetropina 800mg+160mg. Compr -	0,10
111	- Sulfato Ferroso 40 mg. Compr -	0,0254

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Angeomed Com. de Prod. Méd. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Angeomed Com. de Prod. Méd. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
8	- Albendazol 40mg/ml suspensão oral -	0,8799
45	- Eritromicina 500mg -	0,28

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
12	- Amoxicilina + Acido Clavulanico 500/125mg. em cartela -	0,615
35	- Dexametazona 1mg/g 10g cr -	0,4849
37	- enalapril 10mg Compr -	0,0299
44	- enalapril 5mg - comp Compr -	0,027
104	- Salbutamol 100MCG Spray /AR -	3,25

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Werbran Distr. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Werbran Distr. De Medicamentos Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
33	Clotrimazol creme 20gr – 1,40	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

WERBRAN DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Centermedi Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Centermedi Com. De Prod. Hospitalares Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
14	ANLÓDIPINA 5MG - 0,0189	
23	Benzilpenicilina 600.000 Amp. - 0,51	
51	fenofibrato 200mg (ref. lipidil) Compr - 0,3989	
53	Furosemida Ampola - 0,29	
54	Glibenclamida 5mg. cpr. - 0,0117	
81	Miconazol creme vaginal - 1,5899	
125	dimenidrinato+piridoxina injetável 50mg/ml B6 Amp. - 1,19	
126	Furosemida 20mg. inj. 2ml. Amp. - 0,29	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido

pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Médico Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Médico Hospitalar Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
11	Amoxicilina + ácido clavulânico 50/12,5mg, 100ml – 4,511	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

Sueli Terezinha de Oliveira

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Médico Hospitalar Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
43	Enalapril 20mg – 0,04	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido

pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
82	- Mononitrato de isossorbida 40 mg Compr	- 0,1299
100	- Propatilnitrato 10mg (ref. sustrate) Compr	- 0,2574

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
7	- Amiodarona 200mg. Compr	- 0,118
34	- Complexo B - em cartela Compr	- 0,042
40	- Dipirona 500 mg/ml Sol. Oral 10 ml-	- 0,409
49	- Estrógenos Conjugados 0,625 mg. Compr	- 0,868
59	- Hioscina 10 mg. Compr	- 0,1299
67	- Loratadina 10 mg. Compr	- 0,043
90	- óleo mineral puro - 100ml Fr.	- 1,37
92	- Paracetamol gotas 200mg/ml 20 ml	- 0,475
94	- Permetrina 10mg/ml Loção	- 0,89

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sulmedic Com. De Medicamentos Ltda EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Sulmedic Com. De Medicamentos Ltda EPP		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
3	- Água destilada 5ml ampola	- 0,08
21	- Benzilpenicilina G Benz 1.200.000 amp	- 0,52
70	- maleato de timolol 0,5% col 5ml (ref timolol)	- 0,88

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SULMEDIC COM. DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado

na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sodrogas Distr. De Med. Mat. Méd. Hosp. Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Sodrogas Distr. De Med. Mat. Méd. Hosp. Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
13	- Anlodipino 10mg cp - 0,0319	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SODROGAS DISTR. DE MED. MAT. MÉD. HOSP. LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaci/MG Material Cirúrgico Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaci/MG Material Cirúrgico Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	- Acido folico 5 mg Compr - 0,0157	
6	- Aminofilina 100 mg. Compr - 0,02	
16	- Azitromicina 40mg/ml susp. 60ml - 2,10	
22	- Benzilpenicilina 400.000 inj. Amp. - 0,5775	
31	- Ciprofloxacino 500mg. cpr - 0,11	
38	- Digoxina 0,25mg. Compr - 0,02	
42	- Dipirona amp - 0,294	
47	- Espironolactona 25 mg. Compr - 0,0945	
52	- Furosemida 40mg. Compr - 0,0178	
57	- Hidroclorotiazida 25 mg. Compr - 0,0126	
75	- Metoclopramida 10 mg. Compr - 0,0231	
76	- Metoclopramida 4mg/ml 10ml - 0,357	
77	- Metoclopramida Ampola - 0,1785	
80	- Metronidazol 40 mg/ml 100ml - 1,47	
86	- Nistatina 25.000 UI creme vag 50gr - 1,38	
95	- Polivitamínico CP fornecido em Cartela - 0,0787	
102	- Ranitidina 150 mg. compr - 0,0315	
110	- Sulfato ferroso 25mg/ml sol. 30ml - 0,5145	
124	- Dipirona sodica 500mg/ml inj. 2ml. Amp. - 0,294	
134	- Soro fisiológico 0,9% 250 ml para infusão - 1,575	
142	- diazepam 10mg - injetável - 0,315	
145	- Haloperidol 5mg/ml ampola - 0,4059	
147	- Tramadol 50mg/ml 01ml injetável - 0,4095	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
26	- Cefalexina 250mg/5ml. sup. 60ml. - 1,60	
27	- Cefalexina 500mg. Compr - 0,10	
48	- estriol - 1mg creme vaginal (ovestriom) 50gr - 5,22	
74	- Metildopa 250 mg. Compr - 0,08	
78	- metronidazol 100mg creme vaginal - tubo 50g - 1,30	
83	- Neomicina + Bacitracina Pomada 10 gr. - 0,74	
113	- Adrenalina 1ml inj. - 0,60	
129	- Hidrocortizona 500mg. inj. Amp. - 2,95	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMERIOS MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
46	- Espiramicina 500mg cp - 2,1425	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

WINCORP FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Andrômeda Distr. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Andrômeda Distr. De Medicamentos Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1 - AAS 100 Mg Comprimido - 0,0087		
24 - Captopril 25 mg. Compr - 0,0137		
84 - nimesulida 100mg Compr - 0,0333		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ANDRÔMEDA DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012 F MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Distribuidora de Medicamentos Londrina Ltda EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Distribuidora de Medicamentos Londrina Ltda EPP	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
55 - Ibuprofeno 50mg/ml gts 30ml - 0,7475		
58 - Hidróxido de Alumínio + Magnésio Susp 35,6mg+37mg - 1,0005		
103 - Sais de Reidratação Oral Env. - 0,3105		
105 - salbutamol 2mg/5ml fco 100ml Fr. - 0,7596		
130 - Hidroxido de Alumínio 6,2% 100 ml. - 0,92		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido

pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA EPP

Atas de Registro de Preços do Pregão 38 _2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Expressão Com. De Mat. De Informática e Serviços Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Expressão Com. De Mat. De Informática e Serviços Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
19 - Garrafa térmica 1 Litro - 12,15		
20 - Garrafa térmica 2Lts - 29,70		
26 - Lixeiras plasticas com tampa, capacidade minima 97 litros - 37,80		
40 - Saco de Chão 100% algodao 50 x 70 cm - 1,23		
43 - Saco de lixo 30 litros, pct com 100 un, micra 40x55x4 - 5,17		
44 - Saco de lixo 50 litros, pct com 100 un, micra 53x70x4 - 7,50		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JP de Lima Comércio EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: JP de Lima Comércio EPP		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
10	Copo descartavel para água 180 ml. - c/ 100 und. - 1,62	
15	Espanja de Lã de Aço. - c/ 14 pacotes - 10,37	
17	Flanela de algodão 28 cm x 48 cm - 0,78	
18	Fósforo c/ 10 Caixas - 1,34	
22	Grampo de Roupa c/12 - 0,62	
30	Odorizante de ambientes, frasco 400 ml - 4,79	
42	Saco de lixo 20 litros, pct com 100 un micra 39x52x4 - 3,95	
46	Suporte para papel higiênico - 12,87	
47	Toalha de Louça 100% Algodão 50 X 70 cm - 1,23	
50	Toalha de Rosto branca, 42 X 72cm - 1,99	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

JP DE LIMA COMÉRCIO EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Célia Regina Wambommel ME, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Célia Regina Wambommel ME		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	água sanitária 1 Lto. - ,85	
6	Balde de lixo com tampa 30 litros - 5,20	
9	Cloro 5 Ltos. - 5,85	
14	Escova Sanitária com Suporte - 2,35	
34	Pasta Cristal 500 Gr. - 1,35	
36	Rodo de Borracha com cabo - 1,82	
37	Rodo de Espuma 35cm c/ Cabo - 1,82	
45	Saponáceo líquido cremoso 300 ml - 1,45	
48	Papel toalha 22X22,8 cm com 02 rolos picotados - 1,80	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa TAF Distribuidora Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: TAF Distribuidora Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
3	Alcool 92,8% - 2,97	
7	CAFÉ tradicional 500 gr - 8,45	
16	Espanja dupla Face Antibactericida - 0,29	
23	Lâmpada 40 W - 1,02	
24	Lampada 60 W - 0,90	
25	Lâmpada 150 W - 2,00	
31	Papel alumínio - 45 cm X 4 mt - 1,33	
38	Sabão em barra 200gr - 0,73	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

TAF DISTRIBUIDORA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa AP Oeste Comércio Ltda EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: AP Oeste Comércio Ltda EPP		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Açúcar refinado, 5Kg. - 10,65	
4	Amaciante de Roupas 2 litros- 2,28	
5	Bacia Plástica 11 litros - 2,34	
8	Cera Líquida Incolor 850 ml - 1,81	
33	Papel Higiênico Rolão 8 x 600 metros - Branco c/ 8 - 24,15	
39	Sabao em Pó 1 Kg. c/ aloe vera - 2,99	
41	Saco de lixo 100 litros, pct com 100 un, micra 70x85x7 - 16,18	
49	Toalha de papel branca 21 x 22,5cm, pacote com 1000 un.- 4,00	
52	Vassoura palha c/ Cabo - 6,45	
54	Saco de lixo 150 litros, micra 90x105x9, pact com 100 unidades - 20,54	
55	Açúcar, em pacote 1 kg- 2,05	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.
Sueli Terezinha de Oliveira
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tayu Química Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Tayu Química Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
21	Gel aromatizante para desinfecção, 5 Lts	75,00
32	Papel Higiênico Branco 30 mtos. c/ 4 Unid.-	0,85

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.
SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

TAYU QUÍMICA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dial-supri Distribuidora Ltda ME, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dialsupri Distribuidora Ltda ME		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
56	Coador de café (de pano) –	1,42

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.
SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2012 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Amanda Com. De Papéis e Embalagens Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Amanda Com. De Papéis e Embalagens Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
11	Detergente líquido c/ 500 ml -	0,75
12	escova oval de nylon -	0,94
13	Escova Pequena de Nylon p/ Unha -	1,00
27	Luva de borracha, G. -	1,64
28	Luva de borracha, M. -	1,64
29	Luva de borracha P -	1,64
35	Pá para lixo -	0,99
51	Vassoura de nylon com cabo -	2,24
53	Vassoura de pelo com cabo -	3,24

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.
Sueli Terezinha de Oliveira
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Amanda Com. De Papéis e Embalagens Ltda

Atas de Registro de Preços do Pregão 40 _2012 FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cristália Prod. Químicos Farmacêuticos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cristália Prod. Químicos Farmacêuticos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
113	- Biperideno 2mg ampola - 1,41	
118	- Clorpromazina 100mg Compr - 0,117	
119	- Clorpromazina 25 mg. Compr - 0,138	
120	- CODEINA 30MG COMP - 0,535	
126	- Fenobarbital 4% gts 20ml - 1,634	
128	- Haloperidol 5 mg cp - 0,047	
129	- haloperidol decanoato 50mg/ml injetavel - 3,75	
132	- Sulfato de Morfina Sol Oral 10mg/ml, frasco 60ml - 14,165	
138	- Risperidona 1 mg Compr - 0,045	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CRISTÁLIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Promefarma Representações Comerciais Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	- acetilcisteína 600 mg - envelope/sache 5g - 0,398	
9	- Alopurinol 300 mg cp (ref. Zyloric) - 0,084	
34	- Dextrano 70 0,1% + Hipromelose 0,3%(Lacrima Plus) 15ml - 11,73	
37	- Diltiazem 180 mg Cardizem - 1,6125	
68	- Iovastatina 20mg (ref. mevolip) Compr - 0,37	
79	- nimodipina 30mg Compr - 0,1165	
92	- rosuvastatina 10mg (ref. crestor) Compr - 0,348	
102	- travaprost 0,004% sol.oft.2,5ml (ref. Travatan) - 24,65	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Prosaude Distr. de Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Prosaude Distr. de Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
31	- clortalidona 25mg (ref. higroton) - 0,054	
77	- Nifedipina 10 mg Compr - 0,0284	
78	- Nifedipina 20 mg Compr - 0,0325	
133	- Nortriptilina 25mg Compr - 0,089	
140	- valproato de sódio xarope - 1,50	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Prosaude Distr. de Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa ANB Farma Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: ANB Farma Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
42	- ezetimibe 10mg (ref. ezetrol) Compr - 2,52	
56	- hidralazina 50mg (ref. apressolina) Compr - 0,22	
84	- pilocarpina 2% col fco 10ml Fr. - 14,60	
85	- pilocarpina 4% col fco 10ml - 21,40	
107	- viscoters 2mg/g - carbomer gel - 23,94	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ANB Farma Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
111	amitriptilina 25mg	0,098

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mauro Marciano Com. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Mauro Marciano Com. De Medicamentos Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)

8 - Alopurinol 100mg cp (ref. Zylocic) - 0,0297
 10 - amilorida + hidroclorotiazida 5/50mg Compr - 0,065
 11 - atorvastatina 10mg (ref. citator) Compr - 0,336
 13 - bimatoprost colírio 3ml - 18,73
 14 brimonidina 0,2% colírio - 9,80
 20 - carboximetilcelulosa sódico 10ml colírio - 13,00
 39 - dorzolamida + timolol 2/0,5% (cosopt) colírio - 21,00
 40 - dorzolamida 2% 5ml colírio - 11,70
 47 - flunarizina 10mg Compr - 0,049
 52 - Glicosamina+condroitina 1,5/1,2g - sachê Env. - 3,299
 55 - glimepirida 4mg (ref. Bioglic) - 0,074
 58 - indapamida sr 1,5mg (ref. natrilix) SR - 0,10
 64 - Lisinopril 10mg. (ref. Privinil) - 0,124
 70 - Metoprolol 100mg cp - 0,148
 75 - mononitrato de isossorbida 20mg Compr - 0,08
 81 - nitrendipino 20mg (ref. caltren) Compr - 0,463
 83 - Pantoprazol 20 mg (ref. pantocal) Compr - 0,119
 88 - prometazina 25mg cp - 0,0289
 96 - telmisartan 80mg (ref. micardis) Compr - 1,70
 100 - tibolona 2,5mg (ref. livolon) Compr - 0,253
 108 - amilorida + hidroclorotiazida 2,5/25mg - 0,0849
 114 - Bromazepam 6 MG Compr - 0,0429
 115 - Carbamazepina 200 mg. Compr - 0,0787
 124 - Fenitoina 100mg. cpr. (sifab) Compr - 0,0496
 130 - Haloperidol 5mg/ml 1ml. inj. Amp. - 0,44
 134 - Nortriptilina 50 mg cp - 0,0895

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Mauro Marciano Com. De Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaster Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Dimaster Com. De Prod. Hospitalares Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
93	sinvastatina 20mg cp	0,0519

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Dimaster Com. De Prod. Hospitalares Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Werbran Distr. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Werbran Distr. De Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
4	- ácido acetil salicílico - 81mg - tamponada Compr - 0,073	
36	- Diclofenaco sódico 50mg. Compr - 0,0129	
82	- oxibutinina 5mg (ref. retemic) Compr - 0,295	
86	- Plantago ovata po em sachê Env. - 0,52	
95	- tansulosina 0,4mg compr - 1,695	
99	- Tiamazol 10mg Compr - 0,185	
139	- clonazepam 2,5mg 20ml gts - 1,50	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Werbran Distr. De Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Genésio A. Mendes & Cia Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Genésio A. Mendes & Cia Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
17	- Budesonida 200 mcg - 0,21	
25	- cilostazol 100mg (ref. Cebralat) Compr - 0,28	
26	- cilostazol 50mg Compr - 0,18	
48	- Formoterol + Budesonida 12/400 Mcg - Aerossol - 0,50	
49	- formoterol 12mcg (ref. Fluir) Compr - 0,43	
51	- sulfato de glicosamida + sulfato de condroitina 500/400mg compr - 0,68	
53	- glimepirida 1mg (ref. bioglic) Compr - 0,10	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Genésio A. Mendes & Cia Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Centermedi Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Centermedi Com. De Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
16	- bromoprida 10mg (ref. digesan) - 0,0815	
32	- colchicina 0,5mg Compr - 0,079	
35	- Diclofenaco Potássico 50mg. Compr - 0,03	
65	- Lisinopril 5mg Compr - 0,099	
112	- Biperideno 2MG Compr - 0,0479	
116	- Carbamezapina 2% mg. 100 ml. - 4,28	
131	- Lorazepam 2 mg. Compr - 0,06	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Centermedi Com. De Prod. Hospitalares Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Méd. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Méd. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)

18 – candesartan cilexetil 16mg cp – 0,425
74 – metotrexato 2,5mg cp – 0,45

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Licimed Distr. Med. Corr. Mat. Méd. Hospitalar Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Ciamed Distr. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Ciamed Distr. De Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
21 - carvedilol 12,5mg Compr - 0,089		
22 - carvedilol 25mg Compr - 0,099		
23 - carvedilol 3,125mg Compr - 0,065		
24 - carvedilol 6,25mg Compr - 0,079		
27 - ciprofibrato 100mg (ref. lipless) Compr - 0,365		
38 - diosmina + hesperidina 450/50mg Compr - 0,335		
90 - ramipril 2,5mg (naprix) Compr - 0,265		
91 - ramipril 5mg (ref. naprix) Compr - 0,325		
136 - Sertralina 50 mg Compr - 0,126		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Ciamed Distr. De Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Aglon Com. E Representações Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em

epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Aglon Com. E Representações Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
104 - Trisorb 15ml (Dextrana + Hipromelose + Glicerol) col - 12,15		
109 - Ácido Valpróico 300 mg. Compr - 0,553		
110 - Ácido Valpróico 500 mg. Compr - 0,40		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Aglon Com. E Representações Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Victória Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Victória Com. De Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
12 - bambec solucao oral 100ml - 20,92		
43 - felodipina 5mg (ref. splendil) Compr - 2,33		
71 - metoprolol 25mg cp - 0,462		
72 - Metoprolol 50mg cp - 0,927		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Victória Com. De Prod. Hospitalares Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Produtos Roche Quim. E Farm. S.A., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em

epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Produtos Roche Quim. E Farm. S.A.	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
63	Levodopa + Benserazida 100+25mg Compr	- 0,70
141	TRASTUZUMABE 440MG (REF. HERCEPTIN)	- 7.192,64
142	Rituximabe 100 mg 10ml (mabthera)	- 808,02
143	Rituximab 500mg (mabthera) Amp.	- 4.034,03

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Produtos Roche Quim. E Farm. S.A.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalares Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
28	clonidina 0,150mg (atensina) Compr	- 0,1553
29	clonidina 0,200mg (ref. atensina) Compr	- 0,1933
33	Cumarina – troxerrutina	- 0,1467
76	mononitrato de isossorbida 50mg Compr	- 0,92
146	Omeprazol 20 mg	- 0,0387

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalares Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
54	glimepirida 2mg (ref. bioglic) Compr	- 0,0619
121	Diazepan 10 mg. Compr	- 0,021
123	Diazepan 5mg Compr	- 0,022

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Expressa Distribuidora De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Expressa Distribuidora De Medicamentos Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
89	propafenona 300mg cp	- 1,94

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Expressa Distribuidora De Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sul-medic Comércio de Medicamentos Ltda EPP, por seu representante

legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda EPP		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
41	- doxazosina 2mg (ref. unoprost) Compr - 0,065	
69	- Metildopa 500 mg. Compr - 0,146	
101	- Ticlodipina 250 mg Compr - 0,20	
145	- enoxaparina sódica 40mg ampola 0,4ml - 9,64	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa 1000medic Distr. Imp. Exp. De Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 1000medic Distr. Imp. Exp. De Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
5	- ácido nicotínico 500mg Compr - 1,12	
6	- alendronato de sódio 10mg (ref. osteoform) Compr - 0,069	
30	- clortalidona 12,5mg - 0,064	
44	- fenoterol + ipratropio (duovent) spray 15ml Fr - 10,12	
45	- fenoterol 5mg/ml gotas frasco 20ml - 1,064	
59	- indapamida 2,5mg cp - 0,7817	
60	- Brometo de ipratropio 20ml. gotas. - 0,51	
66	- losartan potassico 100mg (ref. aradois) Compr - 0,1637	
73	- selopress 100/12,5 mg comp - 0,84	
80	- nitrendipino 10mg (ref. caltren) Compr - 0,25	
98	- Tiamazol 5mg (ref. topazol) Compr - 0,16	
103	- triancinolona 60 doses sp - 46,58	
105	- valsartan 160mg (ref. Diovan) - 0,31	
106	- valsartan 80mg Compr - 0,227	
122	- diazepam 10mg - injetável - 0,2071	
135	- Pipotiazida L4 25mg/ml Amp. - 11,12	
137	- Cipionato de Testosterona Sol. Inj. 100mg/ml - 3,688	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

1000medic Distr. Imp. Exp. De Medicamentos Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaci MG Material Cirúrgico Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaci MG Material Cirúrgico Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
7	- alendronato de sódio 70mg (ref. osteoform) Compr - 0,246	
61	- Isossorbida 10mg. Compr - 0,0409	
117	- Carbonato de lítio 300 mg Compr - 0,0819	
125	- Fenobarbital 100mg. Compr - 0,0315	
127	- fluoxetina 20mg cp - 0,0945	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Dimaci MG Material Cirúrgico Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cirúrgica Santa Cruz Com. De Prod. Hosp. Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cirúrgica Santa Cruz Com. De Prod. Hosp. Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
62	- latanoprost col. 2,5ml - 55,00	
94	- sinvastatina 40mg cp - 0,098	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Cirúrgica Santa Cruz Com. De Prod. Hosp. Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Cirúrgica Bramed Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Comercial Cirúrgica Bramed Ltda	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
87	pravastatina 20mg cp - 0,33	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Comercial Cirúrgica Bramed Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2012 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Ao primeiro dia do mês de novembro de 2012, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dmed Distr. De Med. E Prod. Médicos Ltda ME, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor:	Dmed Distr. De Med. E Prod. Médicos Ltda ME	
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	acarbose 50mg (ref. glucobay) Compr - 0,30	
3	ácido acetil salicílico - 100mg - tamponada Compr - 0,076	
15	brinzolamida colírio - 7,50	
46	finasterida 5mg - 0,169	
50	ginko biloba 80mg - 0,0819	
67	losartan potássico 50mg (ref. Aradois) - 0,0483	
144	enoxaparina 20mg Amp - 6,9799	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Dmed Distr. De Med. E Prod. Médicos Ltda ME

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 080A/2012

Decreto Municipal nº 080A/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.350,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DIFUSÃO CULTURAL

Projeto/Atividade: 4032 MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.350,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DIFUSÃO CULTURAL

Projeto/Atividade: 4032 MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.350,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 2 de outubro de 2012.

Decreto Municipal Nº 086A/2012

Decreto Municipal nº 086A/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 3.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRET. DE AGROPEC. E MEIO AMBIENTE

Função: 20 AGRICULTURA

Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL

Programa: 2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto/Atividade: 4039 MANUT. SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMB.

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de outubro de 2012.

Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0

PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumido Edital de Leilão Nº 376/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE LEILÃO Nº 376/2012

MAIOR LANCE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 12 de dezembro de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, para:

DO OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS (VEÍCULOS) E OUTROS BENS E MATERIAIS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM INSERVÍVEIS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 13:00 horas, ou ainda pelo site www.reidosleioes.com.br.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2012.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário de Administração

Processo Seletivo Edital 006/2012

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 006/2012

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo

a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas do ano letivo de 2013, referentes aos cargos dispostos no Anexo sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo função/especialidade/disciplina, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser nomeados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a nomeação dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, seu Anexo, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A relação de cargos, requisitos, carga horária, remuneração, objetos do Processo Seletivo, constam no quadro anexo a este edital;

2.3. O candidato concorrerá à vaga para a qual se inscrever;

2.4. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade de nomeação para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.5. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei nº 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 29/11/2012 a 07/12/2012.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul a Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro de Inclusão Digital - Centro no horário de segunda a sexta feira das 8:00 às 13:00 horas.

3.3 É de responsabilidade do candidato a comprovação das informações prestadas na hora da inscrição, bem como o preenchimento de forma correta de todos os dados ali solicitados.

3.4 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabiliza pelas inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados;

3.5 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será cancelada.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

3.7 Cada candidato poderá efetuar 02 (duas) inscrições neste Processo Seletivo Simplificado.

3.8 São condições de inscrição:

3.8.1 Nacionalidade brasileira;

3.8.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.8.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.8.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

3.8.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.8.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.9 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.8 deste Edital.

3.10 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo e/ou função escolhidos.

3.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro em anexo serão de títulos e tempo de serviço:

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada função, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 No ato da inscrição o candidato deverá informar, no campo próprio, a titulação que possui.

4.4 Só será considerado 1 (um) título de pós-graduação e no máximo 120 horas de curso de aperfeiçoamento na área da Educação.

4.5 Serão considerados os cursos de aperfeiçoamento realizado nos anos de 2011 e 2012.

4.6 O candidato que não comprovar a titulação informada na inscrição no ato de chamamento será desclassificado do processo seletivo.

4.7 Só serão considerados os títulos relacionados no quadro abaixo:

Título		Carga horária mínima por título	Pontuação máxima
	Doutorado	-	3,0
Pós-graduação	Mestrado	-	2,0
	Especialização	-	1,0
Curso Aperfeiçoamento	2011 e 2012	81 h até 120 h	3,0
Curso Aperfeiçoamento	2011 e 2012	41 h até 80 h	2,0
Curso Aperfeiçoamento	2011 e 2012	Até 40 h	1,0
	Para os cargos com	nível médio e fundamental	
			3,0
		Ensino Médio	
		Ensino Fundamental	2,0
		Ensino Fundamental Incompleto	1,0

4.8 Tempo de serviço no exercício de cargo público/emprego público e privado em área afim para o cargo preterido até 31/10/2012.

Até 05 anos	2,5 pontos
De 05 anos a 10 anos	5,0 pontos
Acima de 10 anos	7,5 pontos

5- CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes (até 18 anos).

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.sao-bentodosul.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar

da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função/especialidade/disciplina.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão, será exigido do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

☐ ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

☐ Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

☐ 01 Foto 3x4

☐ Exame Pré-admissional;

☐ Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

☐ Declaração de que não percebe Aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

☐ Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

☐ Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

☐ Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca – Fórum de São Bento do Sul (apresentar cópias da R.G., do C.P.F. e Comprovante de Residência);

☐ Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe (autenticado);

☐ Registro no Conselho da Classe da Região (autenticado).

Fotocópias (xerox):

☐ Cédula de Identidade;

☐ C.P.F.;

☐ Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

☐ Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

☐ Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos;

☐ Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

☐ Certificado de Alistamento Militar;

☐ Comprovante de Residência Atual (em caso de aluguel, trazer declaração do proprietário ou cópia do contrato);

☐ Comprovante de Escolaridade (Graduação, ensino fundamental e ensino médio - autenticados), com apresentação do original no ato da posse;

☐ Diploma do Curso Específico na área em que irá atuar – autenticado), com apresentação do original no ato da posse;

☐ Certificado dos cursos de aperfeiçoamento;

☐ Carteira de vacina contra Rubéola.

☐ Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

☐ Carteira de Trabalho onde constam a Foto, os dados Pessoais e a página contendo a Contribuição Sindical.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do

endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração a Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função/especialidade/disciplina - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 – A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 – O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação.

8.4 – No surgimento de vagas durante o ano letivo de 2013 caberá a Secretaria Municipal de Educação realizar a chamada para contratação via telefone, e_mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.5 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O prazo de validade deste Processo Seletivo é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração Municipal.

9.2 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Município de São Bento do Sul – SC.

9.4. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.5 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função/especialidade/disciplina - a critério da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

9.7 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, bem como no site da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

9.8 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 26 de novembro de 2012.

Magno Bollmann

Prefeito Municipal

ANEXO

ANEXO				
Cargos		Requisitos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal
		Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	20/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor – Anos Iniciais		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.	20/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e historia e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	20/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor – Anos Iniciais (Ano Bom)		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.	20/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e historia e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena Educação Especial.	20/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor – Educação Especial		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ªfase, em Cursos de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena Educação Especial.	20/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e historia e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				

<p>Professor – Educação Especial Intérprete de Libras</p>	<p>Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso Plena Letras LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 horas (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.</p> <p>Não Habilitado = Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena LIBRAS com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, com no mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio – Magistério Séries Iniciais do Ensino Fundamental com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.</p>	<p>20/40 horas</p> <p>20/40 horas</p>	<p>R\$ 1.864,26 (para 40 horas)</p> <p>R\$ 1.451,00 (para 40 horas)</p>
---	---	---------------------------------------	---

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

		Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.	20/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor Educação Infantil		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	20/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor – Língua Portuguesa		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor - Matemática		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor - Geografia		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
		Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
Professor - História		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				

Professor - Ciências	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
Professor - Inglês	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
Professor - Artes	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
Professor – Educação Física	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
Professor – Oficina Espanhol	Habilitado = Licenciatura Plena em Letras/ Espanhol	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.			
Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação	20/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia	20/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Esportes	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Recreação	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Xadrez	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Música - Coral	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Banda	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)

Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor – Oficina Teatro		Habilitação = Licenciatura Plena em Artes Cênicas, Artes Visuais ou Música	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
Professor – Oficina Dança		Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
Professor – Oficina Informática		Habilitação = Licenciatura Plena em Ciências da Computação ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
Professor – Oficina Capoeira		Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.864,26 (para 40 horas)
		Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plana na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.451,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
Secretaria de Escola		Ensino médio completo ou magistério, com conhecimento em informática.	40 horas	R\$ 1.550,00
Atribuições: Manter em dia a escrituração escolar, correspondências, protocolo e arquivo. Executar a escrituração efetuando matrículas, transferências, imprimindo diários de classe, boletins e históricos. Redigir e expedir a correspondência da unidade escolar, submetendo-a a assinatura do diretor. Manter atualizado os dados dos alunos, professores e funcionários do sistema Escola Via Net. Responder e encaminhar anualmente o censo escolar. Organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e despachos que interessem para a unidade escolar. Encaminhar documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados. Expedir certificados e guias de transferências cumprindo as formalidades legais. Cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com as chefias. Zelar pela guarda de matérias e equipamentos de trabalho e executar outras atividades compatíveis com a função.				
Especialista em Educação		Habilitação: Licenciatura plena em pedagogia	40 horas	R\$ 1.864,26
Atribuições : O Especialista em Assuntos Educacionais é responsável pelo suporte pedagógico e administrativo da escola, subsidiados por todos os setores que envolvem o universo escolar. Assumir postura ética e respeitosa com alunos, pais, funcionários e demais profissionais, participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela escola e Secretaria Municipal de Educação, desenvolver atividades que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico da escola. Executar outras atividades compatíveis com a função.				

Atendente Educativo	Ensino Médio Completo ou Magistério	30 horas	R\$ 802,92
Atribuições: É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.			
Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio Completo com conhecimento em Informática	40 horas	R\$ 1.120,00
Atribuições: É responsável pelo registro, controle e atualização do acervo bibliográfico da escola, bem como pela leitura de histórias infantis para alunos do ensino fundamental, orientação em pesquisas, exposição de obras literárias, controle do empréstimo de livros, bem como atender o público em geral, responsabilizando-se em deixar a biblioteca em perfeito estado de organização, propiciando assim meios para que a comunidade escolar crie hábitos, pesquisa e gosto pela leitura.			
Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental Incompleto.	40 horas	R\$ 705,00
Atribuições: É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino			
Auxiliar de Serviços (Ano Bom)	Ensino Fundamental Incompleto.	40 horas	R\$ 705,00
Atribuições: É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino			

Pedido de Autorização de Corte

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00, torna público que está requerendo junto à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Autorização de Corte de Vegetação Nativa em Área Urbana, em imóvel localizado na Quadra 04 Loteamento Cohab Vila Centenário, Bairro Centenário, no Município de São Bento do Sul/SC.

Engº CHARLES COSTI
Engº Florestal/ Engº Seg. do Trabalho/ Esp. Em Gestão Ambiental
CREA/SC: 42.862-8
(47) 3633-3711
FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88010-001 - Florianópolis/SC
Fone: 55 48 3216 170
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br
URL: www.fatma.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 141/2012

DECRETO Nº 141/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.04.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.184 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 21 de novembro de 2012.
ERNEI JOSÉ SATHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002543/12 de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 002543/12 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.303.0016.2.060 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$. 11.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 11.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de Novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002544/12 de 23 de Novembro de 2012
DECRETO Nº 002544/12 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de Novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Abertura das Propostas 41-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 0041/2012
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da TOMADA DE PREÇOS 0041/2012, para Reforma e Ampliação da Unidade Saúde Nações e Vila Germer, acontecerá no dia 28/11/2012 às 10:00h na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

BARBARA HOCHHEIM
Presidente da Comissão de Licitações

Termo de Revogação Tomada de Preço N.º 37 2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇO PARA COMPRAS E SERVIÇOS N.º 37/2012

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA a Tomada de Preço para Compras e Serviços n.º 37/2012 que teve por objetivo o SERVIÇO MENSAL DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES GERADOS PELAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó, 22 de novembro de 2012
ELSON A. A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 353/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA1740	8756022478	6050/3	14/08/2012	R\$ 191,53	208
AJE3994	8756022636	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALH0405	8756022520	6050/3	16/08/2012	R\$ 191,53	208
AME7705	8756022622	5673/2	22/08/2012	R\$ 85,12	183
AMU5277	8756021984	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
BED0032	8756021386	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
CCW8428	8756020619	7455/0	02/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
CQE3963	8756022783	6050/3	21/08/2012	R\$ 191,53	208
DFF6864	8756022799	6050/3	20/08/2012	R\$ 191,53	208
DIM7904	8756021408	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DLA7832	8756020971	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DSS2847	8756022875	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
DZD2943	8756022127	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
KCV0482	8756022229	5673/2	15/08/2012	R\$ 85,12	183
LOY9782	8756022496	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWU7275	8756022427	6050/3	19/08/2012	R\$ 191,53	208
LXD9107	8756022184	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXD9107	8756022204	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXR6055	8756022662	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXT2409	8756022004	7463/0	10/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYH3548	8756022288	7455/0	17/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYK3262	8756020592	6050/3	26/06/2012	R\$ 191,53	208
LZJ7276	8756023398	7455/0	06/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZK2417	8756021307	6050/3	26/07/2012	R\$ 191,53	208
LZO7692	8756020786	7463/0	05/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZW4319	8756022616	5673/2	21/08/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW7237	8756022468	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAG8268	8756020843	5673/2	15/07/2012	R\$ 85,12	183
MAZ5485	8756022702	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBA0586	8756022739	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBA5469	8756022640	7471/0	20/08/2012	R\$ 574,61	218 * III
MBA5469	8756022643	7471/0	26/08/2012	R\$ 574,61	218 * III
MBB4630	8756020703	7455/0	03/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBC1913	8756022714	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBC9540	8756022509	6050/3	16/08/2012	R\$ 191,53	208
MBM9032	8756022673	6050/3	26/08/2012	R\$ 191,53	208
MBQ9068	8756022611	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR6972	8756022082	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR6972	8756022719	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR6972	8756022826	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT8057	8756022670	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV0354	8756022756	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW1455	8756022731	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW3829	8756022072	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBX3785	8756020875	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC3873	8756022685	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD5413	8756021272	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF3287	8756020518	7455/0	23/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF7594	8756020931	7463/0	13/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCM2878	8756020965	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCP0508	8756020482	5673/2	20/06/2012	R\$ 85,12	183
MCP7594	8756022406	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCT6779	8756022869	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV3375	8756022518	6050/3	16/08/2012	R\$ 191,53	208
MDJ4066	8756020939	7463/0	14/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDJ4066	8756021396	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDN0932	8756023597	6050/3	11/09/2012	R\$ 191,53	208
MDN4880	8756022822	7463/0	22/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDN4880	8756022876	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO4469	8756020947	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO4469	8756020993	7455/0	16/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO4469	8756021130	7455/0	17/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO4469	8756021163	7463/0	19/07/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO4469	8756021441	7463/0	24/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDS1601	8756021711	7455/0	31/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDU4426	8756021319	5673/2	25/07/2012	R\$ 85,12	183
MEI5826	8756022804	7463/0	20/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEK0470	8756022704	7463/0	21/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MER6461	8756022625	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MES6924	8756020540	5673/2	28/06/2012	R\$ 85,12	183
MEU1226	8756022688	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEV2471	8756021741	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEV3738	8756022056	7455/0	09/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEY2482	8756022801	6050/3	20/08/2012	R\$ 191,53	208
MFC0496	8756020566	7455/0	29/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFL6386	8756023565	7455/0	12/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN1992	8756020872	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN6198	8756021597	7455/0	24/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFR1607	8756022485	6050/3	14/08/2012	R\$ 191,53	208
MFT3007	8756022877	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY0350	8756021429	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY0394	8756022557	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208
MFZ0804	8756022723	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI5499	8756022272	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGN0356	8756022592	5673/2	21/08/2012	R\$ 85,12	183
MGN4637	8756021118	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGW2226	8756022767	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGX7133	8756022635	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGY0295	8756020854	5673/2	14/07/2012	R\$ 85,12	183
MHL0391	8756022832	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL7804	8756020611	7455/0	25/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX5071	8756021365	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIC9194	8756022395	7463/0	18/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIJ8476	8756020743	5673/2	03/07/2012	R\$ 85,12	183
MIL6988	8756022844	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIO0180	8756021093	5673/2	21/07/2012	R\$ 85,12	183
MIO6074	8756022416	7463/0	18/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIO6765	8756020476	7455/0	15/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIP5456	8756022634	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIW4237	8756022291	7463/0	18/08/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ3136	8756022671	6050/3	23/08/2012	R\$ 191,53	208
MJI1681	8756022730	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO8741	8756022669	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJR2929	8756022681	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJX4033	8756022224	5673/2	18/08/2012	R\$ 85,12	183
MKA4659	8756022198	6050/3	11/08/2012	R\$ 191,53	208
MKE1151	8756023639	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MUC0958	8756022614	6050/3	25/08/2012	R\$ 191,53	208
MWX3000	8756020580	5673/2	28/06/2012	R\$ 85,12	183
NCK2987	8756022694	6050/3	21/08/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1384/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFT0143	55370501D	6920/0	15/08/2012	R\$ 127,69	233
MAF7135	55370504D	6920/0	15/08/2012	R\$ 127,69	233
MAX1271	55370384D	6599/2	10/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBA5254	55370753D	6912/0	03/07/2012	R\$ 53,20	232
MCN6573	55369660D	6556/1	21/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCW2656	55370206D	6408/0	15/08/2012	R\$ 85,12	221
MFA4632	55369585D	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1385/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DWG1124	55642828D	7366/2	05/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEW1925	55642819D	5185/1	03/07/2012	R\$ 127,69	167
MHV4765	55642846D	7366/2	10/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 352/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY7248	8756024964	7455/0	16/10/2012	218 * I
AEE5764	8756025226	7455/0	21/10/2012	218 * I
AEW1909	8756025228	7455/0	21/10/2012	218 * I
AHA2037	8756024795	7471/0	20/10/2012	218 * III
AHA2037	8756025113	7471/0	21/10/2012	218 * III
AHA2037	8756025127	7455/0	21/10/2012	218 * I
AJC6100	8756023998	7455/0	23/09/2012	218 * I
AKF6542	8756024628	7455/0	13/10/2012	218 * I
AKG4860	8756024888	7455/0	14/10/2012	218 * I
ARF1202	8756024288	7455/0	06/10/2012	218 * I
BOP2208	8756025192	7455/0	27/10/2012	218 * I
CGU4445	8756024350	7463/0	06/10/2012	218 * II
CHC1632	8756024977	7463/0	16/10/2012	218 * II
CPL3043	8756024957	7455/0	20/10/2012	218 * I
CPL3043	8756025138	7455/0	21/10/2012	218 * I
CTA5887	8756025163	6050/3	24/10/2012	208
DMB7826	8756024167	7455/0	25/09/2012	218 * I
DRM0666	8756025271	7455/0	27/10/2012	218 * I
DXZ4957	8756025056	7455/0	26/10/2012	218 * I
ESL1811	8756024917	7463/0	16/10/2012	218 * II
ESL1811	8756024931	7463/0	18/10/2012	218 * II
HFW7211	8756024139	7455/0	23/09/2012	218 * I
IAU2623	8756024705	5673/2	18/10/2012	183
IEC6882	8756023989	7455/0	28/09/2012	218 * I
IJF2571	8756023996	7455/0	27/09/2012	218 * I
IJF2571	8756024131	7455/0	23/09/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJH3251	8756023962	6050/3	23/09/2012	208
IKQ8954	8756025091	7455/0	27/10/2012	218 * I
IKR8983	8756024346	7463/0	05/10/2012	218 * II
IKR8983	8756024432	7463/0	06/10/2012	218 * II
IKV6724	8756025018	7455/0	19/10/2012	218 * I
JPk5259	8756024821	7455/0	15/10/2012	218 * I
JVO7462	8756025203	7455/0	27/10/2012	218 * I
KDW8111	8756025198	7455/0	27/10/2012	218 * I
KJH4088	8756024265	7455/0	30/09/2012	218 * I
LON4461	8756024848	7455/0	18/10/2012	218 * I
LWR7094	8756025043	6050/3	23/10/2012	208
LWR9626	8756024484	5673/2	13/10/2012	183
LWU5461	8756024959	7455/0	16/10/2012	218 * I
LWW0943	8756025033	7463/0	19/10/2012	218 * II
LXC6199	8756024388	7455/0	01/10/2012	218 * I
LXG9640	8756025024	7463/0	19/10/2012	218 * II
LXI0361	8756024873	7455/0	20/10/2012	218 * I
LXM7384	8756023880	7455/0	18/09/2012	218 * I
LXP3997	8756024967	7455/0	16/10/2012	218 * I
LXW4865	8756024849	7455/0	19/10/2012	218 * I
LXW4865	8756024932	7463/0	19/10/2012	218 * II
LXW4865	8756025042	6050/3	23/10/2012	208
LXW4865	8756025134	7455/0	21/10/2012	218 * I
LYA0803	8756024808	7463/0	14/10/2012	218 * II
LYE8562	8756024881	6050/3	19/10/2012	208
LYG7589	8756024169	7455/0	26/09/2012	218 * I
LYJ7880	8756025064	5673/2	21/10/2012	183
LYL2357	8756024303	7455/0	30/09/2012	218 * I
LYU1304	8756024225	7455/0	30/09/2012	218 * I
LYU4003	8756025206	6050/3	23/10/2012	208
LYV3677	8756024707	6050/3	17/10/2012	208
LYX2089	8756024147	7455/0	23/09/2012	218 * I
LYY5310	8756024550	6050/3	08/10/2012	208
LZD8053	8756024108	7455/0	29/09/2012	218 * I
LZE5950	8756025044	5673/2	26/10/2012	183
LZG7280	8756024315	7455/0	02/10/2012	218 * I
LZM3099	8756025230	7463/0	21/10/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZR1554	8756024201	6050/3	28/09/2012	208
LZS8248	8756024807	6050/3	17/10/2012	208
LZS9155	8756024643	7455/0	07/10/2012	218 * I
LZX6705	8756024748	7455/0	14/10/2012	218 * I
MAA5490	8756024899	7455/0	14/10/2012	218 * I
MAJ2713	8756024380	7455/0	30/09/2012	218 * I
MAL4223	8756024726	7455/0	18/10/2012	218 * I
MAL4223	8756024727	7455/0	18/10/2012	218 * I
MAL5067	8756024753	7455/0	17/10/2012	218 * I
MAL5392	8756025090	7455/0	27/10/2012	218 * I
MAN0104	8756025270	7455/0	27/10/2012	218 * I
MAN2682	8756025257	7463/0	26/10/2012	218 * II
MAN3836	8756025118	7455/0	26/10/2012	218 * I
MAN5097	8756024793	7455/0	19/10/2012	218 * I
MAN9793	8756024747	7455/0	14/10/2012	218 * I
MAS8375	8756024824	7455/0	15/10/2012	218 * I
MAS8679	8756024259	7455/0	05/10/2012	218 * I
MAV0272	8756024729	7455/0	19/10/2012	218 * I
MAX2322	8756024809	7463/0	14/10/2012	218 * II
MBC6706	8756025117	7455/0	25/10/2012	218 * I
MBD6174	8756024034	7463/0	23/09/2012	218 * II
MBE6024	8756024805	6050/3	17/10/2012	208
MBE9021	8756024251	7455/0	06/10/2012	218 * I
MBG7724	8756024428	6050/3	05/10/2012	208
MBK9206	8756024399	6050/3	02/10/2012	208
MBP4256	8756024054	7455/0	24/09/2012	218 * I
MBP5948	8756024503	7455/0	07/10/2012	218 * I
MBS2931	8756024543	7471/0	11/10/2012	218 * III
MBT6001	8756023990	7463/0	24/09/2012	218 * II
MBU6460	8756024897	7455/0	14/10/2012	218 * I
MBV5965	8756024868	7455/0	20/10/2012	218 * I
MBW4348	8756024159	7455/0	25/09/2012	218 * I
MBY0424	8756024421	7463/0	04/10/2012	218 * II
MBZ3451	8756024353	7463/0	06/10/2012	218 * II
MCB1070	8756025099	7455/0	22/10/2012	218 * I
MCC7439	8756023980	7455/0	23/09/2012	218 * I
MCJ0248	8756024951	6050/3	20/10/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ7508	8756025008	7455/0	19/10/2012	218 * I
MCL7866	8756024803	7455/0	19/10/2012	218 * I
MCO4841	8756024270	7455/0	02/10/2012	218 * I
MCS3185	8756024578	7455/0	09/10/2012	218 * I
MCV3936	8756024722	7455/0	17/10/2012	218 * I
MDE8623	8756025143	7455/0	21/10/2012	218 * I
MDK6620	8756025012	7455/0	19/10/2012	218 * I
MDN0932	8756024788	7455/0	16/10/2012	218 * I
MDO1233	8756024663	7455/0	09/10/2012	218 * I
MDP4382	8756025058	6050/3	26/10/2012	208
MDP5212	8756025132	7455/0	27/10/2012	218 * I
MDR0008	8756024448	5673/2	09/10/2012	183
MDS3849	8756024301	7455/0	30/09/2012	218 * I
MDS3849	8756024336	7463/0	05/10/2012	218 * II
MDY6295	8756024750	7455/0	15/10/2012	218 * I
MDY6295	8756025080	7455/0	22/10/2012	218 * I
MEE3644	8756025115	7455/0	22/10/2012	218 * I
MEF7872	8756024130	7455/0	23/09/2012	218 * I
MEF7872	8756024149	7455/0	24/09/2012	218 * I
MEH8150	8756024870	7455/0	20/10/2012	218 * I
MEI4984	8756024357	7455/0	06/10/2012	218 * I
MEI5227	8756024073	7455/0	26/09/2012	218 * I
MEK1061	8756024734	5673/2	14/10/2012	183
MES8007	8756024816	7455/0	14/10/2012	218 * I
MES8007	8756024875	7455/0	14/10/2012	218 * I
MET5343	8756024026	7455/0	29/09/2012	218 * I
MEU0388	8756023931	5673/2	26/09/2012	183
MEV1359	8756024575	7455/0	08/10/2012	218 * I
MEX7894	8756023970	6050/3	28/09/2012	208
MFD6129	8756024134	7455/0	23/09/2012	218 * I
MFE9464	8756024779	7463/0	16/10/2012	218 * II
MFF2995	8756024845	7455/0	18/10/2012	218 * I
MFF8802	8756025121	7455/0	21/10/2012	218 * I
MFO3390	8756024982	7455/0	16/10/2012	218 * I
MFR6177	8756024920	7455/0	17/10/2012	218 * I
MFT8013	8756024467	7455/0	08/10/2012	218 * I
MFY2841	8756024986	7455/0	16/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD1765	8756024710	5673/2	20/10/2012	183
MGH7138	8756024732	7455/0	19/10/2012	218 * I
MGL2486	8756024297	7455/0	30/09/2012	218 * I
MGL7757	8756025204	7463/0	21/10/2012	218 * II
MGN7460	8756025261	6050/3	26/10/2012	208
MGQ6030	8756024262	7455/0	05/10/2012	218 * I
MGS0770	8756025166	7455/0	24/10/2012	218 * I
MGS7448	8756024094	7455/0	28/09/2012	218 * I
MHA0091	8756024742	5673/2	20/10/2012	183
MHE0738	8756024757	7455/0	19/10/2012	218 * I
MHE1046	8756024825	7455/0	15/10/2012	218 * I
MHN0473	8756024530	7455/0	09/10/2012	218 * I
MHN1333	8756024242	7455/0	02/10/2012	218 * I
MHN1333	8756025260	7455/0	26/10/2012	218 * I
MHP5968	8756024278	7455/0	06/10/2012	218 * I
MHU4135	8756024326	7455/0	03/10/2012	218 * I
MHY4009	8756025191	7455/0	27/10/2012	218 * I
MHY8888	8756023960	5673/2	29/09/2012	183
MIA6194	8756024236	5673/2	30/09/2012	183
MIF3963	8756024832	7463/0	16/10/2012	218 * II
MIN5625	8756024781	7455/0	19/10/2012	218 * I
MIO8295	8756024915	6050/3	16/10/2012	208
MIS5430	8756023979	7455/0	23/09/2012	218 * I
MIS8413	8756024038	7463/0	23/09/2012	218 * II
MJB4875	8756024374	6050/3	04/10/2012	208
MJG5278	8756024854	7455/0	19/10/2012	218 * I
MJG5278	8756025167	7455/0	24/10/2012	218 * I
MJG5278	8756025246	7455/0	24/10/2012	218 * I
MJK9465	8756024199	6050/3	28/09/2012	208
MJL6646	8756024876	7455/0	17/10/2012	218 * I
MJL6646	8756025157	7455/0	23/10/2012	218 * I
MJL6646	8756025195	7463/0	27/10/2012	218 * II
MJM7040	8756024903	7455/0	15/10/2012	218 * I
MJQ0574	8756024368	7463/0	06/10/2012	218 * II
MJQ7834	8756025001	7455/0	17/10/2012	218 * I
MJV1792	8756024745	5673/2	20/10/2012	183
MJX7944	8756024718	7455/0	15/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJZ5315	8756024096	7463/0	28/09/2012	218 * II
MKA2149	8756024874	6050/3	14/10/2012	208
MKA8996	8756024754	7455/0	17/10/2012	218 * I
MKB6793	8756024838	7455/0	17/10/2012	218 * I
MKC0326	8756024227	7463/0	02/10/2012	218 * II
MKC6469	8756024440	7455/0	06/10/2012	218 * I
MKM1690	8756025239	7463/0	23/10/2012	218 * II
MMJ8877	8756024777	7455/0	20/10/2012	218 * I
MMM5810	8756024222	5673/2	04/10/2012	183
NFE3595	8756024755	6050/3	18/10/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1382/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXP7442	55370656D	6920/0	05/10/2012	233
LYJ7880	55370681D	6920/0	10/11/2012	233
MAW9023	55642930D	6548/2	04/10/2012	229
MFX0722	55370569D	7340/0	11/11/2012	252 * IV
MGV2795	55369668D	6556/4	30/09/2012	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1383/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO5476	55370911D	5185/1	15/10/2012	167
MGV2795	55369667D	7030/1	30/09/2012	244 * I
MJD1000	55370856D	5568/0	29/09/2012	181 * XIX
MJP7054	55642932D	6122/0	09/10/2012	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Videira

PREFEITURA

Decreto 10.242/12

DECRETO Nº 10.242/12, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Retifica o Decreto nº 9.580/2010, que Autorizou a Concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, à servidora Marlene Carmem Caregnato Mezaroba.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta no Processo nº APE 11/00328707 do TCE/SC,

DECRETA

Art. 1º A Ementa, bem como o art. 1º do Decreto nº 9.580/10, fica retificado, em face de equívoco quanto ao nome da servidora aposentada, onde se lê MARLENE CARMEM CAREGNATO MEZAROBÁ, leia-se MARLENE CARMEM CAREGNATO MEZAROBÁ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30/11/2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.243/12

DECRETO Nº 10.243/12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 23.432,02 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0151.0 Aplicações Diretas 23.432,02

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.432,02

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0151.0 Aplicações Diretas 23.432,02

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.432,02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 10.243/12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 23.432,02 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0151.0 Aplicações Diretas 23.432,02

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.432,02

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das dotações:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0151.0 Aplicações Diretas 23.432,02

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.432,02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.244/12

DECRETO Nº 10.244/12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de

Videira, crédito adicional no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.037 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 40.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 40.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do FUNDEB deste exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.245/12

DECRETO Nº 10.245/12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 128.750,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 128.750,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 128.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 128.750,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 128.750,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos 23 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.246/12

DECRETO Nº 10. 246/12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
01 - Fundo Municipal da Saúde
Proj/Ativ - 2080 - Manutenção da Saúde no Município
3.71.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 30.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1613/12

PORTARIA nº 1613/12
Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária pelo LIONS CLUBE VIDEIRA PERDIZES, no dia 15 de dezembro de 2012, das 08h00min às 12h00min, para realização do Pedágio do Alimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 21 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1614/12

PORTARIA nº 1614/12
Autoriza Interdição de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Autorizar a Interdição da Rua Padre Anchieta (trecho compreendido do início ao fim da Igreja Matriz), dos dias 29 de novembro até 08 de dezembro do corrente ano, para realização dos eventos relacionados à Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1615/12

PORTARIA nº 1615/12
Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 14.173/2012,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, FLADEMIR JOÃO GARCIA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, admitido pela Portaria nº 1868/02.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2012.

Videira, 21 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1617/12

PORTARIA nº 1617/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor BENJAMIN AMAURI XAVIER DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Técnicos, do nível CE09M para o nível CE09N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0402/12.

Videira, 23 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo N. 0443/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0443/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE APARECIDA CARELLI
CPF: 010.361.249-16

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora MARIZA APARECIDA DE DEUS, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 1120/12" para "em substituição à servidora MARIA APARECIDA DE DEUS, em licença para atividade política, conforme portaria n. 1333/12".

VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 17 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0443/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0443/2012
2
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE APARECIDA CARELLI
CPF: 010.361.249-16

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora MARIZA APARECIDA DE DEUS, para licença de atividade política conforme portaria n. 1333/12" para "em substituição à servidora MARIA APARECIDA DE DEUS, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 1586/12".

VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 21 de dezembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INPREVID**Balancete Financeiro 5º Bim. 2012**

Balancete Financeiro 5º Bim. 2012.

SANTA CATARINA**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.606.628,18	Despesa Orçamentária	402.810,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.483,73	Despesas exceto Intra-orçamentárias	402.810,62
RECEITA PATRIMONIAL	2.647.415,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.571,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.086,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	395.239,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	759.642,28		
Receita Extra - Orçamentária	517.582,45	Despesa Extra - Orçamentária	488.314,03
DEPÓSITOS	66.835,73	DEPÓSITOS	66.865,13
CONSIGNAÇÕES	65.077,83	CONSIGNAÇÕES	65.107,23
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.031,57	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.031,57
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.075,92	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.105,32
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	34.818,22	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	34.818,22
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21.152,12	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21.152,12
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.757,90	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.757,90
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.757,90	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.757,90
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	402.810,62	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	402.810,62
OBRIGAÇÕES A PAGAR	402.810,62	OBRIGAÇÕES A PAGAR	402.810,62
FORNECEDORES	10.743,42	FORNECEDORES	10.743,42
PESSOAL A PAGAR	7.686,62	PESSOAL A PAGAR	7.686,62
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	384.380,58	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	384.380,58
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	47.936,10	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	18.638,28
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	47.936,10	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	18.638,28
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS P	47.936,10	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	18.638,28
Saldos anteriores	85.165.404,47	Saldos atuais	88.398.490,45
Aplicações do RPPS	85.108.165,90	Aplicações do RPPS	88.305.974,90
BANCO C/ MOVIMENTO	57.238,57	BANCO C/ MOVIMENTO	92.515,55
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	89.289.615,10	Total	89.289.615,10

VIDEIRA, 26/11/2012

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 0236389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

REO INPREVID 5º Bimestre de 2012
 REO INPREVID 5º Bimestre de 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

5º bimestre

SANTA CATARINA**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2012	Bimestre Set/Out/2012	Total até Out/2012
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.938.500,00	1.324.156,66	383.137,29	1.707.293,95
RECEITA PATRIMONIAL	4.621.500,00	9.879.434,09	3.630.609,92	13.510.044,01
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	1.440,00	0,00	1.440,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.500,00	480.653,72	9.086,82	489.740,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	5.071.000,00	5.506.580,40	1.520.932,62	7.027.513,02
TOTAL DA RECEITA :	11.636.500,00	17.192.264,87	5.543.766,65	22.736.031,52
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	11.636.500,00	2.896.166,54	830.077,33	3.726.243,87
Total da Entidade:	11.636.500,00	2.896.166,54	830.077,33	3.726.243,87
TOTAL DA DESPESA :	11.636.500,00	2.896.166,54	830.077,33	3.726.243,87

VIDEIRA, 26/11/2012

 EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
 CONTADORA CRC.SC- 0236389/O-5

 VILSO VANZ
 PRESIDENTE

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Consórcios

CIGA

Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial Nº 01/2012

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2012, às 14 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no endereço constante do rodapé, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial nº 01/2012, objeto do processo licitatório nº 23/2012, destinado a contratação de empresa especializada em serviços dedicados para locação de servidores de rede e armazenamento de dados, possuindo infraestrutura própria (data center), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e anunciou a empresa que apresentou os envelopes (Proposta de Preços e de Habilitação). Participou dessa licitação, mediante entrega dos envelopes solicitados no edital a empresa: Level 3 Comunicações do Brasil Ltda. Logo, o Pregoeiro procedeu com o credenciamento da licitante mediante a verificação da documentação apresentada pela credenciada para fins de habilitação no certame. Toda a documentação de identificação da representante da empresa participante foi devidamente rubricada pela Comissão de Licitação. Na sequência, os envelopes recebidos foram conferidos pelos presentes para verificação dos lacres e dos protocolos. Encerrada a etapa de credenciamento, foi recebido o envelope da Propostas de Preços. Logo, a proposta foi verificada quanto à conformidade da mesma com os requisitos do Edital. A proposta apresentada atendeu aos requisitos do Edital. Considerando que o preço ofertado está de acordo com o valor máximo admissível estabelecido no Edital e com o preço praticado no mercado, o Pregoeiro procedeu com a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da única licitante, para fins de verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas pelo Edital. Após a verificação dos documentos, o Pregoeiro validou toda a documentação exigida, sendo que todos estavam dentro do prazo de validade, conforme verificação de autenticidade das certidões na internet. Desta forma, o Pregoeiro considerou habilitada a empresa Level 3 Comunicações do Brasil Ltda. e suspendeu a sessão pública para a realização da vistoria de cumprimentos dos requisitos do Edital. Informou, ainda, que nova sessão pública será realizada após a realização da respectiva vistoria. As datas de abertura da próxima sessão pública será devidamente publicada no DOM/SC. O Pregoeiro deu por encerrada Sessão Pública, da qual constam as assinaturas dos presentes, conforme a presente Ata.

Florianópolis, 23 de novembro de 2012.
JOÃO LUIZ AUGUSTO COBALCHINI
Pregoeiro

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI
Presidente da Comissão de Licitação

RODRIGO VALCELI RAIMUNDO
Membro da equipe de apoio

CRISTINA DORNELES DELGADO
Representante da Level 3 Comunicações do Brasil Ltda.



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



CIS/AMARP

Resolução Nº 019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC
CIS-AMARP

ORÇAMENTO - 2013

VIDEIRA 07 DE NOVEMBRO DE 2012

RESOLUÇÃO Nº 019/2012 de 07 de Novembro de 2012.
APROVA O ORÇAMENTO GERAL DO CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, reunidos ordinariamente no dia 07 de Novembro de 2012, por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições do protocolo de intenções aprovado e ratificado,

RESOLVE:

Art. 1º O Orçamento Geral do CIS-AMARP, para o exercício de 2013, Estima a Receita em R\$ 2.714.000,00(dois milhões setecentos e quatorze mil reais). E Fixa Despesa em igual valor R\$ 2.714.000,00(dois milhões setecentos e quatorze mil reais).

Art. 2º A Receita Orçamentária do CIS-AMARP, para o exercício de 2013, no valor de R\$ 2.714.000,00(dois milhões setecentos e quatorze mil reais) (reais), terá a seguinte classificação:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.713.000,00
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.000,00
1110.00.00	RECEITA DE IMPOSTOS	15.000,00
1112.04.00	IMPOSTO SOBRE O PAT. E A RENDA	15.000,00
1112.04.31	Imposto de Renda Sobre Proventos	15.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000,00
1320.25.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.695.000,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	2.695.000,00
1723.37.00	Transferências dos Municípios a Consórcios Públicos	2.695.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00
2423.00.00	Transferências dos Municípios	1.000,00
2423.37.00	Transferências dos Municípios a Consórcios Públicos	1.000,00
	TOTAL	2.714.000,00

FONTES DA RECEITA

FONTES	VALOR
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	60.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Caçador	390.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Calmon	105.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	195.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	65.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	55.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	195.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Macieira	45.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	45.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto	95.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Rio das Antas	75.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	75.000,00
01 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Saúde de Videira	1.295.000,00
TOTAL	2.695.000,00

Art. 3º A Despesa Orçamentária do **CIS-AMARP**, para o exercício de 2013, no valor de R\$ **2.714.000,00**(dois milhões setecentos e quatorze mil reais), terá a seguinte classificação:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.695.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	156.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	156.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.539.000,00
3.3.90.00	Aplicações Direta Rateio	39.000,00
3.3.90.01	Aplicações Direta	2.500.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	18.000,00
	TOTAL	2.714.000,00

Art. 4º Fica o Presidente do **CIS-AMARP** ☐ Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região ao Alto Vale do Rio do Peixe, através de Resolução, autorizado a movimentar dotações orçamentárias nas respectivas modalidades, utilizando para isso o excesso de arrecadação e anulações de dotações.

Art. 5º A presente Resolução vigorará durante o exercício financeiro de 2013.

Videira, 07 de Novembro de 2012

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal de Arroio Trinta
Presidente do CIS-AMARP

PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP □ RECEITA ORÇAMENTÁRIA

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1723.37.01	Fundo de Saúde de Arroio Trinta	60.000,00
1723.37.01.01	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	12.000,00
1723.37.01.02	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	3.000,00
1723.37.01.03	Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta	45.000,00
1723.37.02	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	390.000,00
1723.37.02.01	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	12.000,00
1723.37.02.02	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	3.000,00
1723.37.02.03	Fundo Municipal de Saúde de Caçador	375.000,00
1723.37.03	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	105.000,00
1723.37.03.01	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	12.000,00
1723.37.03.02	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	3.000,00
1723.37.03.03	Fundo Municipal de Saúde de Calmon	90.000,00
1723.37.04	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	195.000,00
1723.37.04.01	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	12.000,00
1723.37.04.02	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	3.000,00
1723.37.04.03	Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo	180.000,00
1723.37.05	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	65.000,00
1723.37.05.01	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	12.000,00
1723.37.05.02	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	3.000,00
1723.37.05.03	Fundo Municipal de Saúde de Ibiam	50.000,00
1723.37.06	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	55.000,00
1723.37.06.01	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	12.000,00
1723.37.06.02	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	3.000,00
1723.37.06.03	Fundo Municipal de Saúde de Iomerê	40.000,00
1723.37.07	Fundo de Saúde de Lebon Régis	195.000,00
1723.37.07.01	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	12.000,00
1723.37.07.02	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	3.000,00
1723.37.07.03	Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	180.000,00
1723.37.08	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	45.000,00
1723.37.08.01	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	12.000,00
1723.37.08.02	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	3.000,00
1723.37.08.03	Fundo Municipal de Saúde de Macieira	30.000,00
1723.37.09	Fundo de Saúde de Matos Costa	45.000,00
1723.37.09.01	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	12.000,00
1723.37.09.02	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	3.000,00
1723.37.09.03	Fundo Municipal de Saúde de Matos Costa	30.000,00

1723.37.10	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	95.000,00
1723.37.10.01	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	12.000,00
1723.37.10.02	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	3.000,00
1723.37.10.03	Fundo de Saúde de Pinheiro Preto	80.000,00

1723.37.11	Fundo de Saúde de Rio das Antas	75.000,00
1723.37.11.01	Fundo de Saúde de Rio das Antas	12.000,00
1723.37.11.02	Fundo de Saúde de Rio das Antas	3.000,00
1723.37.11.03	Fundo de Saúde de Rio das Antas	60.000,00
1723.37.12	Fundo de Saúde de Salto Veloso	75.000,00
1723.37.12.01	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	12.000,00
1723.37.12.02	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	3.000,00
1723.37.12.03	Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso	60.000,00
1723.37.13	Fundo Municipal de Saúde de Videira	1.295.000,00
1723.37.13.01	Fundo Municipal de Saúde de Videira	12.000,00
1723.37.13.02	Fundo Municipal de Saúde de Videira	3.000,00
1723.37.13.03	Fundo Municipal de Saúde de Videira	1.280.000,00

PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA POR CONSORCIADO

ÓRGÃO □01	CIS-AMARP
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA □01	CIS-AMARP
FUNÇÃO □10	Saúde
SUB-FUNÇÃO □301	Atenção Básica
PROGRAMA □0001	Saúde para Todos
ATIVIDADE □2.001	Manutenção do Consórcio CIS-AMARP □RATEIO

CÓDIGO	MODALIDADE	VALOR
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	156.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	39.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.000,00
9.9.99.99	- Reserva de Contingência	18.000,00
	TOTAL	214.000,00

PLANÍLHAS DO ORÇAMENTO CIS-AMARP**ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA POR CONSORCIADO**

ÓRGÃO 01	CIS-AMARP
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01	CIS-AMARP
FUNÇÃO 10	Saúde
SUB-FUNÇÃO 301	Atenção Básica
PROGRAMA 0001	Saúde para Todos
ATIVIDADE 2.002	Manutenção do Consórcio CIS-AMARP Prestação de Serviços Médicos, Laboratoriais e Outros.

CÓDIGO	MODALIDADE	VALOR
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.500.000,00
	TOTAL	2.500.000,00

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

MUNICÍPIO	VALOR ANUAL	MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR MENSAL
ARROIO TRINTA	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
CAÇADOR	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
CALMON	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
FRAIBURGO	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
IBIAM	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
IOMERÊ	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
LEBON RÉGIS	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
MACIEIRA	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
MATOS COSTA	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
PINHEIRO PRETO	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
RIO DAS ANTAS	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
SALTO VELOSO	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>
VIDEIRA	<u>12.000,00</u> <u>3.000,00</u>	<u>3.1.90.00</u> <u>3.3.90.00</u>	<u>1.000,00</u> <u>250,00</u>

TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2013**COMPRA DE SERVIÇOS - 3.3.93**

MUNICÍPIO	PERÍODO	TOTAL
ARROIO TRINTA	JANEIRO A DEZEMBRO	45.000,00
CAÇADOR	JANEIRO A DEZEMBRO	375.000,00
CALMON	JANEIRO A DEZEMBRO	90.000,00
FRAIBURGO	JANEIRO A DEZEMBRO	180.000,00
IBIAM	JANEIRO A DEZEMBRO	50.000,00
IOMERE	JANEIRO A DEZEMBRO	40.000,00
LEBON RÉGIS	JANEIRO A DEZEMBRO	180.000,00
MACIEIRA	JANEIRO A DEZEMBRO	30.000,00
MATOS COSTA	JANEIRO A DEZEMBRO	30.000,00
PINHEIRO PRETO	JANEIRO A DEZEMBRO	80.000,00
RIO DAS ANTAS	JANEIRO A DEZEMBRO	60.000,00
SALTO VELOSO	JANEIRO A DEZEMBRO	60.000,00
VIDEIRA	JANEIRO A DEZEMBRO	1.280.000,00
TOTAL		2.500.000,00

TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2013**RATEIO - PARTE FIXA PARA DESPESAS DE PESSOAL DO CIS-AMARP - 3.1.71**

MUNICÍPIO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
ARROIO TRINTA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
CAÇADOR	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
CALMON	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
FRAIBURGO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
IBIAM	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
IOMERE	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
LEBON RÉGIS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
MACIEIRA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
MATOS COSTA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
PINHEIRO PRETO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
RIO DAS ANTAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
SALTO VELOSO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
VIDEIRA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00

TABELA DE PAGAMENTOS A SEREM FEITOS MENSALMENTE PARA O CIS-AMARP NO EXERCÍCIO DE 2013**RATEIO - PARTE FIXA - PARA DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO CIS-AMARP 3.3.71**

MUNICÍPIO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
ARROIO TRINTA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
CAÇADOR	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
CALMON	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
FRAIBURGO	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
IBIAM	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
IOMERE	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
LEBON RÉGIS	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
MACIEIRA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
MATOS COSTA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
PINHEIRO PRETO	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
RIO DAS ANTAS	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
SALTO VELOSO	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
VIDEIRA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00

CISAMA**Contrato de Consórcio Público - CISAMA - (1ª Alteração Contratual)****CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - CISAMA
(1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL)

Os entes consorciados ao CISAMA, visando ampliar as áreas de atuação do consórcio como forma de pactuar ações e projetos de interesse da coletividade e, reestabelecer os mecanismos necessários à participação e controle social, deliberaram, por unanimidade, dar nova redação ao Contrato de Consórcio Público, que passará a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º. – O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar – CISAMA, doravante denominado Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 2º. – O CISAMA constituído pelos seguintes Municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Otacílio Costa, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urupema, Urubici, os quais subscreveram o protocolo de intenções deste consórcio no dia 29 de agosto de 2009.

§ 1º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar de forma que o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA o sucederá em direitos e obrigações, em conformidade com este contrato de consórcio público, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada no dia 19/11/2012 e ratificado por lei por todos os entes consorciados.

§ 2º - O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções somente poderá integrar o CISAMA mediante a alteração do Contrato, aprovada pela Assembleia Geral e ratificada, mediante lei, por cada um dos entes já consorciados.

CAPÍTULO II**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 3º. - O CISAMA é integrado pelos Municípios acima identificados que ratificaram o Protocolo de Intenções, cuja representação política e jurídica se dará através do Prefeito Municipal, bem como pelos entes públicos e demais Municípios que vierem a aderir, na forma prevista no art. 5º da Lei nº 11.107/2005.

§ 1º - A representação social no CISAMA se dará através do Conselho de Articulação de Políticas Públicas e das câmaras temáticas.

CAPÍTULO III**DA ATUAÇÃO E DURAÇÃO**

Art. 4º. - O CISAMA tem sede à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, CEP 88501-050, no município de Lages – SC, e foro na Comarca do mesmo Município.

Art. 5º. - A área de jurisdição do CISAMA abrange o território dos Municípios associados.

Art. 6º. - O CISAMA vigera por prazo indeterminado.

CAPÍTULO IV**DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVOS**

Art. 7ª. – O CISAMA tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua; de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

Art. 8º. - Os princípios norteadores da atuação do CISAMA são: a atuação integral; unicidade e descentralização; participação ampla e controle social; intersetorialidade; interdisciplinariedade e pluralidade;

Art. 9º. – O CISAMA tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para a Serra Catarinense que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental); a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, e através da eficiência na gestão dos recursos públicos (dimensão econômica).

Art. 10 - Constitui objeto do CISAMA:

a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária; através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

o saneamento básico – nos termos de contrato – na contratação e execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação dos serviços de água, esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica;

o meio ambiente visto como um ativo para o desenvolvimento local através da promoção de ações de conservação e preservação ambiental, de projetos de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos Municípios consorciados;

a segurança alimentar e nutricional como realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis; o apoio à educação, cultura, esporte e lazer como instrumentos de transformação social, de mudança da realidade local, do exercício da cidadania e da democracia participativa, pactuadas no plano nacional de educação e plano de metas e compromissos “Todos pela Educação”, em regime de colaboração com os Municípios, Estado e União com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da

educação básica e ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações da cidade e do campo. os direitos humanos e a assistência social, através da provisão das ações socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, na Lei Orgânica da Assistência Social, e na política nacional de assistência social, a partir das indicações e deliberações dos conselhos municipais.

a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural e o turismo não como decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas nacionais.

a integração ao sistema de segurança pública brasileiro, por meio de propostas municipais e intermunicipais que articulem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.

Art. 11 – São objetivos do CISAMA:

fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência, através de ações integradas intermunicipais;

incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

constituir ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, regular e inspecionar atividades que causem impacto ambiental dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto da atuação do CISAMA elencadas no artigo anterior;

dar suporte, orientação técnica e jurídica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico na forma preconizada pela Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010;

integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

constituir ou contratar equipes de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam:

infraestrutura administrativa;

inocuidade dos produtos;

qualidade dos produtos;

prevenção e combate à fraude econômica; e

controle ambiental;

constituir ou contratar equipes para:

inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

inspeção e fiscalização ambiental, mediante assinatura de convênios com os órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, para atuarem na emissão de controle e licenciamento ambiental local;

atuar em ações e projetos das áreas que são objeto de atuação do consórcio;

dar suporte e assessoria às entidades públicas envolvidas, e suas equipes profissionais internas, nos assuntos relacionados aos objetivos do Consórcio;

capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços nos Municípios consorciados;

prestação de serviços públicos de saneamento básico, execução de obras e serviços, inclusive a operação de estruturas e dos serviços de água, esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica, tais como:

solução dos problemas de saneamento ambiental;

elaboração de projetos e promoção de estudos de concepção;

projeção, supervisão e execução de obras;

implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;

administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos;

treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

orientação na formulação da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos;

intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos;

implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário;

desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, na área de atuação do CISAMA, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;

melhoria do saneamento ambiental;

realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;

aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

implantação e ou credenciamento de laboratórios para controle e qualidade de alimentos, de água e de monitoramento do esgotamento sanitário e do tratamento de resíduos sólidos;

planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência.

atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;

desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

atuar na promoção do turismo, para a criação e gestão de circuitos turístico intermunicipais, inclusive ecoturismo de base comunitária;

apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;

fortalecer a qualidade da educação nos aspectos relacionados à

regulamentação, atendimento à demanda, gestão educacional, melhoria dos equipamentos públicos, gestão financeira, manutenção da rede física, informatização, e qualificação dos profissionais; atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico; estimulando a produção cultural local; incentivar ações de inclusão social, por meio do esporte e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano; prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais.

fortalecer o sistema de financiamento público das políticas de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – Suas;

ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, desenvolvendo ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos; assessorar os municípios no processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);

promover a gestão da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, e outros);

atuar na implantação e gestão de sistemas de abastecimento de alimentos de base territorial como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; ,

integrar ações de segurança pública à rede de serviços de assistência e inclusão social, requalificação profissional dos servidores públicos, campanhas e ações de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o CISAMA poderá: adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não seu patrimônio;

firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, doações, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiros;

ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação;

filiar-se, receber filiados ou integrar o quadro de participantes de organizações ou entidades congêneres contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, principalmente no que se refere aos Recursos Hídricos;

requisitar técnicos de entes públicos consorciados para integrem o quadro de profissionais do CISAMA, através de cessão de pessoal.

instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundos Intermunicipais, para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes Federados, bem como recursos provindos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes.

Efetivar empréstimos ou financiamentos para aquisições, incorporações ou execuções de ações previstas em seus objetivos, desde que aprovados em assembleia geral.

Promover desapropriações e instituir servidões, desde que haja declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo ente consorciado em que o bem ou direito se situe.

§ 2º O CISAMA poderá emitir documentos de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 12 - Constituem direitos dos consorciados:

- participar das assembleias gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CISAMA;
- compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CISAMA nas condições estabelecidas pelo presente contrato de programa.

Nomear servidores para compor as câmaras técnicas.

Art. 13 - Constituem deveres dos consorciados:

- cumprir e fazer cumprir o presente Contrato de Consórcio, em especial quanto à inserção no orçamento anual e a entrega de recursos financeiros previstas em contratos de rateio;
- acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CISAMA, em especial as obrigações constantes no contrato de programa e contratos de rateio;
- cooperar para o desenvolvimento das atividades do CISAMA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do CISAMA.

CAPÍTULO VI DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 14 - Os contratos de programa, tendo por objetivos o desenvolvimento de ações, projetos e programas consubstanciados em um Plano, na totalidade ou em parte das áreas que são objeto da atuação do CISAMA, dispostos no Art. 10º e, serão firmados entre o Consórcio e cada ente consorciado interessado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

- atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos, no que lhe for aplicável;
- promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira das atividades executadas por delegação de cada ente consorciado;

§ 2º - O CISAMA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO VII DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 15 - Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CISAMA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao consórcio através de autorização para débito em conta, para:

- custeio e investimento do consórcio;
- para a prestação de serviços por parte do consórcio e;
- para o custeio e investimento específico de projetos e programas;

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CISAMA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º Não são objeto de contrato de rateio os recursos repassados por pessoas jurídicas delegatórias ou concessionárias dos serviços públicos de saneamento básico.

CAPÍTULO VIII DA ELABORAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 16 - Será convocada Assembleia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Contrato de Consórcio público.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará o texto da minuta do projeto de estatutos, suas emendas e destaques votados em separado. O número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatuto é correspondente à maioria absoluta dos presentes na assembléia.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - Os estatutos serão alterados mediante deliberação de dois terços dos consorciados que tenham ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 5º - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após a sua publicação no diário oficial dos Municípios.

CAPÍTULO IX DAS ATAS

Art. 17 - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas: por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome e município do representante;

de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo; a decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

Art. 18 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet ou no diário oficial dos municípios.

Parágrafo único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

CAPÍTULO X DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 19 - O CISAMA tem como órgãos de deliberação, administração

e participação social:

Assembleia Geral;

Conselho de Administração;

Conselho de Articulação de Políticas Públicas

Conselho Fiscal;

Diretoria Executiva

Câmaras Temáticas

Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico - FUNSERRA

Seção I

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 20 - A Assembleia Geral, instância máxima do CISAMA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º - A Assembleia Geral é soberana em suas decisões.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 3º - As eleições do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão realizadas na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, sendo que o mandato iniciará no dia 01 de janeiro do ano subsequente. No primeiro ano de mandato dos prefeitos, as eleições serão realizadas no mês de janeiro.

§ 4º - Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º - Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 6º - No caso de ausência do Prefeito, o Vice-prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, sendo vedada à substituição do titular nos cargos do CISAMA.

§ 7º - Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo primeiro vice-presidente.

Art. 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º - As convocações da Assembleia Geral ocorrerão por meio eletrônico, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º - A Assembleia Geral reunir-se-á:

em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 22 - Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único: O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do CISAMA ou a ente consorciado.

Art. 23 - Compete à Assembleia Geral:

eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

homologar o ingresso no CISAMA de município subscritor do

Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;
aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;
aplicar pena de exclusão ao ente consorciado;
deliberar sobre a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

aprovar:

orçamento anual do CISAMA, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
Plano de Trabalho;

Relatório Anual de Atividades;

prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

autorizar:

realização de operações de crédito;

alienação e a oneração de bens imóveis do CISAMA;

mudança da sede.

aprovar a extinção do consórcio;

deliberar sobre assuntos gerais do CISAMA.

aprovar ou alterar a mudança no Estatuto Social

Art. 24 - O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de: maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso III, VII e VIII, alínea "c", do Art. anterior; maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

Parágrafo único: Havendo consenso entre seus membros as deliberações sujeitas ao voto da maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Seção II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 25 - O Conselho de Administração é constituído por 3 (três) Prefeitos de municípios consorciados, escolhidos em Assembleia Geral, dentre eles: um Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, escolhidos e nomeados em Assembleia Geral, pelo prazo de um ano, podendo ser reconduzidos por mais uma vez.

Parágrafo único: Havendo a vacância de um cargo o Conselho de Administração poderá atuar normalmente, sendo necessária a sua recomposição quando dois cargos ficarem vacantes.

Art. 26 - Compete ao Conselho de Administração do CISAMA:

escolher o Diretor Executivo do CISAMA;

aprovar e modificar o Regimento Interno do CISAMA;

definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de custeio e investimento do CISAMA;

prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a venha a receber;

contratar serviços de auditoria interna e externa;

autorizar a alienação de bens móveis do consórcio;

autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CISAMA;

aceitar a cessão com ou sem ônus de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CISAMA;

autorizar a celebração de convênios;

apresentar em assembleia geral, até 15 de novembro de cada ano, o plano de trabalho para o exercício seguinte e respectiva proposta orçamentária, devidamente justificada;

Art. 27 - Ao Presidente do Conselho de Administração compete: convocar e presidir as Assembleias Gerais do CISAMA e as reuniões do Conselho de Administração;

tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Articulação de Políticas Públicas;

representar o CISAMA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como

constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia"; ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CISAMA, em conjunto com os vice-presidentes e Diretor Executivo;

subscrever e responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos de apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

nomear e contratar o Diretor Executivo do Consórcio, indicado pelo Conselho de Administração.

Art. 28 - Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir o titular em todas as suas funções e poderes e colaborar para o funcionamento adequado do CISAMA.

Seção III

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 29 - O Conselho de Articulação de Políticas Públicas é parte integrante da organização administrativa do CISAMA, como espaço de participação direta de representantes da sociedade civil e do poder público nos processos de decisão, implementação e de monitoramento de projetos e programas do Consórcio.

§ 1º - O Conselho de Articulação de Políticas Públicas é o órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do CISAMA, no âmbito de sua competência, sobre as questões relativas ao seu campo de atuação.

§ 2º - O Conselho de Articulação de Políticas Públicas terá como objetivo a articulação de políticas públicas relacionadas ao objeto do Consórcio, com o apoio dos serviços administrativos do CISAMA, e de Câmaras Temáticas.

Art. 30 - O Conselho de Articulação de Políticas Públicas deverá observar as seguintes diretrizes:

Interdisciplinariedade no trato das questões inseridas no âmbito do CISAMA;

Participação comunitária;

Promoção das áreas que são objeto de atuação do CISAMA;

Compatibilização com as políticas nacional, estadual e local a partir de deliberações emanadas dos conselhos municipais, conferências, e fóruns de articulação de políticas públicas;

Compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações de governo;

Continuidade, no tempo e no espaço, das ações e dos processos de gestão;

Informação e divulgação permanente de dados, ações, projetos e programas consubstanciados em um Plano Anual;

Prevalência do interesse público sobre o privado;

Art. 31 - Ao Conselho de Articulação de Políticas Públicas compete: Propor diretrizes e critérios para a implementação de ações, projetos e programas por ele articulados dentro do Plano de Trabalho anual;

Colaborar na elaboração e implementação de estudos, projetos, programas e ações de desenvolvimento territorial e na sua articulação com as políticas públicas existentes;

Promover e colaborar no monitoramento e avaliação de programas intersetoriais do território;

Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de programas de formação e mobilização social;

Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de atuação do CISAMA;

Convocar audiências públicas nos termos da legislação;

Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões inerentes ao CISAMA, dentro do território e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes ao desenvolvimento territorial;

Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados à projetos e programas articulados por este conselho ao CISAMA, propondo critérios para a sua avaliação e monitoramento;

Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas e projetos articulados por este conselho;
manifestar-se sobre o Regimento interno do CISAMA e suas modificações, bem como sobre os casos omissos;
manifestar-se sobre qualquer alteração proposta para o Estatuto do Consórcio;
zelar para que as atividades do Consórcio observem estritamente as finalidades que inspiraram a sua instituição;
verificar se os programas, projetos e serviços técnicos desenvolvidos pelo Consórcio estão em concordância com as políticas voltadas ao objeto e objetivos do CISAMA;
apresentar ao Conselho de Administração, no máximo até 15 de março de cada ano, parecer sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do Consórcio no exercício anterior;
comunicar ao Conselho Fiscal o descumprimento de programas e/ou orçamentos aprovados, o inadimplemento de cláusulas contratuais, bem como os erros, atos ou crimes que por ventura descobrir envolvendo bens ou serviços do Consórcio e sugerir medidas a respeito, que reputar úteis à vida da entidade.
Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 32 – O Conselho de Articulação de Políticas Públicas será paritário, constituído por 36 membros, sendo 18 representantes do poder público municipal e 18 representantes da sociedade civil.

§ 1º - Os representantes do poder público serão indicados pelo prefeito municipal, sendo um efetivo e um suplente de cada ente consorciado;

§ 2º - Os representantes da sociedade civil organizada, sendo um efetivo e um suplente, serão eleitos através de assembleia pública composta por representantes dos Conselhos Municipais de desenvolvimento rural, assistência social, educação, criança, idoso, mulher, segurança alimentar, deficientes, segurança pública, drogas, meio ambiente, habitação e desenvolvimento econômico; dos conselhos e fóruns regionais de segurança alimentar, desenvolvimento territorial, fórum regional dos direitos da criança e do adolescente, de gestores da assistência social e da economia solidária e de representantes da sociedade civil participante do estatuto da cidade e da agenda 21.

§ 3º - A estrutura do conselho será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

§ 4º - O Conselho de Articulação de Políticas Públicas apoiará suas ações nas Câmaras Temáticas das áreas de interesse, e ainda poderá recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de seu interesse.

§ 5º - Os membros do Conselho de Articulação de Políticas Públicas terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 6º - O exercício das funções de membros do Conselho de Articulação de Políticas Públicas será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 33 – A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho de Articulação de Políticas Públicas.

§ 1º - A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de três (03) conselheiros respeitando o Regimento Interno.

§ 2º - Na ausência do Presidente da Plenária, este será substituído por conselheiro eleito para presidir esta sessão entre os presentes.

§ 3º - A Plenária reunir-se-á com o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples em primeira convocação e, em segunda convocação com o número de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.

§ 4º - As decisões da Plenária serão formalizadas em atas e outras deliberações, sendo publicada no diário oficial dos Municípios ou afixada em local de grande acesso público.

§ 5º - Cada membro do Conselho de Articulação de Políticas

Públicas terá o direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 34 – Dentro do prazo máximo de sessenta dias após sua instalação, o Conselho de Articulação de Políticas Públicas elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado em reunião específica.

Parágrafo Único: A instalação do Conselho de Articulação de Políticas Públicas e a nomeação dos conselheiros, pelo Conselho de Administração, ocorrerá no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da data da sua aprovação.

Seção IV CONSELHO FISCAL

Art. 35 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CISAMA e será composto por 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes.

Art. 36 - Compete ao Conselho Fiscal:
fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CISAMA;
acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;
emitir parecer, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;
eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Seção V DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 37 - Compete ao Diretor Executivo:
secretariar as reuniões do Conselho de Administração, Fiscal e de Articulação de Políticas Públicas;
movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente, e/ou vice-presidentes bem como elaborar e publicar os balancetes mensais do CISAMA; praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com o Conselho de Administração, dentre os quais:
promover o lançamento das receitas, inclusive de taxas, tarifas e outros preços públicos;
inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;
emitir as notas de empenho de despesa;
examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;
preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;
realizar pagamentos e quitações;
providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;
providenciar, subscrever e responsabilizar-se solidariamente com o presidente, no limite de seus atos, pelos balancetes, balanços e outros documentos de apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;
IV – exercer a gestão patrimonial, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:
aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção,

a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;
cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;
baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;
manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;
seguro dos bens patrimoniais;
programação e controle do uso de veículos;
elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;
limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;
V – velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
VI – praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo os preceitos da legislação trabalhista, inclusive:
providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregados;
manter os registros e os assentos funcionais;
elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;
fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;
elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;
propor ao Conselho de Administração os valores de ajudas de custo e de diárias;
planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;
VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público.

§ 1º - Além das atribuições previstas neste artigo, o Diretor Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do presidente.

§ 2º - A delegação de atribuições do presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação no sítio que o Consórcio manterá na rede mundial de computadores – Internet.

Seção VI CÂMARAS TEMÁTICAS

Art. 38 - Serão criadas a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, Câmaras Temáticas permanentes ou temporárias, sendo constituídas por representantes de entidades da sociedade civil, entidades educacionais e de classe, servidores públicos municipais, estaduais, federais na perspectiva de agregar seu notório saber a respeito dos temas de interesse do CISAMA.

Art. 39 - É da competência da(s) Câmara(s) Temática(s) em sua área específica e em conjunto com o Conselho de Administração e Conselho de Articulação de Políticas Públicas:
discutir, planejar e orientar a política de atuação do consórcio no tema específico da câmara;
propor atividades, projetos e programas consubstanciados no Plano de Trabalho do CISAMA;
quando da aprovação de projetos fruto da articulação de políticas públicas, os mesmos devem prever:
recursos suficientes da fonte e de contrapartida do CISAMA;
o objetivo, justificativas, metodologia, prazos, metas de execução, resultados e indicadores;
a definição de um coordenador(a) para o projeto e as condições para o seu trabalho;
o estabelecimento de um contrato de programa com a participação dos municípios interessados;
manifestar-se até 15 de outubro de cada ano sobre o plano de trabalho a ser aprovado pelo Conselho de Administração do Consórcio, bem como sobre as previsões orçamentárias, relativas ao

tema de sua competência;
manifestar-se sobre qualquer assunto de sua competência que lhe tenha sido submetido pela Presidência, ou qualquer membro da Câmara Temática, do Conselho de Administração e do Conselho de Articulação de Políticas Públicas;
lavar no livro de "Atas e Pareceres da Câmara Temática" o resultado dos exames a que proceder;

Art. 40 – Cada Câmara Temática elegerá um Presidente e um Secretário entre os seus pares, com as funções de presidir e secretariar as reuniões respectivamente.

Art. 41 - Cada Câmara Temática reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocada.

§1º - A convocação será feita pelo Presidente do CISAMA, ou Presidente da Câmara Temática, ou Presidente do Conselho de Articulação de Políticas Públicas, ou ainda a pedido de 1/3 dos membros das câmaras, mediante e-mail a todos dirigido.

§2º - As reuniões das Câmaras Temáticas serão instaladas em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 de seus membros e em segunda convocação, com qualquer número.

§3º - As deliberações das Câmaras Temáticas serão sempre tomadas pela maioria de 2/3 dos membros presentes, devendo ser lavrada ata dessas deliberações, em livro próprio.

Art. 42 – Pelas atividades primordiais que o CISAMA exerce, as seguintes Câmaras ficam criadas a partir deste Contrato de Consórcio e homologação da Assembleia Geral de Prefeitos:

§1º - Câmara Temática de Saneamento Básico, composta inicialmente pelos representantes dos conselhos de Meio Ambiente e Secretarias afins, pelo Grupo Gestor do plano intermunicipal de gestão integrada de resíduos sólidos, concessionárias dos serviços de saneamento básico e entidades que atuam no tema.

§2º - Câmara Temática de Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, composta inicialmente pela comissão setorial do SUASA e representantes da vigilância sanitária dos municípios.

§3º - Câmara Temática de Meio Ambiente, composta inicialmente pelos representantes dos conselhos de Meio Ambiente e Secretarias ou Fiscais de Meio Ambiente dos Municípios e pessoas e entidades que atuam em questões Ambientais.

§4º - Câmara Temática de Segurança Alimentar, composta inicialmente pelos representantes dos Conselhos de Segurança Alimentar dos Municípios, pelos representantes do Núcleo Gestor do CONSAD e por pessoas e entidades que tenham trabalhos ou atividades voltadas a segurança alimentar na região do CISAMA.

§ 5º. Câmara Temática de apoio à educação, cultura, esporte e lazer, composta por representantes das categorias profissionais afins, devidamente engajados nos Conselhos de Educação e/ou entidades representativas, além de Universidades e Fundações Educacionais, Culturais e Desportivas.

§ 6º. Câmara Temática de direitos humanos e assistência social, composta por representantes de conselhos municipais, entidades assistenciais e de defesa dos direitos e pelo Centros de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 7º. Câmara Temática de infraestrutura, desenvolvimento econômico urbano e rural e turismo, composta por representantes do CODETER no âmbito rural, e por entidades representativas da economia solidária (Fórum Regional, Cooperativas, entre outros), dos observatórios sociais, dos micro empreendedores individuais, das associações representativas do empresariado em geral (ACIL, AMPE, CDL).

§ 8º. Câmara Temática de segurança pública, composta por representantes dos conselhos municipais (segurança pública e antidrogas), das polícias civil e militar (CONSEGS), corpo de bombeiros, Samu e defesa civil.

Seção VII

FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO DA SERRA CATARINENSE – FUNSERRA

Art 43 – O FUNSERRA que foi criado através da Resolução CISAMA 02/2009, publicada no DOM/SC edição 422 de 04/10/2010. Além das determinações previstas na resolução o Fundo contará com as seguintes regulamentações:

§ 1º - As propostas, ou solicitações de recursos para o FUNSERRA serão encaminhadas ao Presidente do CISAMA.

§ 2º - As propostas encaminhadas ao FUNSERRA deverão estar em conformidade com o Art. 4º da Res. 02/2009 do FUNSERRA.

§ 3º - O presidente da AMURES, poderá propor ao FUNSERRA projetos com solicitações de apoio para as demandas regionais dos municípios filiados a AMURES.

§ 4º - O Ministério Público poderá informar ao presidente do CISAMA destinações com fins específicos que tenham sido realizados ao FUNSERRA de acordo com o tipo de dano ambiental e o município onde ocorreu o mesmo, para que neste município seja feita a devida reparação ou tomada a medida compensatória mais apropriada.

§ 5º - O Presidente do CISAMA poderá com apoio do Conselho de Articulação de Políticas Públicas e de câmaras temáticas, propor à Assembleia Geral editais para demandas induzidas do FUNSERRA.

§ 6º - O Presidente do CISAMA poderá solicitar ao Conselho de Administração e de Articulação de Políticas Públicas, parecer prévio das propostas enviadas ao Fundo.

§ 7º - O Presidente do CISAMA poderá solicitar a avaliação ou mesmo priorização dos projetos enviados ao FUNSERRA à Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

§ 8º - Os projetos que atenderem a todos os requisitos da resolução CISAMA/02/2009 e subsequentes, bem como os preceitos legais vigentes, serão apresentados pelo Presidente do CISAMA à Assembleia Geral para liberação e aplicação.

§ 9º - A Fiscalização da aplicação dos recursos do FUNSERRA serão realizadas pelo Conselho Fiscal do CISAMA.

§ 10º - Anualmente ou sempre que solicitado, o FUNSERRA remeterá ao Ministério Público Estadual relação de projetos financiados e documentação pertinente às aplicações dos recursos.

§ 11º - As entidades ou Municípios proponentes de projetos ao FUNSERRA deverão estar em dia com as obrigações Municipais, Estaduais e Federais.

§ 12º - O FUNSERRA apoiará projetos através de demandas:
Dirigida: Por indicação do Ministério Público de Santa Catarina ou de outra entidade que destinar o recurso ao Fundo;
Induzida: Com edital aberto às inscrições de projetos em áreas específicas;

Espontânea: Por projetos de aplicação solicitados pelo próprio CISAMA através de suas câmaras temáticas específicas;

§ 13º - A liberação dos recursos estará sujeita à apresentação de projeto com plano de trabalho devidamente qualificado e dependendo do modelo de aplicação, poderá ser liberado por etapas em conta específica do proponente do convênio ou ser gerido diretamente pelo CISAMA ficando este responsável pelos processos de qualificação dos fornecedores dos bens e serviços e realizando os pagamentos das etapas concluídas, a partir de comprovações das execuções.

§ 14º - Ficarão destinados ao CISAMA no mínimo 3% (três por cento) dos valores dos projetos que sejam aprovados do FUNSERRA e que sejam repassados diretamente ao Proponente e até 8% (oito por cento) dos projetos que sejam geridos diretamente pelo CISAMA a fim de custear o consórcio as despesas administrativas e de fiscalização da aplicação dos recursos do FUNSERRA.

§ 15º - O presidente do CISAMA deverá levar ao conhecimento da Assembleia Geral, bem como ao Ministério Público os casos de omissão na prestação de contas dos convênios de proponentes que tenham recebido recursos do FUNSERRA e não tenham realizado a prestação de contas, ou ainda haja indícios de desvio de finalidade na aplicação dos recursos.

§ 16º - As regulamentações não previstas neste Contrato de Consórcio poderão ser editadas através de resoluções CISAMA e terão

validade após sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

CAPÍTULO XI**DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 44 - O Regime de Trabalho dos empregados do CISAMA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante seleção e aprovação em concurso público.

§ 1º São de livre admissão e demissão, observadas as regras acima estabelecidas, os cargos de Coordenador de Projetos, Coordenador de Fiscalização, Coordenador Contábil e Coordenador de Recursos Humanos.

§ 2º As disposições complementares da estrutura administrativa do CISAMA, obedecido o contrato de consórcio público, serão definidas no Regimento Interno.

§ 3º Os empregados do CISAMA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos seus Estatutos.

§ 5º Os empregados não terão direito estabilidade no emprego;

§ 6º Os empregados públicos são subordinados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º A substituição do Diretor Executivo proposta pelo Presidente deverá ser homologada em Assembleia por dois terços dos membros do CISAMA.

Art. 45 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 33 empregados públicos, na conformidade do Anexo I deste contrato de consórcio público.

Parágrafo único. A utilização de estagiários pelo CISAMA, nos termos da Lei nº 11.788, de 26 de setembro de 2008, depende de autorização do Conselho de Administração.

Art. 46 - Fica autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição da República.

§ 1º Poderão ser objeto de contratação temporária as funções correlatas aos empregos públicos vagos ou cujos empregados estejam em licença ou afastados temporariamente de suas atribuições, ou para suprir, excepcionalmente, demanda de caráter emergencial.

§ 2º A remuneração dos contratados temporariamente não será superior a fixada para as funções correlatas ao emprego público constante do Anexo II deste contrato de consórcio pública, para a mesma jornada de trabalho.

§ 3º Os contratos temporários poderão vigorar pelo prazo estabelecido no artigo 445 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 4º Será procedido processo seletivo simplificado de provas ou títulos para a seleção de pessoal para a contratação temporária, ficando afastada tal necessidade nos casos de contratação para suprir demanda de caráter emergencial.

§ 5º Não será devida qualquer forma de gratificação ou adicional pela execução das funções objeto da contratação temporária.

Art. 47 – Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre o aumento da remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CISAMA.

Art. 48 - Fica autorizada a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos, nos valores e termos fixados no Regimento Interno do CISAMA.

Art. 49 - Os entes consorciados, ou os que tenham firmado convênio com o CISAMA, poderão ceder agentes públicos, na forma e condição de cada ente.

§ 1º Os agentes públicos cedidos sem ônus para o CISAMA permanecerão no seu regime jurídico originário, sendo vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer outras formas de remuneração.

§ 2º Poderá a cessão dar-se com ônus para o CISAMA, nos termos do Regimento Interno.

CAPÍTULO XII DAS RECEITAS DO CISAMA

Art. 50 - Constituem receitas do CISAMA, dentre outras:

a receita decorrente de Contratos de Rateio que vierem a ser celebrados entre os consorciados;

convênios com a União com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas; dever de licitar;

os recursos em forma de auxílios, doações, contribuições e subvenções, concedidos por entes públicos e privados, nacionais ou da cooperação internacional;

as rendas provenientes de seu patrimônio;

saldos do exercício financeiro;

as doações e legados;

o produto das operações de crédito e aplicação de capitais.

recursos provenientes da taxa de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico delegados, conforme estabelecido neste protocolo de intenções, ou em cada contrato firmado; dotações do orçamento geral dos municípios consorciados, créditos especiais e repasses que lhe forem conferidos;

recursos provenientes de convênios, consórcios, acordos ou contratos celebrados com órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sociedades de economia mista, e organismos internacionais;

doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza realizadas por entidades não reguladas;

o produto de emolumentos, taxas, preços, multas e indenizações relativas ao exercício das funções do poder de regulação;

o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

rendimento de operações financeiras que realizar com recursos próprios;

o produto resultante da venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

o produto da alienação de bens incorporados ao seu patrimônio;

rendas eventuais.

Parágrafo único: É vedada a distribuição de superávit sob a forma de dividendos aos associados, sendo obrigatória a aplicação de tais recursos nas atividades do CISAMA.

Art. 51 - Os entes consorciados somente repassarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, com autorização de débito em conta.

§ 1º - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º - É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato

de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 52 - Os entes consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder ao CISAMA servidores, na forma e condições da legislação de cada um, como critério de participação proporcional nos gastos de manutenção do consórcio ou sem ônus para o mesmo.

Art. 53 - Para a contabilidade do CISAMA será adotado o sistema de Contabilidade Pública, prestando contas anualmente dos recursos provenientes de entidades públicas, nos moldes da Constituição Federal e legislação pertinente.

§ 1º. As prestações de contas serão submetidas sempre que solicitadas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cujo parecer será apreciado pelo Conselho Fiscal de Prefeitos.

§ 2º Os recursos financeiros provenientes de entidades públicas serão segregados em conta bancária específica, a fim de atender-se à respectiva prestação de contas.

Art. 54 - Fica o CISAMA obrigado a elaborar e tornar pública as seguintes demonstrações contábeis financeiras das suas operações: I – Balanço Patrimonial, composto dos agrupamentos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido;

II – demonstrativo de Resultados do Exercício;

III – balanço Financeiro.

CAPÍTULO XIII DO PATRIMÔNIO

Art. 55 - O patrimônio do CISAMA será constituído:

bens e direitos que vier a adquirir a título oneroso ou gratuito;

bens obtidos por doação do poder público ou de terceiros;

direito sobre os bens móveis e imóveis cedidos pelos municípios consorciados, entidades governamentais e não governamentais na forma dos respectivos instrumento.

CAPÍTULO XIV DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 56 - Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CISAMA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada em contrato de rateio.

Art. 57 - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CISAMA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

CAPÍTULO XV DA RETIRADA, EXCLUSÃO E DISSOLUÇÃO

Art. 58 - Qualquer associado poderá retirar-se do CISAMA a qualquer tempo, desde que manifeste sua intenção até 30 (trinta) dias da data marcada para a reunião do Conselho dos Prefeitos.

Art. 59 - Poderão ser excluídos do quadro social, os associados que descumprirem este estatuto, acordos, convênios ou contratos firmados no ambiente do CISAMA, sendo garantido o direito do associado recorrer da decisão do Conselho de Administração, assegurada a ampla defesa.

Parágrafo único. Poderá ser excluído do consórcio, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 60 - Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

Art. 61 - Os associados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos do CISAMA quando da sua extinção.

CAPÍTULO XVI DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 62 - A alteração ou a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CISAMA.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º - A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 5º - A Alteração ou extinção do Presente Estatuto poderá ser realizada, desde que aprovado pela assembleia geral e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63 - O Protocolo de Intenções assinado pelos associados e a Ata da Assembleia Geral Constituinte constituem documentos anexos ao presente Contrato de Consórcio.

Art. 64 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º - Até 31 de janeiro de cada ano, deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 65 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo bem como aos seguintes princípios:

respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CISAMA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedada a oferta de incentivos para o ingresso;

solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CISAMA;

transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CISAMA;

eficiência, exigindo que todas as decisões do CISAMA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CISAMA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 66 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento dos artigos previstos neste estatuto.

Art. 67 - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 68 - Os municípios consorciados ao CISAMA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas neste Estatuto e no Protocolo.

Art. 69 - A alteração do presente contrato passa a vigorar e a produzir efeitos jurídicos entre as partes contratantes, após ratificação, mediante lei, por todos os entes consorciados, ficando revogadas as disposições contratuais em contrário.

Art. 70 - O CISAMA regulamentará em Regimento Interno, aprovada em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste Contrato de Consórcio Público.

Art. 71 - Os casos omissos ao presente Estatuto e Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 72 - As normas do presente Estatuto entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 73 - Fica estabelecido o foro da Comarca de Lages para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

Lages, 19 de Novembro de 2012.

ROBERTO MARIN Prefeito de Anita Garibaldi CPF: 385.970.129-00	MARTA REGINA GÓSS Prefeita de Bocaina do Sul CPF: 776.650.829-04
JOSÉ ANTÔNIO DE MELO Prefeito de Bom Retiro CPF: 250.994.939-04	ILTON LUIZ MACHADO Prefeito de Bom Jardim da Serra CPF: 289.855.759-53
ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR Prefeito de Capão Alto CPF: 560.070.869-68	JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO Prefeito de Cerro Negro CPF: 737.764.329-34
VÂNIO FOSTER Prefeito de Correia Pinto CPF: 664.496.859-72	FIRMINO ADERBAL CHAVES BRANCO Prefeito de Campo Belo do Sul CPF: 149.027.459-68
DENÍLSON LUIZ PADILHA Prefeito de Otacílio Costa CPF: 781.639.609-06	JOSÉ BELIZÁRIO BORGES ANDRADE Prefeito de Painel CPF: 386.581.279-15
OSNI FRANCISCO DE SOUZA Prefeito de Palmeira CPF: 020.869.999-68	LUIZ PAULO FARIAS Prefeito de Ponte Alta CPF: 479.645.109-91
ADEMAR DE BONA SARTOR Prefeito de Rio Rufino CPF: 295.870.009-78	EVERALDO JOSÉ RANSONI Prefeito de São José do Cerrito CPF: 754.068.619-72
MARLENE DE FÁTIMA KAYSER DA ROSA Prefeita de São Joaquim CPF: 581.782.019-68	ADILSON JORGE COSTA Prefeito de Urubici CPF: 351.464.949-91

AMARILDO LUIZ GAIO Prefeito de Urupema CPF: 479.034.819-91	RENATO NUNES DE OLIVEIRA Prefeito de Lages CPF: 021.168.989-00
--	--

ANEXO 1

dos empregos públicos

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador/40	150
1	Advogado/20	100
5	Assistente Administrativo/40	96
5	Auxiliar Administrativo/40	63
2	Auxiliar de Serviços Gerais /40	40
1	Contador/20	137
1	Engenheiro Civil/40	150
1	Engenheiro Sanitarista/40	150
2	Biólogo/Bioquímico/Químico/20	120
3	Laboratorista/40	114
2	Técnico em saneamento/Assistente Técnico/40	114
3	Operador de Máquinas/40	86
2	Engenheiro Agrônomo/40	150
1	Engenheiro de Alimentos/20	100
2	Médico Veterinário/40	150
1	Engenheiro Ambiental/40	150

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE NOMEAÇÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Executivo/40	

DAS FUNÇÕES ADICIONAIS

Nº de vagas	Denominação da Função	Vencimento
8	Coordenador de Projetos	
1	Coordenador Contábil	
1	Coordenador de Recursos Humanos	

ANEXO 2

DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS

NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
1	R\$ 329,01	86	R\$ 1.166,30
2	R\$ 333,94	87	R\$ 1.183,80
3	R\$ 338,95	88	R\$ 1.201,55
4	R\$ 344,03	89	R\$ 1.219,58
5	R\$ 349,19	90	R\$ 1.237,87
6	R\$ 354,42	91	R\$ 1.256,44
7	R\$ 359,74	92	R\$ 1.275,29
8	R\$ 365,14	93	R\$ 1.294,42
9	R\$ 370,61	94	R\$ 1.313,83
10	R\$ 376,17	95	R\$ 1.333,54
11	R\$ 381,82	96	R\$ 1.353,54
12	R\$ 387,55	97	R\$ 1.373,85
13	R\$ 393,36	98	R\$ 1.394,46
14	R\$ 399,26	99	R\$ 1.415,37

15	R\$ 405,25	100	R\$ 1.436,60
16	R\$ 411,33	101	R\$ 1.458,15
17	R\$ 417,50	102	R\$ 1.480,02
18	R\$ 423,76	103	R\$ 1.502,22
19	R\$ 430,12	104	R\$ 1.524,75
20	R\$ 436,57	105	R\$ 1.547,62
21	R\$ 443,11	106	R\$ 1.570,84
22	R\$ 449,76	107	R\$ 1.594,40
23	R\$ 456,52	108	R\$ 1.618,32
24	R\$ 463,36	109	R\$ 1.642,60
25	R\$ 470,31	110	R\$ 1.667,24
26	R\$ 477,36	111	R\$ 1.692,24
27	R\$ 484,52	112	R\$ 1.717,62
28	R\$ 491,79	113	R\$ 1.743,39
29	R\$ 499,17	114	R\$ 1.769,54
30	R\$ 506,66	115	R\$ 1.796,08
31	R\$ 514,26	116	R\$ 1.823,02
32	R\$ 521,97	117	R\$ 1.850,36
33	R\$ 529,81	118	R\$ 1.878,13
34	R\$ 537,75	119	R\$ 1.906,30
35	R\$ 545,81	120	R\$ 1.934,90
36	R\$ 554,00	121	R\$ 1.963,92
37	R\$ 562,31	122	R\$ 1.993,38
38	R\$ 570,74	123	R\$ 2.023,28
39	R\$ 579,31	124	R\$ 2.053,63
40	R\$ 587,99	125	R\$ 2.084,44
41	R\$ 596,82	126	R\$ 2.115,71
42	R\$ 605,76	127	R\$ 2.147,45
43	R\$ 614,85	128	R\$ 2.179,65
44	R\$ 624,08	129	R\$ 2.212,35
45	R\$ 633,43	130	R\$ 2.245,54
46	R\$ 642,94	131	R\$ 2.279,21
47	R\$ 652,58	132	R\$ 2.313,41
48	R\$ 662,37	133	R\$ 2.348,10
49	R\$ 672,31	134	R\$ 2.383,33
50	R\$ 682,39	135	R\$ 2.419,08
51	R\$ 692,63	136	R\$ 2.455,36
52	R\$ 703,02	137	R\$ 2.492,18
53	R\$ 713,56	138	R\$ 2.529,56
54	R\$ 724,26	139	R\$ 2.567,52
55	R\$ 735,13	140	R\$ 2.606,02
56	R\$ 746,15	141	R\$ 2.645,11
57	R\$ 757,35	142	R\$ 2.684,79
58	R\$ 768,71	143	R\$ 2.725,06
59	R\$ 780,24	144	R\$ 2.765,94
60	R\$ 791,94	145	R\$ 2.807,43
61	R\$ 803,82	146	R\$ 2.849,54
62	R\$ 815,88	147	R\$ 2.892,28
63	R\$ 828,12	148	R\$ 2.935,66
64	R\$ 840,54	149	R\$ 2.979,70
65	R\$ 853,15	150	R\$ 3.024,40
66	R\$ 865,94	151	R\$ 3.069,77
67	R\$ 878,93	152	R\$ 3.115,80
68	R\$ 892,11	153	R\$ 3.162,55
69	R\$ 905,49	154	R\$ 3.209,98
70	R\$ 919,08	155	R\$ 3.258,13

71	R\$ 932,86	156	R\$ 3.307,00
72	R\$ 946,86	157	R\$ 3.356,61
73	R\$ 961,06	158	R\$ 3.406,96
74	R\$ 975,48	159	R\$ 3.458,06
75	R\$ 990,11	160	R\$ 3.509,94
76	R\$ 1.004,96	161	R\$ 3.562,58
77	R\$ 1.020,04	162	R\$ 3.616,02
78	R\$ 1.035,33	163	R\$ 3.670,26
79	R\$ 1.050,87	164	R\$ 3.725,32
80	R\$ 1.066,63	165	R\$ 3.781,20
81	R\$ 1.082,63	166	R\$ 3.837,91
82	R\$ 1.098,87	167	R\$ 3.895,49
83	R\$ 1.115,35	168	R\$ 3.953,92
84	R\$ 1.132,09	169	R\$ 4.013,23
85	R\$ 1.149,07	170	R\$ 4.073,42
171	R\$ 4.134,52	176	R\$ 4.454,06
172	R\$ 4.196,54	177	R\$ 4.520,87
173	R\$ 4.259,49	178	R\$ 4.588,68
174	R\$ 4.323,39	179	R\$ 4.657,51
175	R\$ 4.388,23	180	R\$ 4.727,38

Ata da Assembléia do CISAMA Dia 19 de Novembro de 2012.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES – 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos dezenove (19) dias do mês de novembro de dois mil e doze, com início às quatorze horas e trinta minutos (14:30), nas dependências do Auditório da AMURES sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro - Lages SC, reuniram-se os prefeitos abaixo relacionados conforme edital de convocação da assembléia geral extraordinária e assembléia geral ordinária publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 06 de novembro de 2012 e enviado aos municípios com a seguinte ordem do dia: Assembléia Geral Extraordinária: 1) Aprovar alterações no Estatuto Social conforme artigo 22º e 23º. Assembléia Geral Ordinária: 1) Situação dos contratos de Esgotamento Sanitário junto a FUNASA e encaminhamentos; 2) Situação dos projetos apresentados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Agricultura e encaminhamentos; 3) Proposta de indicação de emenda parlamentar para o CISAMA, AMURES e CIS; 4) Situação e encaminhamentos do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS e 5) Assuntos Gerais. A Sra. Iraci Viera fez a composição da mesa, convidando o Prefeito de Lages e presidente do CISAMA Sr. Renato Nunes de Oliveira, o prefeito de Ponte Alta e presidente da AMURES Sr. Luiz Paulo Farias e, o Prefeito de Cerro Negro e presidente do Consórcio da Saúde Sr. Janerson José Delfes Furtado. O presidente do Cisama Sr. Renato Nunes de Oliveira deu a abertura à assembléia geral extraordinária, destacando a importância da reformulação do estatuto do Cisama, possibilitando que o consórcio possa pactuar projetos e ações conjuntas também nas áreas de educação, infra-estrutura, assistência social e segurança pública. Para presidir a assembléia foi eleito o Prefeito de Ponte Alta e como secretária a Sra. Iraci Vieira. O presidente eleito solicitou ao Diretor Executivo do Cisama, Selênio Sartori, que fizesse a apresentação do documento. O documento foi apresentado, discutido e votado capítulo por capítulo. Destacou a exclusão do Fórum de Desenvolvimento Regional e, que em seu lugar, foi proposto a criação de um Conselho de Articulação de Políticas Públicas. Da exclusão do Conselho Técnico, que em seu lugar, será fortalecido o papel das câmaras temáticas. Diante da ampliação das áreas de

atuação do CISAMA, um questionamento levantado pelos prefeitos foi se esta ampliação significaria um aumento do quadro de pessoal do CISAMA. O Diretor Executivo destacou que na nova proposta ficaram constituídas oito câmaras temáticas, uma em cada área de atuação do consórcio. Que as câmaras temáticas visam a proposição e desenvolvimento de projetos e que estes devem buscar a sua sustentabilidade. Na medida da aprovação/contratação de novos projetos se efetivará um contrato de programa específico, fazendo parte deste, os municípios interessados no projeto/programa. Uma vez contratado o projeto, será contratado um(a) coordenador(a) pelo tempo em que o mesmo esteja sendo implementado. No contrato anterior, em seu anexo um, estava prevista a contratação de um coordenador de projeto. No documento em discussão, está prevista a contratação de até oito coordenadores, um para cada área de projeto/atuação do CISAMA, como quadro de nomeação direta, podendo ser exonerado ao final de cada projeto. Desta forma, diminui-se a preocupação com o aumento de quadro de pessoal no CISAMA. Concluída a análise do documento, o Presidente colocou em votação sendo aprovado por unanimidade a primeira alteração contratual do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar – CISAMA, na qual foi reformulado inclusive o nome da entidade que passa a se chamar Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA. O contrato de consórcio público aprovado e seus anexos são parte integrante da presente ata e deverá ser ratificado pelo poder legislativo dos municípios integrantes do consórcio. O Presidente do CISAMA destacou a importância da decisão, e da forma flexível de trabalho e assessoria que o CISAMA apresenta para os municípios, possibilitando o desenvolvimento de novos projetos em benefício de todos. Sendo a reformulação do contrato de consórcio o assunto da assembléia geral extraordinária o presidente do CISAMA solicitou ao Diretor Executivo que apresentasse os pontos de pauta da assembléia geral ordinária, passado de imediato ao primeiro item da ordem do dia: 1) Situação dos contratos de Esgotamento Sanitário junto a FUNASA e encaminhamentos. O Diretor destacou que os encaminhamentos tomados na reunião com a FUNASA realizada no dia 20 de março em Bocaina do Sul, não deram conta do processo de adequação dos projetos. Que até a presente data nenhum projeto foi aprovado pela FUNASA/SC. Sobre os projetos de 2010 (CISAMA I), que envolvem os municípios de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, São José do Cerrito e Urubici no valor de R\$ 8.046.323,75, informou que os contratos foram prorrogados de ofício e no SICONV para execução até 31/12/2013. Ou seja, os projetos precisam ser aprovados, para que a FUNASA solicite o empenho das emendas, o município ou o CISAMA faça o processo de licitação, se executem as obras e a prestação de contas até 31 de dezembro de 2013. Sobre os projetos de 2011 (CISAMA II) que envolvem 16 municípios (a exceção de Lages e Bom Jardim da Serra) no valor de R\$ 21.000.000,00, informou que o prazo de aprovação dos projetos foi prorrogado pela Portaria 801 de 27/09/2012 até 30 de junho de 2013. Entretanto, a FUNASA/SC estabeleceu como prazo para aprovação dos projetos 30 de março, em função dos trâmites internos da entidade. Diante da situação, foi buscada a cedência de uma engenheira sanitária pela Prefeitura de Lages que não se viabilizou em função do calendário eleitoral. Na assembléia realizada no dia 10 de setembro de 2012, foi aprovada a contratação por processo seletivo simplificado de um(a) engenheiro(a) sanitária pelo CISAMA para apoiar os municípios na adequação dos projetos. Selênio explicou que são quatro as alternativas para implementação dos projetos e gestão do serviço de esgotamento sanitário: os municípios assumirem os projetos e o serviço de esgotamento sanitário, o CISAMA assumir projetos e serviços, se estabelecer uma parceria pública (CISAMA ou município) & pública (CASAN) ou uma parceria pública (CISAMA ou município) & privada. Não foi dado um encaminhamento conjunto, continuando na dependência que cada município faça a adequação do seu projeto junto com a empresa que o elaborou e apresente (protocolo)

junto à FUNASA. No item 2) Situação dos projetos apresentados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Agricultura e encaminhamentos; os mesmos estão inscritos no SICONV, sendo o do MDS com parecer favorável e aguardando o empenho da emenda e o do MAPA em adequação. No item 3) Proposta de indicação de emenda parlamentar para o CISAMA, AMURES e CIS. A Secretária Executiva da AMURES, Iraci Vieira apresentou a proposta de busca de recursos via emenda parlamentar para a construção das sedes do Consórcio da Saúde, da AMURES e do CISAMA. Que está em tratativa com a Prefeitura de Lages, na pessoa do Prefeito Renato Nunes de Oliveira e do Presidente da AMURES Luiz Paulo Farias sobre a doação do terreno para a construção da sede. Pediu que o Diretor executivo relatasse a reunião ocorrida no dia 14/11 com Deputada Carmen Zanotto da qual participaram além da Secretária da Amures, o assessor de imprensa, o Diretor Executivo do CISAMA e a Diretora do CIS/AMURES. Justificou a parlamentar que o montante solicitado de R\$ 3,5 milhões é muito significativo para uma emenda individual e muito pequeno para uma emenda coletiva, da bancada. Que a bancada tem orientado as emendas para grandes obras, rodovias e ações estruturais para o Estado de Santa Catarina. Que certamente a bancada iria orientar que os recursos fossem solicitados pela cota do parlamentar da região do projeto. Diante desta avaliação, a Deputada se dispôs a indicar a emenda no valor solicitado, distribuído entre os Ministérios da Saúde para a sede do CIS, das Cidades para a sede da AMURES e da Agricultura para o CISAMA. Para tanto, os prefeitos deveriam priorizar os recursos para estes projetos em detrimento das solicitações individuais. Colocada a matéria em discussão, o Prefeito de Rio Rufino destacou a realidade dos pequenos municípios, que dependem de apoio dos parlamentares para a busca de recursos e efetivação de melhorias, representando um sacrifício abdicar do apoio em benefício da proposta apresentada. Várias foram as manifestações de defesa da proposta, como a Prefeita de São Joaquim, Marlene Kaiser que já foi secretária da saúde e falou como usuária sobre a importância do trabalho realizado pelo consórcio da saúde, votando a favor do projeto apresentado. O Presidente da AMURES, que já foi presidente do Consórcio da Saúde, votou favorável. O Presidente do CISAMA falou que teremos mais sucesso se concentrarmos nossos esforços no empenho e depois na liberação de uma emenda conjunta ao invés de apostar em projetos individuais que muitas vezes não recebem os recursos indicados. Após a discussão, a matéria foi colocada em votação sendo aprovado por unanimidade a busca da indicação de uma emenda da parlamentar Carmen Zanotto para o projeto de construção da sede das três entidades no valor de R\$ 3,5 milhões. A proposta será apresentada na reunião dos novos gestores que acontecerá no dia 22 de novembro para sua avaliação e encaminhamentos. No item 4) Situação e encaminhamentos do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS; destacou que está em processo de conveniamento com a UDESC e a elaboração do processo de dispensa de licitação para contratação do Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária do Centro Agroveterinário. Lembrou da obrigação firmada no TAC dos municípios efetivarem a contrapartida no valor de R\$ 10 mil até o dia 31 de dezembro. Em assuntos gerais a Assessora Jurídica Zenalda Vanin falou sobre o TAC de Saneamento Básico dos Municípios. Na ocasião foi entregue um CD, onde estão elencadas as pendências de cada município com o referido termo e os modelos de documentos e sugestões de procedimentos a serem tomados para responder as questões assumidas no TAC e que ainda precisam de solução. Os Prefeitos dos municípios que ainda não tem Plano de Saneamento Básico (São Joaquim, Correia Pinto e Otacílio Costa), lembraram do compromisso da SDS em apoiar inicialmente os municípios com menos de 10 mil habitantes na elaboração dos respectivos PSB e posteriormente dos municípios maiores. Que este apoio não veio e os municípios estão sem recursos para a elaboração dos referidos PSB. O Prefeito de Correia Pinto apresentou o valor de R\$ 150 mil orçado para a elaboração do PSB e que o município não dispõe deste recurso. Foi sugerido

pelo Prefeito de Otacílio Costa e acatado pelos demais, que será buscado o recurso através do FUNSERRA/CISAMA e que o consórcio poderá contratar assessoria especializada para a elaboração dos PSB dos municípios que ainda não os possuem. Finalmente o Diretor Executivo apresentou os rótulos emitidos pelo CISAMA para os produtos do programa de agroindústria Sabor Serrano e leu a solicitação da COOPERTEL para a contratação de um Engenheiro de Alimentos como Responsável Técnico pelos Rótulos e estabelecimentos participantes do programa. O Prefeito de Ponte Alta justificou a solicitação e destaca que este encaminhamento irá atender todos os municípios da Região da Amures. O Diretor do CISAMA falou da possibilidade de contratar com recursos excedentes de pessoal que seriam devolvidos aos municípios ao final do balanço, que representam aproximadamente R\$ 13 mil. Colocada em discussão, a proposta de utilização do recurso e contratação do profissional, a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata a qual segue assinada pelos presentes.

Lages, 19 de novembro de 2012.

ROBERTO MARIN Prefeito de Anita Garibaldi CPF: 385.970.129-00	LUIZ PAULO FARIAS Prefeito de Ponte Alta CPF: 479.645.109-91
JENERSON DELFES FURTADO Prefeito de Cerro Negro CPF 737.764.329-34	MARLENE DE FÁTIMA KAYSER DA ROSA Prefeita de São Joaquim CPF: 581.782.019-68
ADEMAR DE BONA SARTOR Prefeito de Rio Rufino CPF 295.870.009-78	ADILSON JORGE COSTA Prefeito de Urubici CPF 351.464.949-91
ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR Prefeito de Capão Alto CPF: 560.070.869-68	DENÍLSON LUIZ PADILHA Prefeito de Otacílio Costa CPF: 781.639.609-06
VÂNIO FOSTER Prefeito de Correia Pinto CPF 664.496.859-72	RENATO NUNES DE OLIVEIRA Prefeito de Lages CPF 021.168.989-00
JOSÉ BELIZÁRIO BORGES ANDRADE Prefeito de Painei CPF: 386.581.279-15	SELÊNIO SARTORI Diretor Executivo do CISAMA
IRACI VIEIRA DE SOUZA Secretária Executiva da AMURES	ZENALDA VANIM MORAES Assessora Jurídica - AMURES
NALÚ TEREZINHA JÚLIO Coordenadora do CIS/AMURES	